



**Universidade de
Aveiro**

2015

Departamento de Línguas e Culturas

**BENILDE SILVA
ANCHÃO**

**UMA SENTENÇA JUDICIAL (EM PORTUGUÊS) E DUAS
VERSÕES (EM ESPANHOL E FRANCÊS)**



**Universidade de
Aveiro**

2015

Departamento de Línguas e Culturas

**BENILDE SILVA
ANCHÃO**

**UMA SENTENÇA JUDICIAL (EM PORTUGUÊS) E
DUAS VERSÕES (EM ESPANHOL E FRANCÊS)**

Projeto de tradução apresentado à Universidade de Aveiro para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Tradução Especializada, realizada sob a orientação científica da Doutora María Jesús García Méndez, Leitora de Espanhol do Departamento de Línguas e Culturas da Universidade de Aveiro, e da coorientação da Dra. Cláudia Pinto Ferreira, Leitora de Francês do Departamento de Línguas e Culturas da Universidade de Aveiro.

Aos meus pais, sem os quais esta caminhada não teria sido possível.

O júri

Presidente

Doutora Maria Teresa Murcho Alegre
Professora Auxiliar da Universidade de Aveiro

Doutora Rosa Maria Marques Faneca de Oliveira
Professora Auxiliar Convidada do Departamento de Educação - Universidade
de Aveiro (arguente)

Doutora María Jesús García Méndez
Leitora de Espanhol da Universidade de Aveiro (orientadora)

Agradecimentos

Quero agradecer às professoras María Jesús García Méndez e Cláudia Pinto Ferreira, respetivamente orientadora e coorientadora deste trabalho, por todo o apoio e disponibilidade prestados na realização deste projeto.

.
Aos meus pais, que sempre me apoiaram nesta caminhada académica, e sem os quais nada disto teria sido possível.

Palavras-chave

Sentença judicial; tradução jurídica; erros e dificuldades; termos e fraseologia jurídica.

Resumo

O projeto aqui apresentado está relacionado com a vertente das ciências jurídicas, uma área de especialização do *Mestrado em Tradução especializada* lecionado no Departamento de Línguas e Culturas da Universidade de Aveiro. Neste trabalho partimos de um texto original - sentença judicial - em português, para ser traduzido, nas suas respetivas versões, em espanhol e em francês, por serem estas as duas línguas de especialização envolvidas nele.

A tarefa de tradução desempenhada serviu para poder demonstrar as diferenças, a nível linguístico, entre as três línguas aqui utilizadas, assim como para evidenciar as numerosas dificuldades encontradas e aprender das necessárias soluções para ultrapassá-las.

É importante salientar que a minha empatia com este tema deve-se ao facto de já ter sido objeto de trabalho durante as aulas de *Práticas Avançadas de Tradução*. Quando iniciei o processo de tradução, parecia-me uma tarefa como outra qualquer, embora se tratasse de um género textual diferente. No entanto, através das várias traduções realizadas e das consequentes correções, fui percebendo que sem o apoio das orientadoras dificilmente teria conseguido entender a razão dos meus erros, apesar de ter consciência de que alguns se davam, obviamente, pela falta de domínio relativamente ao espanhol, e, sobretudo, porque as minhas competências discursivas em português revelavam importantes lacunas na formação de base desta língua materna, e que tem que ver com a minha infância vivida em França. Relativamente ao francês, embora as dificuldades não tenham sido tão relevantes como em espanhol, devo destacar também as minhas deficiências em adaptar certos termos ou frases de carácter técnico.

Foi graças ao levantamento minucioso dos erros e às explicações que me foram dadas da parte das minhas professoras de espanhol e de francês em relação aos mesmos, que tomei consciência da importância e dificuldade que este tipo de documento apresentava. Embora se destine a um público geral, tem as suas especificidades e, como tal, deve ser traduzido com rigor e sem ambiguidades, pois basta uma vírgula, um termo inadequado ou uma frase mal traduzida para que a mensagem do texto deixe de ter sentido. Sem esquecer o esforço de ter que adaptá-lo à língua e aos usos sociais do país para o qual é destinado, como um factor importante aquando de uma tradução. Como consequência, adquiri conhecimentos importantes para serem aplicados futuramente, enquanto tradutora.

Palabras clave

Sentencia judicial; traducción jurídica; errores y dificultades; términos y fraseología jurídica.

Resumen

El proyecto que presentamos se inserta dentro de los estudios de *Mestrado em Tradução*, concretamente en el área de ciencias jurídicas, una formación de 2º Ciclo que se imparte en el Departamento de Línguas e Culturas de la Universidad de Aveiro. En este trabajo hemos partido de un texto original –sentencia judicial- en portugués, con el fin de traducirlo al español y al francés, por ser éstas las dos lenguas de especialidad aquí confrontadas.

La tarea traductora llevada a cabo ha servido para mostrar las diferencias existentes, a nivel lingüístico, entre las tres lenguas aquí empleadas, así como para dar cuenta de las numerosas dificultades encontradas, y aprender de las necesarias soluciones para superarlas.

Es importante resaltar mi particular empatía con este tema, debida al hecho de que ya había sido objeto de trabajo durante las clases de *Práticas Avançadas de Tradução*. Cuando comencé el proceso traslativo, me pareció que sería una tarea como cualquier otra, aunque se tratara de un tipo de texto muy específico. Sin embargo, fue a través de las varias y sucesivas traducciones realizadas, con las consiguientes correcciones, cuando me apercibí realmente de que sin la ayuda de las orientadoras difícilmente habría logrado comprender mis errores y sus causas; ello, a pesar de ser consciente de mi falta de dominio en lo que se refiere al español, y, sobre todo, porque sé que mis competencias discursivas en portugués revelan importantes lagunas en la formación de base de mi lengua materna, por haber vivido en Francia durante mi infancia. Por lo que se refiere al francés, digamos que las dificultades no fueron tan notorias, pero también daré cuenta de mis deficiencias a la hora de adaptar determinados términos o frases de carácter técnico.

Fue gracias a la detección minuciosa de los errores y a las explicaciones dadas en torno a los mismos, por parte de mis profesoras de español y de francês, como llegué a darme cuenta de la importancia y dificultad que encerraba este tipo de documento. Aunque vaya destinado al público, en general, posee su nivel de especificidad y, como tal, tendrá que traducirse con rigor y sin ambigüedades, ya que una simple coma, un término inadecuado o una frase mal traducida pueden alterar sustancialmente el sentido que comunica el texto. Sin olvidar el esfuerzo que supone tener que adaptarlo a la lengua y los usos sociales del país para el que se destine su traducción, siendo esto último un factor determinante. En consecuencia, he adquirido importantes conocimientos que espero poder aplicar, en un futuro, como traductora.

Mots-clés

Sentence juridique; traduction juridique; erreurs et difficultés; termes et phraséologies juridiques;

Résumé

Le projet présenté ici concerne le domaine des sciences juridiques, un domaine de spécialisation du Mestrado em Tradução Especializada (master en traduction spécialisée) enseigné au Département de Langues et Cultures de l'Université d'Aveiro. Dans ce travail nous avons commencé par le texte original – une sentence juridique – en portugais, à traduire dans ses versions respectives, en espagnol et en français, celles-ci étant les deux langues de travail choisies.

Le travail de traduction élaboré a servi à démontrer les différences au niveau linguistique, entre les trois langues ici utilisées, tout comme à souligner les nombreuses difficultés rencontrées et trouver les solutions nécessaires pour les éviter.

Il est important de préciser que mon empathie envers ce domaine de la traduction se doit au fait qu'il a déjà été travaillé pendant les cours de Techniques Avancées de Traduction. Quand j'ai commencé le processus de traduction, il me semblait qu'il s'agissait d'une tâche comme une autre quelconque, bien qu'il s'agisse d'un genre textuel différent. Cependant, au cours des multiples traductions réalisées et des corrections respectives, j'ai compris que sans le soutien des directrices de recherche il m'aurait été difficile de comprendre l'origine de mes erreurs, malgré le fait d'être consciente qu'une bonne partie de ces dernières sont dues au manque de maîtrise par rapport à l'espagnol; mais aussi car mes compétences discursives en portugais révèlent d'importantes lacunes dans la formation de base de cette langue maternelle, ce qui est en rapport avec mon enfance vécue en France. Par rapport au français, malgré le fait que mes difficultés n'aient pas été si nombreuses en comparaison avec l'espagnol, je dois également mettre en évidence les difficultés rencontrées pour adapter certains termes ou phrases d'ordre technique.

C'est grâce au relevé minutieux des erreurs et aux explications qui m'ont été fournies de la part de mes professeures d'espagnol et de français que j'ai pris conscience de l'importance et de la difficulté de ce type de document. Bien qu'il se destine à un public général, il a ses particularités et de cette façon, il doit être traduit avec rigueur et sans ambiguïtés. Il suffit en effet d'une virgule, d'un terme inapproprié ou d'une phrase mal traduite pour que le message du texte n'ait plus le même sens. Sans oublier l'effort de devoir l'adapter à la langue et aux coutumes sociales du pays auquel il se destine, ceci représentant un facteur important lors d'une traduction. Par conséquent, j'ai acquis d'importantes connaissances à appliquer dans le futur en tant que traductrice.

Key words

Juridical sentence; juridical translation; mistakes and difficulties; terms and juridical phraseology.

Abstract

The project presented here is related with the aspect of juridical science, an area of specialization of the Master in Translation taught in the Departamento de Línguas e Culturas of the University of Aveiro. In this work we started with an original text – juridical sentence- in Portuguese, to be translated, in the respective versions language, into Spanish and French, being the two languages of specialization involved in this project.

The work of this translation served to demonstrate the differences, in the linguistic level, between the three languages used here, but also to prove the many difficulties found and to learn the solutions necessary to overcome them.

It is important to state that my sympathy with this theme is due to the fact it was worked during the classes of *Práticas Avançadas de Tradução*. When I started the process of translation, it seemed to be for me to be like a normal translation, although it was a different kind of text. Despite this, through the many translations realized and the consequent corrections, I understood that without the support of the teacher, I would barely understand the reasons of my mistakes, still being conscientious that some of them were due to the lack of knowledge of Spanish, and, especially because my discursive competences in Portuguese revealed very important loopholes in the learning base of this maternal language, which has to do with my childhood lived in France. As far as French is concerned, even though the difficulties were not as relevant as with Spanish, I have to also emphasize my shortcomings in adapting some technical terms or sentences.

It was thanks to the detailed survey of the mistakes and the explanations which were given to me by my teachers of Spanish and French that I realized the importance and difficulty that this kind of text present. Even so, it can be read by anyone, in general, it has its specifics, and has to be translated with accuracy and without ambiguities, because just with a coma, a term or a sentence wrongly translated and the message of the text literally changes. We cannot forget that it has to be adapted into the language and social habits of the country which it is destined to which is an important detail during a translation. As a consequence, I acquired important knowledge for being employed in the future as a translator.

« Dans une traduction, il faut aller jusqu'à l'intraduisible. C'est alors seulement qu'on s'aperçoit combien une langue nous est étrangère, ainsi que la nation qui la parle. »

(Johann Wolfgang von Goethe, *Maximes et Réflexions*, 1826. Traduction de Sigismond Sklower, 1842.)

ÍNDICE

ÍNDICE DE TABELAS	2
ÍNDICE DE ANEXOS	3
INTRODUÇÃO.....	5
OBJETIVOS E METODOLOGIA.....	7
CAPÍTULO I – UMA SENTENÇA JUDICIAL DO TRIBUNAL DA COMARCA DE VISEU COMO SUPORTE.....	9
1. O desempenho do tradutor jurídico	11
2. O interesse do texto selecionado.	13
3. O público-alvo	14
CAPÍTULO II – DIFICULDADES PESSOAIS NA TRADUÇÃO	15
1. De português para espanhol.....	17
2. De português para francês	20
3. Estudo comparativo: o documento/sentença em três línguas (português/espanhol/francês).....	27
CAPÍTULO III – ANÁLISE E REVISÃO E ERROS.	33
Análise e revisão de erros.Classificação.....	35
CAPÍTULO IV – CONSIDERAÇÕES EM TORNO DO ‘PRODUTO FINAL’	45
Interferências linguísticas específicas	47
Reflexões	49
CONSIDERAÇÕES FINAIS	49
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E WEBGRAFIA	53
ANEXOS	55

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1	19
Tabela 2	21
Tabela 3	28
Tabela 4	30
Tabela 5	36
Tabela 6	37
Tabela 7	38
Tabela 8	39
Tabela 9	40
Tabela 10	42

ÍNDICE DE ANEXOS

Texto original em português: documento/Sentença do Tribunal da Comarca de Viseu. <u>Texto de partida</u>	57
Tradução de português para espanhol: Benilde Anchão. <u>Texto de chegada</u>	77
Tradução de português para francês: Benilde Anchão. <u>Texto de chegada</u>	91
<u>Texto final em espanhol</u> : Sentencia del Juzgado de Primera Instancia de Viseu – (corrigido pela Prof. ^a María Jesús García Méndez).....	113
<u>Texto final em francês</u> : Sentence du Tribunal de Viseu. Juridiction de jugement du 1 ^{er} degré. – (corrigido pela Prof. ^a Cláudia Pinto Ferreira)	133

INTRODUÇÃO

O presente trabalho insere-se no projeto final do Mestrado em Tradução Especializada, cuja vertente se enquadra na área das Ciências Jurídicas, lecionado no Departamento de Línguas e Culturas da Universidade de Aveiro. É de notar que para a realização deste projeto foram indispensáveis, por um lado, os conhecimentos das competências em três línguas: português, francês, espanhol, assim como o apoio incondicional da minha orientadora. Foi graças à trajetória que tive, principalmente pelos anos em que vivi em França, que o meu percurso escolar me permitiu ter aulas de espanhol. Desde pequenina, os meus pais sempre falaram em português para mim, e, obviamente, tinha o francês inserido no meu quotidiano. Isto tudo ajudou-me na elaboração deste trabalho. Por outro lado, devo salientar as competências que adquiri, ao longo do primeiro ano de mestrado especializado em ciências jurídicas, visto que tivemos uma unidade curricular, denominada *Fundamentos em Ciências Jurídicas*, que fez com que pudesse aplicar os conhecimentos nela adquirida no desenvolvimento deste projeto.

O motivo que me levou a executar a tradução de uma sentença de tribunal para este trabalho foi, principalmente, porque no primeiro ano de mestrado fomos levados a abordar esse tema jurídico em sala de aula, com a minha professora de Práticas de Tradução em Espanhol (agora também orientadora deste projeto, María Jesús García Méndez, sendo ela quem me indicou e me proporcionou o texto que iria ser utilizado como suporte nesta tarefa tradutora e de análise comparativo nas três línguas em estudo); mas, além disso, refiro como fator decisivo o facto de ter estudado, ao longo do meu percurso académico, português, espanhol e francês, as três línguas que serão precisamente as protagonistas do estudo que apresentamos.

Assim, pareceu-me interessante poder mostrar as diferenças que existem, a nível terminológico, nesta área, entre as duas línguas (espanhol e francês) para as quais traduzi a Sentença Judicial do Tribunal de Viseu. Neste caso concreto da tradução jurídica, deparamo-nos com constantes dilemas relacionados com a maneira de traduzir um texto, pois o menor descuido pode alterar totalmente o sentido do texto inicial. Isto porque, quando comecei o processo de tradução, realizei uma primeira leitura do texto original em português, a fim de me preparar para a tradução, que foi feita primeiro para espanhol e seguidamente para francês. Nesta primeira parte do trabalho, fiz um levantamento dos termos específicos que me iriam causar mais dificuldades na tradução. Seguidamente,

comecei a traduzir o documento para espanhol. Obtive então uma primeira versão da tradução do documento, com algumas falhas a nível de sentido, de domínio e coerência que foram corrigidas ao longo das correções realizadas. Por fim, foi criada a última versão corrigida pela professora orientadora. Em relação ao francês, o processo foi parecido, embora não houvesse tantas versões corrigidas como no caso do espanhol, isto porque estava mais familiarizada com o francês. No entanto, encontrei também dificuldades com certos termos específicos, com os quais já me tinha deparado em espanhol, tal como o caso do “saneamento” ou das “Uc’s”; mas também dificuldades que se relacionavam apenas com o francês, como, por exemplo, encontrar o equivalente do tipo de tribunal tratado no documento original, ou ainda conseguir encontrar a tradução correta para “mérito da causa”.

Durante este processo, é muito importante ter um conhecimento da sociedade e da cultura da língua para a qual vamos traduzir o texto. Isto, tendo em conta também que poderia criar imensos problemas para as pessoas, nomeadamente por se tratar de uma sentença em tribunal, poderia vir a prejudicar ambas as partes do processo.

Por outro lado, não posso deixar de salientar que este trabalho também foi traduzido, para além do espanhol, para francês; com isso quis mostrar as diferenças existentes na sociedade e na cultura de ambas as línguas. Com este projeto, pretendi mostrar a importância do papel de um tradutor, assim como que o trabalho do mesmo deverá ser muito cuidadoso; mais ainda nesta área das ciências jurídicas, onde nada pode ser deixado ao acaso, e onde basta uma vírgula a menos ou uma frase mal traduzida para que a tradução perca o seu sentido. Ao longo do trabalho, eu própria me deparei com esse problema relativamente a certas frases, pois pelo facto de estarem escritas de forma ambígua levaram-me a que a tradução não estivesse correta. Confesso que sem a ajuda das respetivas orientadora e coorientadora do projeto, não teria percebido onde tinha errado. Neste trabalho, aquilo que pretendo destacar são as diferenças existentes entre as três línguas relativamente aos termos técnicos utilizados, já que, quando não podem ser traduzidos, têm de ser adaptados.

OBJETIVOS E METODOLOGIA

Os objetivos gerais deste projeto são, para além da tradução, o estudo comparativo entre o trabalho desenvolvido nas três línguas em contacto. Partindo do trabalho original em português, tentaremos compará-lo com as versões respetivas em espanhol e em francês.

Deste modo, inicialmente, irei começar por explicar, com base no documento escolhido, qual o desempenho do tradutor jurídico neste tipo de texto, o porquê de ter escolhido o mesmo e a quem poderá ser de utilidade a sua tradução. Por outro lado, referiremos as dificuldades encontradas entre as três línguas, quer de português para espanhol, quer de português para francês. Farei, seguidamente, uma comparação entre as três línguas em contacto. Seguirei com a minha análise sobre os erros com que me deparei, ao rever o documento original junto da minha orientadora, os quais dificultaram em certos casos a compreensão do texto na língua de chegada; mas também examinarei as respetivas correções, para melhorar a compreensão e fazer o enquadramento do tipo de texto aqui trabalhado. Todos estes erros foram detetados mediante sucessivas correções por parte da professora orientadora, que ia registando, através de leituras e análises minuciosas, um a um os erros aqui tratados. Foi ao longo desta árdua tarefa que fui compreendendo os meus erros e aprendi a corrigi-los. Foi também durante esse processo de correção que cheguei à conclusão de que tinha bastantes lacunas a nível de espanhol, por falta de domínio e preparação para traduzir este tipo de documento, principalmente pelo facto do próprio tema em si ser difícil e requerer um nível de domínio elevado.

Foi pelo meu interesse relativamente aos documentos jurídicos que descobri, ao longo do primeiro semestre de mestrado, que me surgiu a vontade de fazer o projeto com base num documento desses. No meu ponto de vista, são documentos bastante interessantes, que ajudam a complementar os nossos conhecimentos e nos deixam descobrir outra área que tem tanto de complexa como de bonita. É preciso perceber a complexidade deste tipo de textos, a causa dos termos específicos e técnicos que os mesmos apresentam, pelas ambiguidades que nos podem fazer sentir e, claro está, pela máxima atenção que requerem. Ao traduzir um texto de âmbito jurídico, não basta só traduzir mantendo o sentido e tendo em conta a quem se destina o texto, tal como fazemos habitualmente. Seria complicadíssimo se, numa sessão de tribunal, o juiz pronunciasse uma sentença e nós, enquanto tradutores, tivéssemos uma versão completamente diferente

do que na realidade era. Sem esquecer que existe um princípio de hierarquia utilizada pelos tribunais que temos que manter, a nível do cargo das pessoas, isto é, o estatuto das mesmas, na forma como são chamadas. Foi uma parte muito exaustiva do meu trabalho verificar a organização hierárquica, principalmente a nível do espanhol, pelo que foi necessário solicitar a ajuda da orientadora, para obter os resultados pretendidos.

É de enfatizar que, tal como refere Pelage (1999), se trata de “*devenir non pas un spécialiste du droit mais un initié*”. Por outras palavras, temos de nos irmos habituando à área e a não sabermos tudo acerca dela. Até porque é um campo tão complexo como trabalhoso.

Deste modo, o meu objetivo principal é poder demonstrar o trabalho que tive de pesquisa, as dificuldades encontradas ao longo da tradução, com os termos técnicos utilizados quer no espanhol, quer no francês, já que estas foram as línguas com as quais trabalhei ao longo dos meus estudos: primeiramente na escola e depois na universidade.

**CAPÍTULO I – UMA SENTENÇA JUDICIAL DO TRIBUNAL DA COMARCA
DE VISEU COMO SUPORTE**

1. O desempenho do tradutor jurídico

Um tradutor pode traduzir vários tipos de textos assim como utilizar para a sua tradução o método que lhe parecer mais adequado. Independentemente do tipo de texto que for, terá que ter sempre uma noção do público-alvo para o qual se destina o texto traduzido. No entanto, terá sempre a tarefa mais ao menos facilitada desde que as culturas entre o texto original e o texto de partida não sejam muito distantes. No caso de documentos do foro jurídico, a tarefa já não será tão fácil, isto porque temos termos específicos que variam segundo a cultura do país e a sociedade. Deste modo, temos de ser rigorosos.

Em primeiro lugar, segundo Gile (1995:86), “o tradutor deve possuir um conhecimento de especialista para poder traduzir textos do domínio em questão”, o que se adequa a qualquer tipo de tradução, não só à tradução jurídica em si. É preciso ter em conta que, para além do domínio da área para a qual vamos traduzir, temos de ter um grande conhecimento a nível da língua para a qual vamos traduzir, isto para não obtermos uma tradução com um sentido completamente oposto ao pretendido. O texto requer uma grande análise, sendo mais eloquente no âmbito da jurisprudência, pois temos de ter em atenção as várias leis, os vários termos específicos. É muito importante que o tradutor estabeleça um processo de análise antes da tradução, pois, tal como nas traduções literárias, temos de fazer um levantamento dos termos específicos que nos podem vir a colocar dificuldades, e procurar equivalências ou poder dar conta mediante outras palavras de aquelas que, por uma razão específica, exijam a devida explicação. Se, por ventura, não tivermos um termo equivalente que possa substituir o termo do texto original, teremos de contornar essa situação, ou seja, não iremos de forma alguma omitir uma parte de texto devido a uma situação complexa.

Em segundo lugar, a tradução jurídica é uma tradução mais técnica do que as outras (caso das traduções literárias, por exemplo), o que causa mais dificuldades ao tradutor do que o habitual, aquando de uma tradução que não seja técnica. O mesmo acaba por ter uma grande responsabilidade perante o trabalho que está a executar; isto porque, depois de ser redigida pelo juiz, o tradutor tem de transcrevê-la no papel, e isso pode criar muitas ambiguidades, nomeadamente porque basta uma frase mal compreendida e seguidamente mal traduzida, para modificar tudo. Assim, é importante manter os conceitos jurídico-legais expressados pelos correspondentes termos técnicos. Por fim, podemos dizer que o tradutor jurídico tem um papel fundamental na tradução dos textos

jurídicos. Toda a preparação que o tradutor jurídico adquire vem já da preparação académica que lhe é dada, do que ele retém, e, depois disso, das melhorias que vai obtendo com os vários trabalhos que vai realizando ao longo do tempo.

O papel de um tradutor jurídico é mais delicado do que se possa pensar. Segundo alguns especialistas, um bom tradutor jurídico deveria ter formação em Tradução, por um lado, e em Direito, por outro. No entanto, atualmente, não é o que acontece; um tradutor não especializado pode ser confrontado a traduzir um documento numa área de especialização com a qual não esteja minimamente familiarizado, e não é pelo facto de não saber nada acerca dessa área que não irá conseguir traduzir o documento.

Quando realizei este trabalho, tinha algumas noções mínimas sobre as ciências jurídicas; no entanto, não me chegaram para traduzir o documento; foi necessária muita pesquisa para poder traduzir os termos técnicos que o documento tem e poder verificar se, de facto, eram adequados ou não. Para além de todas as pesquisas realizadas, que em alguns casos não me ajudaram a obter as respostas pretendidas, tive o apoio incondicional das minhas orientadoras. A verdade é que juntas verificámos que, por vezes, era uma tarefa difícil obter o que pretendíamos, e por isso fomos tentando encontrar soluções para contornar essas questões que nos criavam alguns bloqueios, com o intuito de poder avançar.

É de notar que, para além da dificuldade em arranjar textos que nos possam auxiliar para termos mais noções sobre o tema com o qual estamos a trabalhar, as opiniões são variadíssimas, o que, muitas vezes, falando por mim, me criava ainda mais confusões; criei noções erradas sobre determinados textos ligados ao tema com o qual trabalhei, elaborando assim uma opinião verdadeiramente desafortunada.

2. O interesse do texto selecionado.

O texto de partida selecionado – como já foi dito na Introdução – contém e divulga uma sentença (trata-se de um documento autêntico, real) do Tribunal da Comarca de Viseu. Este género textual coincide com os textos que trabalhamos, eu e os alunos de mestrado, durante as práticas de tradução, tanto em espanhol como em francês. Como acontece com qualquer outro tema, quando não temos nenhum conhecimento relativamente à área em questão, neste texto, inicialmente, tudo parecia estranho e bastante difícil. Por muito que nós tentemos enquadrar e perceber sobre esse tema, a verdade é que sem o devido apoio não conseguimos adquirir as competências para, futuramente, podermos tratar desses assuntos tão complexos. Deste modo, foi com a ajuda dos docentes que nos foi permitido adquirir certas bases para podermos trabalhar sobre essa área tão vasta, mas, por outra parte, muito interessante. É claro que não vai ser só com essa base com que vamos sentir-nos já suficientemente preparados para trabalhar os textos jurídicos.

No meu caso, deparei-me com dificuldades nesta área e isso deve-se ao facto de não estar preparada nem ter domínio dela, pois esta requer muito mais trabalho do que outras matérias.

Não foi só pelo facto de termos tido uma cadeira de ciências jurídicas, e por termos trabalhado textos de Direito que eu escolhi este documento da sentença, mas sim pelo gosto que fui ganhando ao longo do semestre à medida que íamos dando essas noções, embora fossem mínimas, e quando me apercebi já me estava a identificar mais com textos ligados a tribunais do que com outro tipo de textos, sendo igualmente inseridos na área das ciências jurídicas. Portanto, apesar de que existem dentro das mesmas outros tipos de texto igualmente interessantes, foi com a sentença que me sentia mais familiarizada, por já ter trabalhado nesses documentos aquando da disciplina de *Práticas Avançadas de Tradução*.

Foi por tudo isso que decidi escolher este tema que acho interessantíssimo; porque me permite mostrar que traduzir é, de facto, uma arte, para além de termos de estabelecer uma ligação entre várias culturas. Temos de respeitar as pessoas que vão ler o texto e adaptá-lo, caso seja necessário, para que corresponda aos critérios do país para o qual vamos traduzir o documento. Por outro lado, fiz questão de querer mostrar as diferenças existentes entre as três línguas com as quais trabalhei.

3. O Público-alvo

O público-alvo, na tradução de um documento, é muito importante, pois vai definir a linguagem que devemos utilizar ou manter. Neste caso concreto, o público-alvo deste documento é essencialmente constituído por pessoas que trabalhem em tribunais, advogados, ou o próprio cliente. Este último até será considerado como sendo o principal interessado pela tradução. Sabemos, desde já, que por tratar-se de um documento específico, será de grande interesse para todo o tipo de pessoas envolvidas nesta área tão complexa (especialistas do Direito e utentes dos serviços judiciais). É um texto de grande importância para um juiz, ou mesmo para quem trata de arquivar os processos no tribunal. Podemos igualmente considerar que a tradução de um documento desta importância pode ser indispensável para um julgamento no estrangeiro, por exemplo. Relativamente ao documento que trabalhei, são efetivamente pessoas residentes no estrangeiro que, devido a um acontecimento na terra natal de ambos, foram julgadas em Viseu, e, por ventura, este documento poderia ter de ser reencaminhado para o respetivo país onde as partes residem. Tendo isto em conta, teremos de traduzir de acordo com essa particularidade, pois é mediante o tipo de público-alvo que vamos saber como produzir o texto na língua meta. No entanto, neste caso concreto, fizemos com que a tradução fosse compreendida por qualquer pessoa, e não só por quem se enquadra nesta área específica de jurisprudência.

Assim, apesar do facto de ser um texto técnico destinado a pessoas que dominam esta área, mantemos a linguagem tal como está, para ser compreendido por todo tipo de leitores.

É importante sabermos que, antes de traduzir, temos de analisar o texto e compreendê-lo para, posteriormente, podermos traduzir, ou, melhor dito, elaborarmos uma primeira versão da tradução, pois podem ser várias as versões até entendermos que chegamos ao ‘produto final’; há sempre algo que acabamos por modificar, quer porque não tínhamos entendido o sentido, quer porque entendemos que os elementos da frase ficariam melhor organizados numa nova revisão. O nosso objetivo é que o texto traduzido mantenha o sentido inicial da melhor forma possível, ou seja, no caso de não conseguirmos encontrar um termo equivalente na língua de chegada, teremos de adaptar por outras palavras a nossa tradução, para ir ao encontro do que está escrito no documento inicial.

CAPÍTULO II – DIFICULDADES PESSOAIS NA TRADUÇÃO

1. De português para espanhol

No que diz respeito às dificuldades que tive de português para espanhol, foram mais do que eu esperava, pois quando comecei a traduzir parecia-me relativamente acessível; mas, o certo é que com o passar do tempo e das correções que foram feitas, as coisas foram-se mostrando bem diferentes.

É verdade que o espanhol não é a minha língua materna; estudei-a ao longo do meu percurso académico. A falta de preparação para este tipo de texto também não ajuda minimamente, mas não podemos abordar apenas esse aspeto porque me tenha deparado com erros que tive simplesmente porque não interpretei bem uma ou outra frase, ou porque me deixei levar pelo que chamamos habitualmente “falsos amigos”. Por estas razões é que somos sempre alertados para analisar muito bem o texto e compreendê-lo; muitas vezes, e o meu caso não é o único, compreendemos de forma diferente o que está escrito no texto, acabando por dar outro sentido a frases, parágrafos, e chegamos até por não compreender nem sequer o que escrevemos, por incrível que pareça.

As primeiras dificuldades que se fizeram sentir quando comecei a traduzir o texto foram logo com os termos técnicos que aparecem nas primeiras páginas. Como traduzir o “procedimento”, “o tribunal de 1ª instância”, “o autor” (...). Um dos termos técnicos que muitas pesquisas nos incutiu foi o “saneamento”; para conseguir encontrar o equivalente desse termo teríamos de compreender primeiramente o seu sentido; adaptamos então, numa primeira fase, esse termo em português para “despacho judicial” em espanhol, mas não estando certas de que seria verdadeiramente o termo exato, continuamos a pesquisar até que, por fim, e após várias procuras, a orientadora optou pelo sintagma “saneamiento procesal”. Relativamente à segunda grande parte do documento original em português (veja-se, no anexo, II – FUNDAMENTAÇÃO), eu limitei-me a adaptar literalmente os seus enunciados, ficando pois traduzidos todos eles como “fundamentación”- “contextualización factual” – “el derecho” – “parte crimen” – “parte civil” - “medida de pena”. Só depois, em conjunto com a minha orientadora, houve de aprender a reorganizar e adaptar esses apartados em função do conteúdo do texto em espanhol, além de procurar umas melhores e mais precisas equivalências desses mesmos termos, na língua meta. O mesmo aconteceu com a terceira e última parte do texto em português, já que a “decisión” da sentença e os seus apartados “parte crimen” e “parte civil” – que apareciam traduzidos assim na minha primeira versão –

precisaram de um ajuste formal e de expressão terminológica também diferentes, como diremos depois e podemos observar no produto final deste documento jurídico, em espanhol.

Estes são os termos técnicos que me causaram mais dúvidas, mas não só, já que, na maioria dos casos, o meu maior problema foi a questão do sentido. De facto, ao traduzir, não utilizando os termos corretos e pela má redação das frases, estas acabavam por não ter sentido, o que causaria problemas relevantes para quem iria ler o texto. O que verifiquei aquando da versão final foi que, de facto, o meu texto inicial de chegada estava bastante diferente do reproduzido na última versão corrigida (produto final). Penso que para chegar a esse último documento é preciso muita informação necessária e muita pesquisa através de documentos paralelos. Demonstrou ser complicado para mim, em particular, pois não se encontrava a informação necessária e pretendida em certos casos.

Levou muito tempo partir do texto original até chegar ao texto final; houve de fazer várias correções, voltar a ler o texto original, para perceber se estava tudo corretamente ordenado, o que muitas vezes se revelou não estar. À medida que íamos fazendo as correções havia sempre um termo ou outro que nos deixava na dúvida, ficávamos a pensar até que ponto uma pessoa espanhola iria compreender o sentido do texto e o que estaríamos a dizer. Em alguns casos, até poderia ser entendido, ainda que não fosse a palavra mais correta a que foi escolhida; mas, noutros, realmente é que não se compreendia o sentido. Foi a partir daí, e por causa disso, que se fizeram mais correções e mais pesquisas, até entendermos que teríamos chegado verdadeiramente ao resultado final pretendido.

Aqui apresento alguns exemplos das minhas dificuldades:

1 juicio criminal	Juzgado de 1ª instancia:
Delante el expósito, se impone la condenacion de los acusados (...)	Por todo lo expuesto, se impone la condena de los demandados (...).
El digno magistrado del Ministerio público acusa:	El Ilmo. Sr. Magistrado del Ministério Fiscal acusa a
Saneamento	Saneamiento Procesal
El crimen de ofensa a la integridad física simple	El delito de lesiones

(Tabela 1)

Estes são apenas alguns exemplos que decidi abordar aqui, para mostrar que existe verdadeiramente uma diferença entre os termos em português e espanhol que me criaram muitas dúvidas e uma certa dificuldade. Ao longo da minha tradução existiram mais; alguns estão presentes nas tabelas dos capítulos que tratam da revisão de erros, onde, de uma maneira geral, estão repertoriados.

Posso salientar que a maior dificuldade que tive foi essencialmente de pesquisa e adaptação dos termos, um processo onde fui bastante auxiliada pela minha orientadora. Na verdade, sem ela não teria encontrado solução aos meus bloqueios, em diversas situações que foram surgindo; primeiro, porque não me conseguia orientar nas pesquisas, e depois, porque devido a isso ficava sem saber como avançar, o que também é problemático porque é todo um trabalho que está em jogo. Partindo do princípio que quando realizamos uma tradução temos sempre um prazo para proceder à entrega do documento, neste caso concreto provavelmente não teria conseguido entregar o trabalho dentro do prazo, tendo em conta todo o processo que este tipo de documento requer, que é bastante mais alargado que se fosse uma tradução não especializada.

2. De português para francês

Em relação à versão para francês, existiram similitudes a nível das dificuldades que tive relativamente a termos técnicos específicos, nomeadamente a questão do processo comum, logo ao começar, que eu adaptei como sendo “procès commun”, o que se verificou não ser adequado para este tema; a questão do resumo, que adaptei como sendo “résumé”, mas que me deixa na dúvida, pois não me parece ser o mais adequado. Um dos que me criou maior dificuldade, tal como no espanhol, foi a questão do “saneamento”, que comentei com a minha coorientadora, Dr.^a Cláudia Ferreira, e chegamos a fazer pesquisas juntas para resolver essa questão.

Existiram também termos que eu traduzi, que vieram a não ser os termos corretos para este tipo de processo e que poderiam levar a uma má interpretação, nomeadamente “offensé”, “requérant” et “plaignant”. No que diz respeito à última parte do texto, o termo “Uc’s” exigiu bastante pesquisa, vindo a verificar que em francês seria UV’s (Unités de Valeur).

A nível das pesquisas em relação ao francês, posso dizer que, embora tenha sido mais fácil, levou bastante tempo, mais do que o esperado. Existiram também questões linguísticas, nomeadamente a nível de construções de frases, as quais, por não ter compreendido o sentido em português, me levaram a uma má tradução para o francês. Em certos casos também utilizei termos franceses que também não foram os mais adequados e que tive de substituir por outros, nomeadamente “douloureusement”, na frase (...) *il n’existe pas de doutes que les accusés ont agi à titre de dol direct, étant donné qu’ils ont agi en communion d’effort et d’intentions (...) agissant douloureusement (...)*. Este “douloureusement” acabou por não ser correto, porque ninguém vai agir contra outrem de maneira dolorosa mas sim de forma a prejudicar o outro neste caso concreto, logo teria de dizer “agissant de façon préjudiciable”.

Tal como fiz com as minhas dificuldades de português para espanhol, faço o mesmo relativamente com o francês, isto porque, apesar de ser uma língua bem mais familiar para mim, também teve as suas dificuldades; principalmente, porque a nível de pesquisa de documentos onde possamos extrair alguns termos técnicos não é de todo fácil.

Na maior parte das situações, procedemos, a minha coorientadora e eu, às pesquisas em conjunto, para ver se eventualmente haveria alguma lacuna minha a nível

de pesquisa, mas verificámos que, de facto, tanto ela como eu não encontrávamos o que procurávamos. Claro que isso teve o seu impacto perante o trabalho pois foi atrasando o processo de tradução; mas, após algum tempo, conseguimos colmatar essas dificuldades. O francês, obviamente, também tem os seus termos técnicos embora não sejam tantos, e, tal como fiz com o espanhol, também irei fazer o mesmo com o francês.

Assim sendo, na tabela abaixo podem observar-se as diferenças:

Versão em português	Minha versão em francês	Versão revista
1º juízo criminal	1ère session criminelle	Juridiction pénale du 1er degré
Processo comum	Procédure commune	Procédure ordinaire
Saneamento	Résumé	Mise en état
Ofendido	Ofensé	Demandeur
Acusado	Acusé	
Custas processuais	Frais juridiques	Frais judiciaires
UC's (unidades de conta)	Unités de valeur (UC's)	(Unités de valeur) (UV)

(Tabela 2)

Este levantamento de termos específicos na língua meta é fundamental para se compreender melhor as diferenças que também existem a nível do francês, conforme aconteceu com o espanhol; e para mostrar que também me criaram lacunas na tradução, até conseguir encontrar o verdadeiro significado. Assim, começando pelo primeiro termo, a verdade é que quando comecei a traduzir este texto para o francês, parti com o primeiro termo para uma tradução literal com a qual é necessária uma especial atenção, que acabou por se mostrar relevante. Quando coloquei a “1ère session criminelle”, pensei estar correta; no entanto, a verdade é que, no que diz respeito a jurisdição francesa, isso não é o correto. A verdade é que, após ter consultado uma página web que explica a hierarquia dos tribunais de primeira instância, o tribunal criminal não trata de casos como o que aqui está em apreço, e rapidamente verificamos que este caso se insere na jurisdição cível e não penal, como é o caso do tribunal criminal. A outra solução que poderia ter aplicado, tendo em conta o contexto, poderia ter sido “Tribunal correctionnel”, no entanto, quando parti para essa ideia verifiquei rapidamente que uma coisa não podia ser esquecida, trata-se de um Tribunal de 1º Juízo Criminal.

Desta forma, no momento de verificar atentamente a questão do “Tribunal correctionnel”, percebi que não poderia ser, pois esse é um tribunal de 2º juízo, o que já estaria a deturpar a informação do texto. Com atenção nessa análise, e após ter visto a questão com a minha coorientadora, deduzimos então que o melhor, neste caso, seria de facto decidir traduzir por “Juridiction pénale du 1er degré”, desta forma não estou a correr nenhum risco que possa vir a afetar a qualidade do meu trabalho. Relativamente a “processo comum”, a minha escolha de partida também foi adaptar por “procès commun”, mas rapidamente verifiquei que o mais correto seria, sem sombra de dúvida, “procédure ordinaire”, já que o “procès commun” é muito pouco ou nada utilizado na linguagem jurídica francesa.

Quero salientar que, ao longo deste trabalho todo - na parte do francês -, para além de pequenas lacunas que me foram surgindo e que tenho vindo a explicar, o que me causou bastantes problemas foi encontrar um equivalente para o termo específico de “saneamento”. É um termo que, por muito que se procure a equivalência em francês, é muito difícil de chegar a uma conclusão sobre qual o termo a escolher que seja o mais apropriado para o caso aqui a ser trabalhado. Desta forma, para não correr riscos, decidi primeiro entender qual o significado do termo “saneamento” em português. Assim sendo, encontramos o seguinte significado: “O saneamento destina-se a verificar se ocorrem exceções dilatórias que devam ser supridas ou obstem irremediavelmente ao prosseguimento da causa e decidir as questões de mérito que possam ser imediatamente apreciadas, sendo estas funções desempenhadas pelo pré-saneador e despacho saneador.” O dito significado foi retirado de *Reforma do CPC: Saneamento e Condensação*, de Serôdio (s.d).

Com esta definição, fiquei a compreender do que se tratava em concreto, o que me iria ajudar a procurar um equivalente em francês, pelo menos seria o mais provável. No entanto, o que aconteceu foi que, ao longo das pesquisas, encontram-se termos de sentença mas que curiosamente acabam por não ser verdadeiramente o pretendido, principalmente neste contexto. Surgiu-me assim a ideia de consultar alguns fóruns de tradução onde eventualmente até poderia obter ajuda, porque alguém já teria feito essa pergunta e poderia ser-me útil. Um dos fóruns que consultei foi o *Proz.com*, onde primeiro visualizei as perguntas que já tinham sido por lá feitas, relativamente às várias áreas. A partir daí, decidi então colocar a minha pergunta, na esperança de que, eventualmente, alguém respondesse a minha questão sobre o termo que tantas voltas me tinha feito dar até ao momento. Infelizmente para mim, de todas as respostas que me foram dadas, e tendo eu explicado devidamente o contexto no qual se inseria a minha questão, nenhuma

delas se enquadrava no tema. De facto, todas as respostas que me foram dadas para “saneamento” foram principalmente “assainissement”, um termo que é utilizado para questões de redes públicas de águas. Visto que esse termo de forma alguma se adequaria ao meu trabalho, decidi, tendo já conhecimento da definição de saneamento em português, procurar o equivalente em francês, dentro do mesmo contexto. Durante a minha pesquisa, encontrei uma definição que me pareceu adequada ao que eu procurava, no entanto, mesmo assim poderia não ser verdadeiramente isso, tendo em conta a definição em português. Tendo isso em conta, partindo das primeiras pesquisas e até chegar ao equivalente do termo “saneamento”, o processo foi longo e trabalhoso. De facto, quando comecei a traduzir o texto para francês, o primeiro termo que era para mim o mais adequado foi “enquête préliminaire”, cuja definição é a seguinte: “Le tribunal, d'office ou à la demande d'une partie, peut faire procéder à un supplément d'information (une enquête) ou à une expertise, si ces actes sont justifiés. Le procès est alors reporté à une date ultérieure”; solução encontrada no *Service-Public* (2015). “*Déroulement d'une affaire devant le tribunal correctionnel*”¹. No entanto, após releitura da tradução e novas pesquisas, constatei que a minha primeira escolha poderia não ser a melhor e levar-nos a ambiguidades, o que deve ser evitado. Assim, com mais uma leitura e pesquisa em torno deste termo “saneamento”, que exigiu uma pesquisa mais minuciosa, encontrei o termo “mérite de la cause”, o que por fim me parecia ser a expressão que melhor se aproximava da definição em português: “O saneamento destina-se a verificar se ocorrem exceções dilatórias que devam ser supridas ou obstem irremediavelmente ao prosseguimento da causa e decidir as questões de mérito que possam ser imediatamente apreciadas, sendo estas funções desempenhadas pelo pré-saneador e despacho saneador.” Dito significado foi retirado de *Reforma do CPC: Saneamento e Condensação*, de Serôdio (s.d).

Trata-se de compreender qual vai ser o mérito da causa para o juiz se poder pronunciar. Foi após algum tempo, e com a indicação da orientadora de francês, que o verdadeiro equivalente ao termo saneamento foi encontrado como sendo “mise en état”; solução encontrada no www.Dictionnaire-juridique.com ².

¹ Disponível em <<http://vosdroits.service-public.fr/particuliers/F1485.xhtml> [consultado em 17 de novembro de 2014].

² Disponível em <<http://www.dictionnaire-juridique.com/definition/mise-en-etat.php>. [consultado em 13 de Abril de 2015].

Todo o processo de pesquisa em volta deste termo “saneamento” foi difícil, mas, de facto, ao longo das várias pesquisas realizadas, não restam dúvidas de que tanto a definição do termo “saneamento”, acima referida, como a definição de “mise en état” são equivalentes, como podemos verificar, tendo o equivalente francês a seguinte definição: “[...] Phase de la procédure écrite, au cours de laquelle se déroule l’instruction de la cause sous le contrôle et la direction d’un Magistrat du siège. [...] Le juge de la mise en état tient des “conférences” auxquelles sont conviés les conseils des parties selon un calendrier qui est généralement fixé dès la première réunion. Lors de ces conférences, le juge (ou devant une Cour d’appel, le Conseiller) s’informe de la régularité de la procédure suivie et des diligences des conseils des parties. Il peut leurs adresser des injonctions et il règle les incidents relativement à l’échange des conclusions et à la communication des pièces. C’est ce que signifie, s’agissant de l’une et l’autre des parties, “Qu’elles doivent se mettre en état”. Le juge peut, si l’affaire le requiert, prescrire par ordonnance toute mesure propre à faire avancer l’instruction de l’affaire, telles qu’une expertise ou une enquête. Aux termes de l’article 771 du nouveau Code de procédure civile, le juge de la mise en état est compétent pour statuer sur les exceptions de procédure. L’article 781 du même code qui sanctionne ces obligations, autorise le juge de la mise en état à radier l’affaire, par une ordonnance motivée non susceptible de recours. (...)».

Partindo da comparação destas duas definições, podemos concluir que “mise en état,” em francês, compreende a verificação da regularidade do processo bem como tudo o que diga respeito às peças juntas ao mesmo e, deste modo, decidir se o julgamento pode ser iniciado ou não.

Assim, não abrange apenas qual vai ser o mérito da causa, mas sim se todos os elementos realmente estão reunidos para se poder iniciar o julgamento. É o que se pretendia como equivalente a “saneamento”.

Para finalizar esta explicação sobre as minhas dificuldades concretas com os termos específicos do francês, o último termo a ser aqui explicado é “unidade de contas (UC’s)”. Aqui também tive de procurar no que se baseava essa unidade de contas e compreender como era calculada; isto, porque teria de ver a equivalência em francês para perceber se o termo selecionado seria verdadeiramente o mais adequado ou não. Deste modo, percebi rapidamente que a unidade de conta estava ligada aos cálculos feitos para as custas do tribunal, ou seja, segundo o vencimento da pessoa julgada, serão calculadas

as percentagens do que o réu vai pagar e com quanto é que o Estado vai ajudar nas despesas. Com base nesta definição, fui então procurar algum termo que fosse equivalente ou, pelo menos, que tivesse um significado que se pudesse adequar. E foi assim que, após as pesquisas através de Internet ², encontrei “Unités de Valeur”, cujo cálculo é feito exatamente da mesma maneira e para os mesmos efeitos. Solucionei assim todas as dúvidas relativamente ao francês.

² Consultado em <<http://www.legifrance.gouv.fr/>> [Consultado em 17 de novembro de 2014].

3. Estudo comparativo: o documento/sentença em três línguas (português/espanhol/francês)

A parte que quis destacar neste projeto, pelo lado particularmente interessante e enriquecedor, foi, sem sombra de dúvida, poder demonstrar que traduzir é uma competência que não podemos dar como adquirida só pelo facto de dominarmos as línguas do texto de partida e do texto de chegada. É fundamental termos a noção de que temos de ter um conhecimento da sociedade para a qual estamos a traduzir o texto ou, como no meu caso, além de conhecer o documento oficial, incorporar outros conhecimentos complementares que nos possam vir a ajudar.

Neste caso específico de uma sentença em tribunal, se não tivesse tido a preparação, mesmo que básica, de Direito, seria meramente uma tradução de uma língua para outra com o sistema jurídico nacional para a língua de chegada, o que não seria de todo o resultado pretendido. O aspeto mais importante neste ponto é, sem dúvida, a diferença entre as línguas, já que, apesar de serem muito próximas pela sua origem, têm as suas divergências. É de salientar que, ao longo de todo este processo de tradução, primeiro para o espanhol e seguidamente para o francês, as diferenças foram-se notando - principalmente a nível do espanhol - não apenas a nível lexical, mas de forma mais importante a nível dos termos técnicos. Foi por isso preciso muito tempo para ir procurando e adaptando o texto da melhor forma possível; até conseguir, com a ajuda da Prof^a orientadora, enquadrar esta sentença no âmbito formal do espanhol jurídico, porque, de facto, o que eu tinha feito foi simplesmente traduzir o texto original para espanhol, sem reparar nas convenções exigidas pela escrita, para este específico documento.

Possivelmente, para pessoas na minha situação, seria de facto a opção mais simples para a tradução deste documento; no entanto, ao longo do meu trabalho, a minha orientadora já me tinha dito naquele ponto que, para ser de todo compreendida a sentença por um cidadão espanhol, teríamos de adaptar o documento ao modelo empregado correntemente nas esferas judiciais espanholas. E assim foi; além de verificar através da Internet que todas as sentenças em Espanha exibem a mesma disposição formal, a seguir utilizámos como suporte um manual de tradução jurídica, para retirar e poder mostrar aqui o esquema do modelo oficial, tal como disposto na imagem abaixo:

MODELO DE SENTENCIA

JUZGADO DE (PRIMERA INSTANCIA E INSTRUCCIÓN) N° ____
(PROVINCIA ____)
Procedimiento: Juicio de (faltas) n° ____

EN NOMBRE DE S.M. EL REY

SENTENCIA N° ____
En ____, a ____ de ____ de ____

Vistos por Don / Doña ____, Juez/a / Magistrado/a del Juzgado de ____
n° ____ de ____, los presentes autos de Juicio de (Faltas) n° ____, entre (nombre del denunciante), en calidad de denunciante, y (nombre del denunciado), en calidad de denunciado, con intervención del Ministerio Fiscal.

ANTECEDENTES DE HECHO

PRIMERO: _____

SEGUNDO: _____

...

HECHOS PROBADOS

PRIMERO: _____

SEGUNDO: _____

...

FUNDAMENTOS JURÍDICOS

PRIMERO: _____

SEGUNDO: _____

...

Vistos los artículos citados,

FALLO:

Que debo (absolver y absuelvo / condenar y condeno) los hechos objeto de este Juicio de (faltas), a (nombre del denunciado), declarando (de oficio / a su cargo) las costas procesales.

Inclúyase la presente en el Libro de Sentencias.

Notifíquese esta resolución a las partes, haciéndoles saber que la misma no es firme, y contra ella cabe recurso de apelación en el plazo de ____ días.

Así por esta mi sentencia, juzgando en esta instancia, lo pronuncio, mando y firmo.

E/

Este foi fundamental na disposição da sentença em si, porque, se analisarmos melhor, compreendemos que a primeira diferença que encontramos, já só pelo simples facto de vermos o texto original e o texto traduzido, é a própria e específica organização da sentença em si, em espanhol.

Assim, já ao começar esta análise entre os três textos, nas respectivas línguas de trabalho, vamos notando as correspondentes diferenças seja a nível linguístico, seja a nível estilístico.

Partindo deste esquema que demonstra o modelo espanhol, a primeira parte da tradução consistiu em adaptar os termos em português aos correspondentes espanhóis. Seguidamente fomos adaptando os cargos das pessoas na mesma ordem de ideias. Existe, principalmente em espanhol, uma grande diferença a nível de termos utilizados para designar, por exemplo, o Ministério Público, sendo que em espanhol se diz *Ministerio Fiscal*. Acontece o mesmo relativamente ao Sr. Juiz, que em espanhol é designado como

Ilmo. Sr. Magistrado Juez; estes já são dois exemplos que por si mesmos já distinguem as especificidades dos tecnicismos entre o português e o espanhol. Para além destes, existem muitos mais que foram detetados ao longo da análise que fomos fazendo para os registar, e um dos mais relevantes foi o termo que define o principal tema desta sentença: o assunto ‘crime de ofensa a integridade física simples’ passará a ser traduzido em espanhol como um específico *delito de lesiones*.

Abaixo podem visualizar as diferenças existentes entre os vários termos cotejados e as diferenças a nível de frases:

Português	Espanhol	Francês
Processo n° (processo comum – singular [ofensa à integridade física])	Procedimiento: ofensa a la integridad física/ delito de lesiones	Procédure n° procédure commune particulière [atteinte à l’intégrité physique]
1º Juízo criminal	Juzgado de 1ª Instância –	Juridiction de jugement du 1er degré
O Digno Magistrado do Ministério Público acusa:	El Ilmo. Sr. Magistrado del Ministerio Fiscal acusa a:	Le Magistrat du Ministère Public accuse:
Fundamentação	Antecedentes de hecho	Fondement
Enquadramento factual:	Hechos probados	Contexte des faits
O direito	Fundamentos jurídicos	Le droit
Parte crime	Derecho penal	Partie crime
Parte cível	Derecho civil	Partie civile
Medida de Pena	Determinacion de la pena	Mesure de peine
Decisão	Fallo	Décision
Parte crime	[incluído no ‘Fallo’]	Partie crime
Parte cível	[incluído no ‘Fallo’]	Partie civile

(Tabela 3)

Relativamente a esta tabela 3 que figura acima, podemos verificar que existem duas grandes diferenças no que diz respeito à forma como o documento é produzido entre as três línguas em contacto.

As primeiras partes são equivalentes a nível de títulos, sendo cada uma delas na sua respetiva língua; no entanto, quando chegamos à parte da decisão final que é tomada relativamente ao caso em apreço, verificamos que, enquanto o português e o francês, na decisão, especificam qual será a medida tomada na parte crime e na parte cível, em espanhol isso acaba por ser agrupado na parte da decisão, sem querer dividir as partes, visto que faz parte da decisão toda, independentemente que seja parte crime ou parte cível. Quando realizei pela primeira vez a tradução, não tinha essa noção relativamente ao espanhol; primeiro, não sabia quais iriam ser as diferenças mais notórias, e depois, ao longo da tradução, fui verificando de facto alguns bloqueios que não me foram fáceis de solucionar sozinha. E apesar de todas as pesquisas que fui efetuando, foi somente ao expor os meus problemas que consegui perceber onde tinha falhado e principalmente compreender porquê. O facto de não entendermos porque falhamos ou não traduzirmos bem uma frase ou um termo específico é bastante problemático, daí a importância de podermos compreender e trabalhar no problema para que, no futuro, este não se volte a repetir.

No meu caso, um dos grandes problemas é eu ter lacunas a nível do português, pelo facto da sua aprendizagem estar incompleta; isto porque, como cresci em França, não tive aquelas bases essenciais do português. Na escola, eu tinha de facto aulas de português, mas a verdade é que não foi o suficiente. Foi mais tarde que realmente aprendi as bases de que tanto necessitava. A aprendizagem do português em França ajudou-me minimamente a preparar a minha vinda para Portugal, mas a verdade é que quando cheguei para o 11º ano me faltava imensa coisa. Com o passar do tempo, não tenho dúvidas que me falta ainda aprender muitas coisas, e tendo eu o português com lacunas, é óbvio que me dificulta muito a tradução, porque posso não interpretar devidamente os textos a traduzir e depois vê-se no resultado final. Fruto disso são alguns exemplos, tais como o facto de não ter interpretado bem uma frase que, uma vez traduzida em francês, eu própria não entendia o que queria dizer, ou no caso de termos técnicos cujo sentido inicial não entendi e deixei-os em português até entender verdadeiramente o que queriam dizer, para poder depois traduzi-los.

Uma vez traduzidos todos os documentos, tomei consciência da tarefa que tinha sido realizada entre as duas línguas. Tendo partido da base em português, posso dizer que o texto que me deu mais trabalho, a nível de revisões, quer fossem de gramática, quer por necessidades estilísticas, foi sem dúvida o texto em espanhol; foram muitas horas lendo

e relendo com o apoio incansável da minha orientadora, que foi uma ajuda preciosa nessa tarefa, pois foi uma longa caminhada para decidir quais seriam, de todos os termos que tinha escolhido, os que de facto se adaptassem melhor ao texto em questão, tendo em conta a sua especificidade. Comparando a minha primeira versão com a versão revisada finalmente por ela, pode observar-se que existem grandes diferenças: uma primeira tem a ver com o facto de que quando comecei a traduzir não tinha o texto formatado devidamente, conforme o original. Depois, existe uma grande parte do texto onde ficam registados decalques do português e bastantes inadequações terminológicas; quando, por exemplo, no lugar de “informe médico” escolhi “examen médico”; utilizei a fórmula “pegar en” quando em espanhol se diz “pegar a”, no sentido de bater em alguém; o facto de ter dito “temporal” em vez de “sienes”; ter utilizado muitas vezes “Codigo del penal” quando é simplesmente “Código Penal”; escrevi algumas vezes “consta del artículo”, quando o correto seria dizer “dispone el artículo”.

Para além destes erros, a minha divisão, por assim dizer, das partes do documento, partindo do português para o espanhol, foi inicialmente feita sem ter o apoio do manual que mais tarde a minha orientadora me disponibilizou; desse modo, na tabela abaixo mostro qual a disposição inicial e a final:

1ª versão em espanhol	Versão corrigida em espanhol
I- Informe 1. Acusación	I- Informe 1. Acusación
1 Defensa	2 Defensa
2 Saneamiento	3 Saneamiento procesal
I- Fundamentación	II- Antecedentes de hecho
2- Contextualizacion factual	II- Hechos probados
3- El derecho Parte crimen: Parte civil:	III- Fundamentos jurídicos Derecho Penal Derecho Civil
4 Medida de pena	4 Determinación de la pena
III – Decision Parte crimen: Parte civil:	IV- Fallo

(Tabela 4)

Com esta tabela pretendo mostrar as diferenças obtidas entre a primeira tradução, relativamente às partes principais do texto, e a versão final do trabalho. É de salientar o facto de em espanhol não existir aquela separação entre a parte crime e a parte civil, ficando tudo agrupado na parte da decisão, tendo em conta que - segundo as convenções exigidas neste tipo de documento - seja pela parte crime ou pela parte civil, abrange uma única parte que é a parte da decisão, daí não existir necessidade de distinguir essas duas partes.

CAPÍTULO III – ANÁLISE E REVISÃO DE ERROS

Análise e revisão de erros. Classificação

Esta parte do trabalho foi fundamental para a obtenção de uma tradução mais próxima do original, na língua de chegada. Foi pois analisando a tipologia dos meus erros, que consegui perceber as minhas falhas, que revelaram ser de falta de preparação, de lacunas a nível do espanhol e, ademais, pela dificuldade do texto tratado.

A verdade é que sem a preciosa ajuda da minha orientadora, não teria percebido até que ponto é que os meus erros tinham um impacto tão grande, na altura da leitura do trabalho.

Deste modo, classificámos os erros em várias categorias, tomando como referência um estudo de Cruces Colado (2001)³ sobre a origem dos erros de tradução. Do trabalho desta autora foi adaptado e sintetizado um esquema muito básico, a fim de simplificar os meus erros e incorreções, já que se fôssemos tão exaustivas o trabalho ainda não estaria concluído atualmente. Este particular esquema - que abrange, em linhas gerais, os erros de sentido, as incorreções formais e a revisão estilística - permitiu que eu tomasse consciência dos meus erros e pudesse comparar o que eu tinha feito, juntamente com outras correções, para melhorar o meu trabalho e evitar que se repetisse esta situação. Desta forma, segundo Cruces Colado (2001), os erros detetados de forma mais frequente nas traduções são aqueles que afetam o sentido do texto e que se refletem na fase de reformulação do mesmo, provocando deste modo ruturas de coerência, inadequações terminológicas, usos de palavras literais ou combinações lexicais que não são toleradas na língua de chegada.

Posso dizer que esta parte do trabalho foi bastante árdua, custando-me muito entender que tipo de erros tive, e, acima de tudo, entender porque os tive. Numa fase posterior, houve de corrigir o trabalho para que ficasse na sua versão finalizada, sem mais nada a acrescentar. Foi necessário, para a elaboração desta revisão e análise, examinar e rever o texto todo, e várias vezes, para ver se não havia esquecimento por minha parte de nenhum erro que não queria deixar de forma alguma esquecido.

³ Este estudo serviu já de referência para a tese de mestrado em Tradução Especializada (*O interesse socioeducativo (e as dificuldades) de traduzir em português-espanhol*), onde foram analisados minuciosamente os erros e dificuldades, num caso particular de bilinguismo; trabalho que foi orientado igualmente pela Prof.^a María Jesús García Méndez, na Universidade de Aveiro, no passado ano 2014.

Assim, abaixo podemos visualizar os vários tipos de erros que ficaram registrados ao longo da tradução. Advertimos que só serão referenciados aqui alguns deles, pois não seria possível, de forma alguma, analisar todos de uma maneira exaustiva.

I- ERROS DE SENTIDO:

a) Por rutura de coerência:

Por el <u>demandado</u> XXX <u>fue pedido de</u> indemnización civil contra los <u>demandantes</u> . –pág.2	Por el <u>demandante</u> XXX <u>se pidió</u> una indemnización civil contra los <u>demandados</u> . –pág.2
<u>Sin que nadie lo justificase (...) del lugar donde se encontraba el ofendido, empezó a dirigir expresiones provocadoras al ofendido.</u> – (pág.3)	<u>Sin que nada lo justificase (...) del lugar en donde se encontraba el ofendido, empezó a proferir insultos provocadores al ofendido.</u> - (Pág.3)
<u>De súbito, el acusado XXX pego en una de las botellas (...) apenas terminando con tales ofensas porque mientras eso el testigo intervino, los separo y acabo con las agresiones.</u> - (pág.3)	<u>De repente, el demandado XXX agarró una de las botellas (...) terminando así con las ofensas porque, en ese momento, intervino el testigo, los separó y acabó con las agresiones.</u> – (pág.3)
(...) <u>a la cual estaba subyacente un hematoma (...) con elevación aproximado de 5mm.</u> – pág.3	(...) <u>encima de un hematoma (...) con una hinchazón de 5mm.</u> – pág.3
(...) todas <u>mejor descritas en los autos del examen médico de folios 12 a 13 y 7 a 9, que aquí se dan como reproducidos.</u> – (pág.4)	(...) todas <u>estas heridas mejor descritas en los autos del informe médico que aquí se dan como reproducidos en folios 12 a 13 y 7 a 9.</u> –(pág. 4)
Al agredir <u>el</u> ofendido XXX de la forma <u>supra</u> descrita (...) <u>actuaron los acusados XXX y XXX en comunión de esfuerzos y intentos, ofender el cuerpo y la salud de aquello molestado, lo que han conseguido.</u> –(pág.4)	Al agredir <u>al demandante</u> XXX de la forma <u>arriba</u> descrita, (...) <u>los demandados XXX y XXX actuaron en comunión de esfuerzos e intentos, ofendiendo el cuerpo y la salud del citado ofendido, lo cual consiguieron.</u> – (pág.4)
(...) <u>en la cual estaba subyacente un hematoma (...) con elevación (...).</u> – (pág.5)	(...) <u>ya había un hematoma (...) con una hinchazón (...).</u> - (pág.5)
(...) <u>en la región parietooccipital del cuero cabelludo, todas mejor descritas en los autos de los exámenes médicos de folios 12 a 13 y 7 a 9, que se dan aquí como reproducidos.</u> – (pág.5)	(...) <u>en la región parieto-occipital del cuero cabelludo, todas ellas mejor descritas en los autos del informe médico presentado en folios 12 a 13 y 7 a 9.</u> – (pág.5)
Al agredir <u>el</u> ofendido (...) <u>de la manera supra descrita</u> (...) <u>actuaron los acusados XXX y XXX, en comunión de</u>	Al agredir <u>al demandante</u> (...) <u>de la manera arriba-descrita</u> (...) <u>los demandados XXX y XXX actuaron en</u>

<u>esfuerzo y intencionados a ofender el cuerpo y la salud del querellante, lo que han conseguido.</u> – (pág.5)	<u>comunidad de esfuerzos y con la intención de dañar el cuerpo y la salud del demandante, lo cual consiguieron.</u> – (pág.5)
Con la heridas sufridas (...) <u>impidiendo, durante el tiempo de la enfermedad causada de poder desarrollar las condiciones normales para su capacidad laboral.</u> – (pág.5)	Con las heridas sufridas (...) <u>impidiéndole, durante el tiempo de la baja causada por enfermedad, poder desarrollar su actividad laboral en condiciones normales.</u> – (pág.5)
Del <u>tenor de las relatorías periciales</u> (...) <u>despacho Médico-legal de Viseu</u> (...) <u>lo que “el juez técnico (...) se presume substraído a libre apreciación del Juzgado”.</u> – (pág.6)	Del <u>contenido de los informes periciales</u> (...) <u>gabinete Médico-legal de Viseu (...).</u> <u>De modo que “el juicio técnico (...) se presume ajustado a la libre apreciación del juzgador”.</u> – (pág.6)
(..) <u>“ya ven aquel gran gilipollas”(...</u> – (pág.7)	(...) <u>“Ya está aquí este gilipollas” (...)</u> – (pág.7)
(...) <u>pegó con dos botellas vacías en el rostro y temporal de XXX, lo que rompió las botellas</u> – (pág.8)	(...) <u>pegó con dos botellas vacías en el rostro y sienes de XXX (...)</u> <u>rompiéndose las botellas</u> - (pág.8)
<u>Le pego un puñetazo en la cara de XXX, lo que según se acuerda rompió las gafas que XXX usaba</u> – (pág.8)	<u>Le pegó un puñetazo en la cara a XXX, y según se acuerda, le rompió las gafas que usaba.</u> - (pág.8)
<u>Era habitual hasta aquel año (...)</u> <u>jamás han sido vistos en aquel lugar.</u> – (pág.9)	<u>Era habitual, hasta aquel año, (...)</u> <u>jamás fueron vistos en aquella localidad.</u> – (pág.9)
(...) <u>tenía una toalla en las manos con la cual limpiaba la sangre y la mala compañía del testigo XXX.</u> – (pág. 9)	(...) <u>tenía una toalla en las manos con la cual se limpiaba e iba en compañía del testigo XXX.</u> – (pág.9)
(...) <u>[el derecho a la integridad física]</u> (...) <u>mientras orgánicamente ligado a la persona como tal, detiene la protección absoluta, así que no se puede ser afectado mismo en suspensión de derechos fundamentales, en vigor de estado de lugar o de emergencia, como consta del artículo ...etc.</u> - (pág.10)	(...) <u>[el derecho a la integridad física]</u> (...), <u>en cuanto orgánicamente ligado a la defensa de la persona como tal, goza de protección absoluta, así que no puede ser afectado ni siquiera en situaciones de suspensión de derechos fundamentales, estando vigente incluso en estado de sitio o de emergencia, como dispone el artículo ...etc.</u> - (pág.10)
(...) <u>el crimen de ofensa a la integridad</u> (...) <u>tipo legal de crímenes contra la integridad física, lo que a partir de ahí que surgen</u> (...) – (pág.11)	(...) <u>el delito de lesiones</u> (...) <u>tipo legal fundamental en materia de delitos contra la integridad física, y a partir de ahí surgen</u> (...) – (pág.11)
(...) <u>con base para su relleno la verificación del resultado descrito, con la posibilidad de la gravedad de sus efectos o su duración llevar a la cualificación de la lesión</u> (...) – (pág.11)	(...) <u>bastando la verificación del resultado descrito, pudiendo la gravedad de sus efectos o su duración llevar a considerar la cualificación de la lesión</u> (...) – (pág.11)

(...) <u>o ser valorado con base en la determinación de la medida penal.</u> (...) <u>b) ofensas en la salud, rellenándose el tipo con la verificación de...etc.</u> – (pág.12)	(...) <u>y ser valorado dentro del ámbito de la determinación del tipo de condena.</u> (...) <u>b) ofensas a la salud, cumpliéndose el tipo de verificación de ...etc.</u> – (Pág.12)
(...) <u>incapacidad para el trabajo, o mismo dolor o sufrimiento físico (...)</u> – (pág.12)	(...) <u>incapacidad para el trabajo, o incluso dolor o sufrimiento físico (...)</u> – (pág.12)
<u>Delante el expósito, se impone la condenación</u> (...) – (pág.13)	<u>Por todo lo expuesto, se impone la condena</u> (...) – (pág.13)
<u>Por el expuesto juzgo la acusación procedente, por probada (...) condeno los acusados (...)</u> – (pág.17)	<u>Por todo lo expuesto, juzgo procedente la demanda civil, dándola por probada (...) condeno solidariamente a los acusados (...)</u> – (pág.17)

(Tabela 5)

b) Por inadequações terminológicas:

Como se pode verificar nas tabelas abaixo, estas são devidas a um mau uso de termos aquando da tradução. Estas acontecem muito frequentemente, pelo facto do conhecimento léxico não ser tão enriquecido quanto isso, o que nos leva a utilizar um determinado termo quando, na verdade, existem outros que se adequam melhor para este caso específico, sendo precisamente isso o que quis demonstrar.

No meu caso, as inadequações terminológicas foram devidas a transferências negativas de termos em português para o espanhol, que muitas vezes me induziram em erro. Talvez a maior de todas foi, por exemplo, ter utilizado o termo “expósito”, que em espanhol designa uma criança órfã, em lugar de “expuesto”, quando houve de traduzir a locução de tipo resolutiva “em face do exposto”, na sentença. Repare-se no abismo que separa a minha versão: **Delante el expósito, se impone la condenación (...)* etc. (pág.13), e a versão corrigida da minha orientadora: *Por todo lo expuesto, se impone la condena (...)* etc. (pág.13).

<u>Tribunal Judicial de la Comarca de Viseu</u> – (pág.1)	<u>Juzgado de Viseu</u> – (pág.1)
<u>Término</u> – (pág.1)	<u>Admitido a trámite</u> - (pág.1)
<u>Proceso común- Singular [Ofensa a la integridad física]</u> – (pág.1)	<u>Procedimiento ordinario: Delito de lesiones</u> – (pág.1)
<u>Autor:</u> <u>1 Juicio Criminal</u> – (pág.1)	<u>Actor:</u> <u>Juzgado de 1ª Instancia</u> – (pág.1)
<u>El digno magistrado del ministerio Público acusa :</u> - (pág.1)	<u>El Ilmo. Magistrado del Ministerio Fiscal acusa a :</u> - (pág.1)
<u>Sin que nadie lo justificase (...) del lugar donde se encontraba el</u>	<u>Sin que nada lo justificase (...) del lugar donde se encontraba el</u>

<u>ofendido, empezó a dirigir expresiones provocadoras al ofendido.</u> – (pág.3)	<u>ofendido, empezó a dirigir expresiones provocadoras al ofendido.</u> – (pág.3)
<u>De súbito (...) pego en una de esas botellas (...) lo golpeo (...) apenas terminando con tales ofensas, porque mientras eso intervino el testigo.</u> – (pág.4)	<u>De repente (...) agarró una de esas botellas (...) lo golpeó (...) terminando así con tales ofensas, porque mientras tanto intervino el testigo.</u> – (pág.4)
<u>(...) el requerente XXX, sufrió escoriaciones múltiples dispersas por la región frontal y malares, todas lineares la mayor parte de ellas midiéndolo 3 cm (...)</u> – (pág.5)	<u>(...) el requirente XXX sufrió rasguños múltiples y dispersos por la región frontal y molar, todos de 3 cm (...).</u> – (pág.5)
<u>Los acusados actuaron, (...), deliberada y conscientes sopando que tal conducta no les era permitida siendo castigada criminalmente.</u> – (pág. 5)	<u>Los demandados actuaron, (...), deliberadamente y conscientes de que tal conducta no les estaba permitida, siendo castigada penalmente.</u> – (pág.5)
<u>El requirente se sintió profundamente abalado con las agresiones (...) delante la personas que bien lo conocen.</u> - (pág.5)	<u>El demandante se sintió profundamente abatido con las agresiones (...) delante de personas conocidas.</u> – (pág.5)
<u>Llevo puntos, le habiendo visto la cara “toda suturada y hinchada”.</u> – (pág. 9)	<u>Necesitó puntos; le vio la cara “toda suturada e hinchada”.</u> – (pág.9)
<u>(...) el crimen de ofensa a la integridad (...) tipo legal de crímenes contra la integridad física, lo que a partir de ahí que surgen (...)</u> – (pág.11)	<u>(...) el delito de ofensa a la integridad (...) tipo legal fundamental en materia de delitos contra la integridad física, y a partir de ahí surgen (...)</u> – (pág.11)
<u>Delante el expósito, se impone la condenación (...)</u> – (pág.13)	<u>Por todo lo expuesto, se impone la condena (...)</u> – (pág.13)
<u>En la forma consumada, de crimen de ofensa a la integridad simple, previsto y punido (...) para cada uno de los acusados a la tasación diaria (...) a quien corresponden (...).</u> – (pág.17)	<u>En la forma consumada, de un delito de lesiones, previsto y castigado por (...) imponiéndoles a cada uno de los demandados (...) sujetos a la tasación diaria (...) y los correspondientes días (...).</u> - (pág.17)

(Tabela 6)

II – INCORREÇÕES FORMAIS:

a) Nas formas verbais:

No caso das formas verbais, devo dizer que não utilizei o tempo verbal adequadamente, e, outras vezes, quando o utilizei, a ortografia não estava correta.

<u>El ofendido XXX sufrió múltiples escoriaciones dispersas por la región frontal y malares, todas lineares la</u>	<u>El ofendido XXX sufrió múltiples hematomas en la parte frontal y en los molares, el mayor con un tamaño de 3</u>
--	---

<u>mayor de todas midiendo 3 cm de largo y se situando en la región frontal.</u> – (pág.3)	<u>cm situado en la mitad derecha de la región frontal.</u> – (pág.3)
<u>Actuaron libremente (...) sopando que tal conducta (...).</u> – (p.5)	<u>(...) sabiendo/siendo conscientes de que tal conducta (...).</u> – (pág.3)
<u>Por los daños patrimoniales, el requiriente ha soportados ya por los presentes autos (...) y los gastos con los transportes en los viajes que tuve que hacer (...) para presentar reclamaciones y al Tribunal (...).</u> – (pág.6)	<u>En cuanto a los daños patrimoniales, el requiriente soportó ya en razón de los presentes autos (...) y unos gastos de transportes en viajes que tuvo que hacer (...) y al Juzgado, para presentar denuncia (...).</u> – (pág.6)
<u>(...) lo cual referido que los factos han ocurrido hace 6 años (...).</u> – (pág.7)	<u>(...) el cual refirió que los hechos ocurrieron hace 6 años (...).</u> – (pág.7)
<u>(...) se posiciono detrás del y empiezo a provocarlo (...).</u> – (pág.7)	<u>(...) se posicionó detrás de él y comenzó a provocarle (...).</u> – (pág.7)
<u>Era habitual hasta aquel año (...) jamás han sido vistos en aquel lugar.</u> – (pág.9)	<u>Era habitual, hasta aquel año, (...) jamás fueron vistos en aquella localidad.</u> – (pág.9)
<u>Dispone el artículo 143º/1 del código de lo Penal que quien ofender el cuerpo o la salud de otra persona es sancionado con pena de prisión hasta 3 años (...).</u> – (pág.11)	<u>El artículo 143º/1 del Código Penal dispone que quien atenta contra el cuerpo o la salud de otra persona será sancionado con pena de prisión de hasta 3 años. (...).</u> – (pág.11)

(Tabela 7)

b) Na concordância:

<u>El requirente se sintió profundamente abalado con la agresiones (...) delante la personas que bien lo conocen.</u> – (pág.5)	<u>El demandante se sintió profundamente abatido con las agresiones (...) delante de personas conocidas.</u> – (pág.5)
<u>Cuya veracidad y autenticación no fue puesta en causa.</u> – (pág.6)	<u>Cuya veracidad y autenticación no fueron puestas en causa.</u> – (pág.6)
<u>(...) Al que el acusado XXX contesto</u> (...) – (pág. 7)	<u>(...) A lo cual el demandante XXX contestó</u> (...) – (pág.7)
<u>De la declaración del testigo XXX el que refirió - (pág.9)</u>	<u>De la declaración del testigo XXX, el cual refirió</u> (...) – (pág.9)
<u>El tipo legal (...) en cualquier de sus modalidades (...) la motivación del agente delante las ofensas (...).</u> – (pág.12)	<u>El carácter legal (...) en cualquiera de sus modalidades (...) la motivación del agente en lo relativo a las ofensas (...).</u> – (pág.12).
<u>De acuerdo con el dispuesto (...) código penal (...) las pérdidas y daños de un crimen es determinada por la ley civil (...).</u> – (pág.13)	<u>Según lo dispuesto (...) Código Penal (...) la indemnización de pérdidas y daños por un delito viene determinada por la Ley Civil (...).</u> – (pág.13)

<u>Así, de acuerdo con el dispuesto</u> (...) del código civil, <u>aquellos</u> (...) a indemnizar <u>el dañado</u> . – (pág.13)	<u>Así pues, según lo dispuesto</u> (...) del Código Civil, <u>estos demandados</u> (...) que indemnizar <u>al herido</u> . – (pág.13)
Por <u>el expuesto</u> juzgo la acusación procedente, por probada (...) condeno los acusados (...) – (pág.17)	Por todo <u>lo expuesto</u> , <u>juzgo procedente la acusación dándola por probada</u> (...) condeno a los <u>demandados</u> (...). – (pág.17)
De la declaración <u>del testigo XXX madre</u> del ofendido (...).- (pág.10)	De la declaración <u>de la testigo XXX</u> , madre del ofendido (...) - (pág.10)

(Tabela 8)

c) No uso de preposições/locuções preposicionais, advérbios ou conjunções:

El <u>digno magistrado del ministerio Público acusa(?)</u> : - (pág.1)	El <u>Ilmo. Sr. Magistrado del Ministerio Fiscal acusa a</u> : - (pág.1)
Nacido <u>a</u> ... - (pág.1)	Nacido <u>el</u> ... - (pág.1)
Emitido <u>En</u> [lugar] –pág.1	Emitido <u>en</u> [lugar] –pág.1
El <u>acusado</u> XXX <u>aparco su coche</u> y se dirigió a dos de sus amigos que allí se encontraban <u>junto de</u> una fuente. – (pág.3)	El <u>demandado</u> XXX <u>aparcó su coche</u> y se dirigió a dos de sus amigos que se encontraban allí, <u>junto a</u> una fuente. – (pág.3)
<u>Sin que nadie lo justificase (...) del lugar donde se encontraba el ofendido, empezó a dirigir expresiones provocadoras al ofendido.</u> – (pág.3)	<u>Sin que nada lo justificase (...) del lugar en donde se encontraba el ofendido, empezó a proferir insultos provocadores al ofendido.</u> - (Pág.3)
<u>(...) constantes provocaciones que le fueran dirigidas por el acusado XXX este se acercó del ofendido, sin que nadie lo previera o justificase (...) envolviéndose (...).</u> - (pág.3)	<u>(...) constantes provocaciones que le fueron proferidas por el denunciado XXX, éste se acercó al denunciante y, sin que nada lo previera o justificase (...) enzarzándose(...).</u> - (pág.3)
<u>Por su vez, (...) se acercó de los dos (...) lanzo en su dirección dos botellas, molestándole en la cara.</u> - (pág.4)	<u>A su vez, (...) se acercó a los dos (...) lanzó en su dirección dos botellas, alcanzándole en la cara.</u> – (pág.4)
(...) Sentido sagital <u>com</u> (...). – (pág.5)	(...) Sentido sagital <u>de</u> (...). – (pág.5)
(...) <u>junto del</u> ojo (...) –(pág.7)	(...) <u>junto al</u> ojo (...) –(pág.7)
(...) después fue <u>para el</u> hospital (...) <u>ahí</u> fue suturado, <u>después de haber sido premier socorrido</u> (...).- (pág.7)	(...) después fue <u>al</u> hospital (...) <u>allí se las suturaron, después de haber sido socorrido primero</u> (...).- (pág.7)
Vio <u>el</u> hijo ya herido apareciéndole lleno de sangre en la cara. – (pág.10)	Vio <u>a su</u> hijo ya herido, apareciendo lleno de sangre en la cara.- (pág.10)
(...) <u>en primero</u> , en un derecho a no ser agredido o ofendido, en el cuerpo (...). – (pág.10)	(...) <u>básicamente</u> , en un derecho a no ser agredido ni ofendido, en el cuerpo (...).- (pág.10)
<u>Dispone el artículo 143º/1 del código de lo Penal que quien ofender el cuerpo o la salud de otra persona es sancionado</u>	<u>El artículo 143º/1 del código Penal dispone que quien atenta contra el cuerpo o la salud de otra persona es</u>

<u>con pena de</u> prisión <u>hasta 3 años</u> (...). – (pág.11)	<u>castigado con pena de</u> prisión <u>de hasta 3 años</u> (...). – (pág.11)
(...) <u>una vez que</u> tal tipo legal de <u>crimen</u> (...).- (pág.11)	(...) <u>toda vez que</u> este tipo legal de <u>delito</u> (...).- (pág.11)
(...) conducta <u>o</u> omisión del agente (...).- (pág.11)	(...) conducta <u>u</u> omisión del agente (...). – (pág.11)
(...) <u>pero</u> contra cualquier otra persona, <u>estando la protección penal</u> (...) en la previsión de los <u>crímenes de ofensas corporales</u> . – (pág.11)	(...) <u>sino</u> contra cualquier otra persona, <u>incluyéndose la protección</u> (...) en la previsión de los <u>delitos de ofensas corporales</u> . – (pág.11)
<u>Delante</u> nuestra Ley (...) – (pág.11)	<u>En</u> nuestra Legislación(...) – (pág.11)
El <u>tipo</u> legal (...) en <u>cualquier</u> de sus modalidades (...) la motivación del agente <u>delante las ofensas</u> (...). – (pág.12)	El <u>carácter</u> legal (...) en <u>cualquiera</u> de sus modalidades (...) la motivación del agente <u>en lo relativo a las ofensas</u> (...) – (pág.12)
<u>Delante</u> la prueba (...) no <u>existen</u> dudas <u>de que delante los hechos apurados</u> (...) – (pág.12)	<u>Ante</u> la prueba (...) no <u>hay</u> dudas <u>de que en los hechos esclarecidos</u> (...) - (pág.13)
<u>Han ofendido</u> corporalmente <u>el ofendido</u> XXX. – (pág.13)	<u>Ofendieron</u> corporalmente <u>al demandante</u> XXX. – (pág.13)
(...) <u>una vez que</u> (...) a título de coautoría material (...) – (pág.13)	(...) <u>toda vez que</u> (...) a título de coautoría material (...) – (pág.13)

(Tabela 9)

III – FRASEOLOGÍA TÉCNICA:

Esta parte foi, sem dúvida, aquela que me deu mais dificuldades, por não estar de todo familiarizada com estes termos específicos. Ficam aqui recolhidas algumas destas frases, consciente de que não estão registadas todas as que fazem parte do documento traduzido:

<u>El tribunal determina por imperativo de los artículos</u> 202º/1 y 205º/2 de la constitución de la República Portuguesa: - (pág.1)	<u>El juzgado determina, según lo dispuesto en los artículos</u> 202º/1 y 205º/2 de la <u>Constitución</u> de la República Portuguesa: -(pág.1)
<u>Nacido a</u> ... - (pág.1)	<u>Nacido el</u> ... - (pág.1)
<u>Emitido En</u> [lugar] –pág.1	<u>Emitido en</u> [lugar] –pág.1
<u>De la instrucción se ha probado lo siguiente:</u> - (pág.2)	<u>De la instrucción y discusión de la causa resultaron probados los siguientes hechos:</u> -(pág.2)
(...) teniendo conocimiento que sus conductas <u>eran prohibidas y castigadas por Ley Penal</u> . – (pág.4)	(...) teniendo conocimiento de que sus conductas <u>estaban prohibidas y castigadas por la Ley Penal</u> . – (pág.4)
<u>Sin que nadie lo justificase</u> (...) <u>empiezo a dirigirle expresiones</u> provocadoras a este. -(pág.4)	<u>Sin que nada lo justificase</u> (...) comenzó a <u>proferir expresiones</u> provocadoras contra éste. – (pág.4)

<p><u>Así</u> el acusado XXX se acercó del ofendido XXX y, <u>sin que nadie lo hiciera prever o justificase</u>, le pegó un puñetazo en la cara (...) <u>envolviéndose</u> de seguida los dos en agresiones mutuas. – (pág.4)</p>	<p>Entonces el demandado XXX se acercó al ofendido XXX y, <u>sin que nada lo hiciera prever o lo justificase</u>, le pegó un puñetazo en la cara (...) <u>enzarzándose</u> de seguida los dos en agresiones mutuas. – (pág.4)</p>
<p>Lesiones esas que <u>han determinado para su cura diez días de enfermedad</u> (...). – (pág.5)</p>	<p>Lesiones esas que <u>determinaron para su curación (...) diez días de baja médica</u> (...). – (pág.5)</p>
<p>Al agredir <u>el</u> ofendido (...) <u>supra-descrita (...) actuaron los acusados XXX y XXX, en comunión de esfuerzos y intencionados a ofender el cuerpo y la salud del querellante, lo que han conseguido.</u> – (pág.5)</p>	<p>Al agredir <u>al</u> ofendido (...) <u>de la manera arriba-descrita</u> (...) los demandados XXX y XXX <u>actuaron, en comunión de esfuerzos y con la intención de dañar el cuerpo y la salud del demandante, lo cual consiguieron.</u> – (pág.5)</p>
<p>Del <u>tenor</u> de los elementos (...) <u>juntos a</u> folios 10-11 (...) no fue <u>posta</u> en causa. – (pág.6)</p>	<p>Del <u>contenido</u> de los elementos (...) <u>adjuntos a</u> folios 10-11 (...) no fue <u>puesta</u> en causa.- (pág.6)</p>
<p>Del <u>tenor</u> de los Certificados del <u>registro Criminal</u> (...). – (pág.6)</p>	<p>Del <u>contenido</u> de los Certificados del <u>Registro de antecedentes penales</u> (...). – (pág.6)</p>
<p><u>El derecho</u> – (pág.10)</p>	<p><u>FUNDAMENTOS DE DERECHO</u> – (pág. 10)</p>
<p>(...) <u>libertades y garantías personales de los ciudadanos constitucionalmente consagrados, como transcurre de su inserción</u> (...) – (pág.10)</p>	<p>(...) <u>libertades y garantías personales de los ciudadanos constitucionalmente consagrados, como se desprende de su inserción</u> (...) – (pág.10)</p>
<p>(...) <u>lo cual, mientras orgánicamente ligado a la defensa de la persona como tal, detiene la protección absoluta</u> (...) – (pág.10)</p>	<p>(...) <u>pues, tal derecho, en cuanto orgánicamente ligado a la defensa de las personas, goza de protección absoluta</u> (...). – (pág.10)</p>
<p>Así que <u>no puede ser afectado mismo en situaciones de suspensión de derechos fundamentales, en vigor de estado de lugar o de emergencia, como consta del artículo 19º/6 de la Ley Fundamental.</u> – (pág.10)</p>	<p>Así que <u>no puede ser afectado ni siquiera en situaciones de suspensión de derechos fundamentales, estando vigente incluso en estado de sitio o de emergencia, como dispone el artículo 19º/6 de la Ley Fundamental.</u> – (pág.10)</p>
<p>(...) <u>una vez que (...) a título de coautoría material</u> (...) – (pág.13)</p>	<p>(...) <u>toda vez que (...) en forma de coautoría material</u> (...). – (pág.13)</p>
<p>De un <u>crimen de ofensa a la integridad física simples, previsto y punido</u> (...). – (pág.13)</p>	<p>De un <u>delito de lesiones, previsto y castigado por</u> (...). – (pág.13)</p>
<p><u>De acuerdo con el dispuesto (...) código penal (...) las perdidas y daños de un crimen es determinada por la ley civil</u> (...). – (pág.13)</p>	<p><u>Según lo dispuesto (...) Código Penal (...) la indemnización de pérdidas y daños por un delito es determinada según la ley civil</u> (...). – (pág.13)</p>
<p><u>Valor al cual se añadirá los intereses a la tasación legal</u> (...) <u>hasta el</u></p>	<p><u>A esta cuantía se añadirán los intereses de demora, sujetos a tasación legal</u> (...)</p>

<u>pagamento integral y efectivo.</u> – (pág.14)	<u>hasta el pago íntegro y efectivo.</u> – (pág.14)
(...) para <u>presentar queja y prestar declaraciones y al Tribunal, en un valor no inferior a € 200,00 (...)</u> – (pág.15)	(...) para <u>presentar denuncia y prestar declaraciones en el Juzgado, en un valor no inferior a € 200,00 (...)</u> – (pág.15)
O sea, <u>con pena de prisión de 1 mes (...)</u> a 3 años o <u>con pena de multa entre 10 y 360 días (...).</u> – (pág.15)	O sea, <u>con pena de prisión de entre 1 mes (...)</u> y 3 años, o <u>con pena de multa de entre 10 días y 360 días (...).</u> – (pág.15)
La determinación de la <u>medida de pena dentro de los límites (...)</u> en función de las <u>exigencias de la prevención (...), en los términos de los dispuesto...</u> – (pág.16)	La determinación de la <u>pena dentro de los límites aplicables (...)</u> en función de las <u>exigencias de prevención, según lo dispuesto en... (...)</u> – (pág.16)
<u>DECISION</u> – (pág.17)	<u>FALLO</u> – (pág.17)
<u>PARTE CRIMEN</u> – (pág.17)	[<u>enunciado incluído no ‘Fallo’</u>] <u>[una posible traducción sería ‘SOBRE EL DELITO’]</u> – (pág.17)
<u>PARTE CIVIL</u> – (pág.17)	[<u>enunciado incluído no ‘Fallo’</u>] <u>[una posible traducción sería ‘DERECHO CIVIL’]</u> – (pág.17)

(Tabela 10)

Com efeito, nestas tabelas estão muitos dos erros com os quais me deparei ao longo da tradução, embora não tenha sido feito um levantamento exaustivo porque também exigiria muito trabalho; permitiram ver a dificuldade da tarefa da tradução em si, principalmente quando há uma falta de domínio e preparação.

O facto de ter feito várias tabelas, divididas em várias categorias, permitiu-me ir vendo onde eu tinha errado e conseguir tomar consciência do impacto desse erro na tradução. Alguns, talvez, seriam compreendidos (mesmo na forma errada) por um nativo de espanhol; porém, adequando melhor o termo, demonstra-se mais profissionalismo por parte do tradutor, porque, mais uma vez, é importante salientar a importância de conseguir adequar bem a linguagem ao tipo de público-alvo a quem o texto se destina.

Nem todos os erros em espanhol foram de falta de domínio; alguns foram por descuido meu, o que no meu nível de ensino também não é aceitável. Relativamente ao francês, os erros não constam neste capítulo, mas devido ao facto de serem menores, não houve necessidade de que fossem repertoriados numa tabela.

CAPÍTULO IV – CONSIDERAÇÕES EM TORNO DO ‘PRODUTO FINAL’

Interferências linguísticas específicas

Neste ponto do último capítulo, irei abordar o tema das interferências linguísticas específicas. Para entendermos melhor do que se trata, vejamos aqui a definição dada pelo autor Álvarez Calleja (1991:226), quando explica que « [la interferência linguística] consiste en la persistencia de los usos peculiares de la lengua fuente en la lengua término cuando hay correspondencia en el uso de la lengua meta ». Numerosos autores incluyen las interferencias como objeto de estudio de la sociolingüística y sostienen que «son un campo privilegiado en el tratamiento de los problemas relacionados con las lenguas en contacto» (Peña y Hernández, 1994:86). Deste modo, com base neste autor, podemos dizer que as interferências linguísticas ocorrem quando criamos os chamados “decalques”. Referimo-nos assim à “tradução mais ou menos literal” de unidades morfossintáticas (ou mesmo discursivas) próprias de uma língua (A) – quase sempre da língua materna-, para adaptá-las ao sistema de uma segunda língua (B): neste caso, a recetora do texto de chegada. Aliás, este conceito tem muito a ver com os problemas das pessoas consideradas bilingues.

As minhas interferências neste trabalho foram variadas, ora resultam de decalques do português, ora de decalques do francês. O exemplo que segue demonstra o que acabei de dizer: “El crimen de ofensa a la integridad física (...) es punible con pena de prisión hasta 3 años o con pena de multa. (pág.15) Correção: El *delito de lesiones (...)* es castigado con pena de prisión de hasta 3 años o con pena de multa. – (pág.15). Verificamos assim que este “punible” tem origem no francês e acaba tornando-se uma interferência para a compreensão do texto traduzido.

As interferências ocorrem, muitas vezes, quando utilizamos conhecimentos anteriormente adquiridos na língua materna, trasladando-os para a língua que estamos a traduzir, com o intuito de enriquecer os nossos conhecimentos e consolidar a língua estrangeira que está a ser aprendida. Os erros de compreensão são os que ocupam maior lugar nas interferências linguísticas. No meu caso em concreto, ocorreram mais de português para espanhol devido aos “falsos amigos”, sendo um facto que se verifica muito pela proximidade das línguas.

Este capítulo tem uma especial importância pelo facto que alerta sobre estes determinados erros que, enquanto tradutores, cometemos nos nossos trabalhos, e torna-se difícil detetá-los porque, ao reler o trabalho, não temos uma visão distante em relação ao

mesmo. No meu caso, foi com a ajuda das minhas orientadoras que consegui detetá-los e poder assim evitar que, num próximo trabalho, me venham a ocorrer estas e /ou outras faltas semelhantes.

Relativamente ao francês, ocorreram-me interferências linguísticas, mas não tão importantes com o espanhol; estas têm também a sua importância, pelo facto que, por não ter tido uma devida interpretação da frase em português, a produção em francês apresentou as suas falhas. Nesse caso concreto, a minha interpretação do português também não estava correta, e isso dá-se pelo facto da minha aprendizagem do português ser incompleta e com falhas, tendo em conta o meu percurso académico.

Penso que com este trabalho tenha conseguido demonstrar as diferenças entre três línguas em contacto e próximas pelas suas origens linguísticas, mas que acabam por se distinguir no que diz respeito à parte dos tecnicismos, mediante o tema que foi abordado durante a tradução. As interferências estarão sempre presentes de uma maneira ou outra ao longo dos trabalhos, no entanto, é necessário fazer com que não prejudiquem o nosso labor de forma negativa.

Reflexões

Quando comecei este trabalho, tinha uma noção clara: que iriam aparecer diferenças de termos entre as línguas, no entanto, não imaginava que seriam tão marcadas. Desde o início que comecei esta tarefa, com muita dedicação, fui confrontada com muitas dificuldades; mas não foi isso que me fez desistir. O que comecei tinha de o acabar. Tive erros ao longo do trabalho, é verdade, mas, a meu ver, por muito que aprendamos lições de trabalhos anteriores, temos sempre uma ou outra falha que pode aparecer. Não me canso de salientar que sem a ajuda de pessoas como as minhas orientadoras não me teria apercebido de certas interferências que tive ao longo do trabalho, nem tão pouco saberia como as resolver. Olhando para os textos, são muito similares, mas depois, quando se vai analisando cada um deles, verificamos que, afinal, são parecidos mas só na formatação do texto.

Os erros que acontecem frequentemente nas interferências entre duas línguas são o fruto de aplicarmos os conhecimentos adquiridos da língua materna para a língua estrangeira para a qual traduzimos. Esses são erros considerados fundamentais, para podermos compreender que nem sempre o enriquecimento da língua estrangeira se faz com base na língua materna. Isso acontece principalmente com línguas próximas, como é o caso do português e do espanhol.

Segundo Santos Gargallo (1993:108) *“La cercanía o similitud lingüística entre dos lenguas (la lengua meta y la lengua nativa) puede ser de ayuda en las primeras etapas del aprendizaje. La lengua nativa funciona como una ayuda o apoyo ante las situaciones en las que se está aprendiendo, pero en niveles avanzados puede convertirse en un incómodo hábito, generador de muchos errores y difícil de eliminar.”*

Partindo desta citação, facilmente compreendemos que ao longo dos anos podemos vir a dar por adquiridos certos conhecimentos a nível das línguas com as quais trabalhamos. Isto repercute-se na tradução, nomeadamente porque acabamos por adaptar, por exemplo, uma palavra portuguesa em espanhol, pensando que estamos corretos. Estes erros acabam por ser importantes para melhorarmos a qualidade dos nossos trabalhos de tradução, percebendo melhor onde estão as nossas principais lacunas.

No meu caso em concreto, só verifiquei alguns decalques do francês, mas nada de muito relevante. Relativamente à influência do português, seja no francês seja no espanhol, aconteceu principalmente na construção fraseológica, isto é, ao deixar o meu trabalho de lado uns dias e ao relê-lo de forma mais atenta, verifiquei que tinha aplicado

regras do português que não se verificavam no francês: quer por falta de preposições ou por outro tipo de erro meu.

Tendo isso em conta, concordo plenamente que a língua materna de cada pessoa influencia na aprendizagem de uma outra língua, e muitas vezes até a nível da escrita. Esses erros podem ser considerados como negativos para a pessoa que os demonstra, no entanto, no meu ponto de vista, só nos permitem tomar consciência das nossas falhas para, futuramente, termos mais atenção e que não se voltem a repetir. Errar faz parte do processo de aprendizagem, e se não tivéssemos erros não poderíamos evoluir de forma positiva, relativamente à qualidade do nosso trabalho.

É graças ao processo de releitura e revisão dos trabalhos, e de preferência que estas não sejam feitas só por nós, que tomamos consciência da qualidade do nosso trabalho e que tipo de erros fomos tendo ao longo dele, e, se for o caso, da evolução entre as várias versões, como aconteceu comigo relativamente à parte do espanhol, em que existiram várias versões, com diferenças em alguns termos ao longo das versões, até chegarmos verdadeiramente à decisão final. Quanto à versão em francês, existiram menos versões, e essas com poucas modificações.

O trabalho em si foi exaustivo, seja para uma língua como para a outra, mas penso ter atingido os meus objetivos com este trabalho, podendo assim mostrar que realmente há muitos fatores que influenciam uma tradução: o primeiro e mais importante será a língua materna do tradutor, que vai levar sempre ou quase sempre a sua marca para a língua que o tradutor está a trabalhar. O método de trabalho também é essencial para escolher a forma de traduzir; isto é, saber se vai traduzir de forma literal ou não, consoante o tipo de texto e o destinatário do mesmo.

Posso dizer que, no meu caso, optei por uma tradução literal, mas verifiquei que não foi a decisão mais acertada que tive, pois o documento em si não se presta a isso pelas suas complexidades, e, ademais, tem a agravante de que o espanhol, pela sua proximidade, tem bastantes falsos amigos, o que por si só leva-nos, como me levou a mim, a traduzir pensando que estava a utilizar uma terminologia adequada, quando, na verdade, muitas vezes o sentido do termo não tinha rigorosamente nada a ver com o pretendido naquele texto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para concluir, este projeto foi realizado no âmbito do Mestrado em Tradução Especializada em Ciências Jurídicas, na Universidade de Aveiro. A escolha do tema para o meu projeto deu-se devido aos trabalhos realizados ao longo do primeiro ano de Mestrado, onde a Doutora María Jesús García Méndez e a D^{ra}. Cláudia Ferreira foram minhas docentes, nas disciplinas de *Práticas Avançadas de Tradução* para espanhol e francês, respetivamente. Depois, ambas as professoras passaram a ser, também, as minhas orientadoras.

Foi com dedicação e interesse que iniciei este projeto, no entanto, não tinha a perceção verdadeira do trabalho que teria pela frente. De facto, a realização de uma tradução especializada, com tudo o que ela implica, não é de modo algum uma tarefa fácil. É importante entender que um trabalho como este acaba por ser complexo, sobretudo, como já referi anteriormente, pelo facto de ter termos técnicos e uma estrutura própria, sendo que muitas vezes torna-se difícil encontrar textos que nos possam ajudar a solucionar os problemas que vamos encontrar; há sempre um termo ou outro para o qual temos de fazer uma pesquisa mais alargada. Encontrar textos similares que nos possam auxiliar na tradução que estamos a realizar também não é de todo uma tarefa fácil. Foi por tudo o que este projeto envolvia que me interessei pelo texto que me foi apresentado; de certa forma, pela minha empatia com a área com a qual iria trabalhar, mas também devido ao meu percurso académico ao longo destes anos todos, já que decidi estabelecer um ponto de contacto entre as três línguas com as quais sempre trabalhei.

Quis com este projeto mostrar o quanto a tradução técnica acaba por ser uma arte, pelo facto de requerer tanto trabalho de pesquisa; e queria também demonstrar o quanto a nossa língua materna pode ter as suas influências positivas, sobretudo aquando da produção na língua meta.

No entanto, o objetivo principal deste projeto era evidenciar as diferenças existentes entre as três linguagens jurídicas de cada uma destas línguas em contacto, sendo que, apesar da sua proximidade, são distintas, e cada uma delas com os seus termos técnicos específicos, como é o caso do espanhol, que acaba por se destacar do português e do francês.

O processo e método de trabalho para traduzir este tipo de texto jurídico é o mesmo relativamente a uma tradução que não seja jurídica, embora requeira mais atenção

e mais pesquisa, já que nenhuma etapa pode ser deixada ao acaso e, no meu caso, mesmo tendo tido atenção a tudo, apercebi-me mais tarde que, na realidade, muita coisa me tinha falhado. As diferenças entre o trabalho inicial e o trabalho final foram notórias, por isso, mais uma vez, direi que é com os erros e com as falhas que vamos aprendendo a nos corrigirmos. Cada trabalho é uma experiência que nos vem a enriquecer para outros trabalhos de futuro. Com cada texto que se venha a traduzir, acabaremos por levar uma lição.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E WEBGRAFIA

A LA DÉCOUVERTE DES TRIBUNAUX...(2010) « Les juridictions du 1er degré ».

Disponível em:

<http://aladecouvertedestribunaux.e-monsite.com/pages/content/les-tribunaux/les-juridictions-du-1er-degre.html> [consultado em: 17 de novembro de 2014]

BORJA ALBI, A. (s.d) *Aproximaciones a la traducción. La traducción jurídica: didáctica y aspectos textuales*. Diss. Universitat Jaume I. In Centro Virtual Cervantes [Instituto Cervantes]. (1997-2015). Disponível em:

http://cvc.cervantes.es/ensenanza/biblioteca_ele/asele/pdf/13/13_0191.pdf [Consultado em 14 de outubro 2014]

CARBÓ MARRO, C. & M. A MORA SÁNCHEZ (2012). *De ley. Manual de español jurídico*. Madrid, SGEL.

CARDOSO, A. J. (2007). A Importância do Erro e as Interferências Linguísticas no Processo de Aquisição de uma Língua Não Materna. *Proformar* Disponível em :

http://proformar.pt/revista/edicao_22/import_erro.pdf [Consultado em 15 de outubro 2014]

CRUCES COLADO, S. (2001). El origen de los errores en traducción, In: E. REAL, D. JIMÉNEZ, D. PUJANTE, y A. CORTIJO, (Eds.). *Écrire, traduire et représenter la fête*. Valencia: Universitat de València. Pp. 813-822 Disponível em:

http://www.uv.es/~dpujante/PDF/CAP3/B/S_Crucs_Colado.pdf [Consultado em 10 de fevereiro 2014]

FERNANDES, C. A. C. (2013). *As interferências lexicais entre o português e o espanhol: Os falsos amigos*. Diss. Universidade do Porto. Disponível em:

http://sigarra.up.pt/flup/pt/publs_pesquisa.show_publ_file?pct_gdoc_id=79893. [Consultado em 27 de outubro 2014]

MAYORAL ASENSIO, R. (1999). Las fidelidades del traductor jurado: batalla indecisa. In Manuel FERIA, ed. *Traducir para la justicia*. Granada: Comares. 17-58. Disponível em:

<http://www.ugr.es/~rasensio/docs/Fidelidades.pdf> [Consultado em 15 de outubro 2014]

RAE [Real Academia Española]. (2001). *Diccionario de la lengua española*. Madrid, Espasa-Calpe (2 vols. – CD-ROM). www.rae.es

- *Nueva Gramática de la lengua española* (2009). (2 vols.) Madrid, Espasa Calpe.
- *Ortografía de la lengua española*. (2003). Madrid, Espasa Calpe.
- *Diccionario panhispánico de dudas*. (2005). Madrid, Ediciones Santillana.

SANTOS GARGALLO, I. (1993). *Análisis contrastivo, Análisis de errores e Interlengua en el marco de la Lingüística Contrastiva*. Madrid: Síntesis.

SERÔDIO, L. (s.d). Reforma do CPC: Saneamento e Condensação. Disponível em :
<http://www.trp.pt/ficheiros/estudos/coloquiocpc_leonelserodio_reformadocpc.pdf
[Consultado em 28 de novembro de 2014]

SERVICE-PUBLIC. Déroulement d'une affaire devant le tribunal correctionnel.
<http://vosdroits.service-public.fr/particuliers/F1485.xhtml> [Consultado em 17 de outubro 2014]

VALDERREY REÑONES, C. (2005). ¿Cómo ser un traductor jurídico competente? De la competencia temática. Disponível em:
<<http://campus.usal.es/~tradop/wp-content/uploads/2012/04/Valderrey2005.pdf>
[Consultado em: 14 de outubro 2014]

ANEXOS

**Texto original em português: documento/Sentença do Tribunal
Judicial da Comarca de Viseu. Texto de partida**

TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE VISEU

496
Ch

Conclusão: 1. 2. 3.

Processo n.º

(Processo Comum = Singular (Ofensa à Integridade Física))

1.º Juízo Criminal

Autor: MINISTÉRIO PÚBLICO

Arguidos: 1. 2.

SENTENÇA

Determina o Tribunal por imperativo dos artigos 202.º/1^º e 205.º/2^º da Constituição da República Portuguesa:

I - RELATÓRIO:

I. ACUSAÇÃO:

O Digno Magistrado do Ministério Público acusa:

1. solteiro, filho
e de
nascido a
de de , natural da República Federal da Alemanha, mecânico de precisão, residente em
(Nordrhein-Westfalen [Renânia do Norte-Vestefália]), República Federal da Alemanha, titular do Bilhete de Identidade n.º
, emitido em 1. 1. 1.

¹ «Os tribunais são órgãos de soberania com competência para administrar a justiça em nome do povo.»

² «As decisões dos tribunais são obrigatórias para as entidades públicas e privadas e prevalecem sobre as de quaisquer outras autoridades.»

em ()
e , solteira, filha de (...) e de (...), nascida a de de , natural da República Federal da Alemanha, técnica administrativa da área da advocacia e de notariado, residente em , (Nordrhein-Westfalen [Renânia do Norte-Vestefália]), titular do Bilhete de Identidade (*Personalausweisnummer*) n.º , emitido pela República Federal da Alemanha.

Imputando-lhes a prática, em co-autoria material e na forma consumada, de um (1) crime de ofensa à integridade simples, previsto e punido pelo artigo 143.º/1 do Código Penal.-----

Pelo ofendido foi deduzido pedido de indemnização cível contra os arguidos.-----

2. DEFESA:

Os arguidos não apresentaram contestação escrita.-----

3. SANEAMENTO:

Efectuou-se o julgamento com cumprimento de todas as formalidades legais, inexistindo questões prévias ou incidentais que cumpra conhecer e que obstem ao conhecimento do mérito da causa.-----

II - FUNDAMENTAÇÃO:

1. Da instrução e discussão da causa resultaram provados os

TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE VISEU

Alf. 49.
C.F.

seguintes factos:

1. No dia 17/08/04, cerca das 03:30 horas, na localidade de Pindelo de Silgueiros, área desta comarca, o denunciante estacionou o seu veículo e dirigiu-se a dois seus amigos que ali se encontravam junto a uma fonte;-----
2. Sem que nada o justificasse, o arguido, que se encontrava com a arguida, a uma distância de cerca de 100 metros do local onde se encontrava o ofendido, começou a dirigir expressões provocatórias ao ofendido;-----
3. Como o ofendido não respondesse às constantes provocações que lhe eram dirigidas pelo arguido, este aproximou-se do ofendido e, sem que nada o fizesse prever ou justificasse, desferiu-lhe um murro na cara, partindo os óculos que aquele ofendido usava, envolvendo-se de seguida os dois em agressões recíprocas;-----
4. Por sua vez, a arguida aproximou-se também daqueles dois e, estando a cerca de 1 metro do ofendido, arremessou duas garrafas na direcção do ofendido, atingindo-o também na face;-----
5. De súbito, o arguido, agarrou numa dessas garrafas e com ela desferiu uma pancada na parte lateral esquerda da cabeça do ofendido, apenas terminando com tais ofensas porque entretanto se interpôs entre eles a testemunha, que os conseguiu separar e acabar com as agressões;-----
6. Em consequência das agressões *supra* descritas, sofreu o ofendido múltiplas escoriações dispersas pela região frontal e málares, todas lineares a maior das quais medindo 3 cm de comprimento e localizando-se na metade direita da região frontal; ferida inciso-contusa, com 2 cm de comprimento, localizada na parte esquerda da região frontal, à qual estava subjacente um

hematoma de diâmetro aproximado de 6 cm com elevação aproximada de 5 mm; ferida inciso-contusa no dorso do nariz, sentido sagital com cerca de 1,5 cm de comprimento; ferida contusa junto ao canto interno do olho esquerdo com cerca de 1 cm; equimose infra-orbitária bilateral mais pronunciada à esquerda e hematoma de pequenas dimensões na região parieto-occipital do couro cabeludo, todas melhor descritas nos autos de exame médico de fls. 12 a 13 e 7 a 9, que aqui se dão por reproduzidos, lesões essas que determinaram, para sua cura, de forma imediata e necessária, um período de 10 dias de doença, todos sem incapacidade para o trabalho geral ou profissional;-----

7. Ao agredir o ofendido : da forma *supra* descrita, desferindo-lhe murros e arremessando-lhe com garrafas, agiram os arguidos . e , em comunhão de esforços e intentos, ofender o corpo e saúde daquele queixoso, o que conseguiram;-----
8. Agiram os arguidos de forma livre, voluntária e deliberada, bem sabendo serem as suas condutas proibidas e penalmente punidas pela Lei Penal;-----
9. Sem que nada o justificasse, o demandado . -, que se encontrava com a arguida/demandada a uma distância de cerca de 100 metros do local onde se encontrava o ofendido, começou a dirigir expressões provocatórias a este;-----
10. Então o arguido . aproximou-se do ofendido e, sem que nada o fizesse prever ou justificasse, desferiu-lhe um murro na cara, partindo-lhe os óculos que usava, envolvendo-se de seguida os dois em agressões recíprocas.
11. Por sua vez, a arguida/demandada . aproximou-se dos dois e, a cerca de um metro do ofendido . , arremessou na direcção deste duas garrafas, atingindo-o na face;-----

16. Com as lesões sofridas os demandados causaram dor e sofrimento físico e psíquico impedindo, durante o período da doença causada de poder desenvolver em condições normais a sua capacidade laboral;-----
17. O requerente sentiu-se profundamente abalado com as agressões de que foi vítima na sua própria terra perante as pessoas que bem o conhecem;-----
18. Sofreu humilhações, profundo desgosto e constrangimento da situação que viveu, pelas lesões, dores físicas e psicológicas sentidas durante vários dias;-----
19. A título de danos patrimoniais, o requerente suportou já em razão dos presentes autos, perdas de tempo e os gastos com transportes nas deslocações que teve que fazer ao H.S.T, I.N.M.L, à G.N.R, para apresentar queixa e prestar declarações e ao Tribunal, em montante não inferior a € 200,00;-----
20. Os arguidos são primários;-----
21. Vivem, residem e trabalham na República Federal da Alemanha;--
22. Desde a data dos factos ora em apreciação, não mais voltaram a Portugal;-----

2. Enquadramento factual:

A convicção do Tribunal para considerar provados os factos acima referidos resultou:-----

- a) Do teor dos elementos da urgência do H.S.T, juntos a fls. 10-11, cuja genuinidade e fidedignidade não foi posta em causa;-----
- b) Do teor dos Relatórios Periciais Médico-Legais, efectuados pelo I.N.M.L, Gabinete Médico-Legal de Viseu, juntos a fls. 7-9 e 12-13, sendo que "o julzo técnico, científico ou artístico inerente à prova pericial presume-se subtraído à livre apreciação do julgador" (artigo 163.º/1 do Código de Processo Penal);-----

Handwritten signature and initials

c) Do teor dos Certificado de Registo Criminal dos arguidos, juntos a fls. 490 e 492, cuja genuinidade e fidedignidade não foi posta em causa;-----

d) Das declarações do queixoso/ofendido, _____
 _____, o qual referiu que os factos ocorreram "vai fazer 6 anos", em Agosto cerca das 03.30 horas, em Pindelo de Silgueiros. Naquela altura o arguido _____ colocou-se atrás de si e 'começou a provocá-lo, dizendo-lhe "lá vem este grande paneleiro" e outros insultos', pelo que lhe retorquiu "Queres-me bater?", ao que o arguido _____; respondeu desferindo-lhe um murro nos óculos, junto do olho, tendo-se defendido, empurrando o arguido _____, tendo o mesmo caído ao solo. Foi depois agredido com uma garrafa no lado esquerdo da cara/cabeça, pelo arguido _____; ou pela arguida _____ (não tem a certeza de qual) tendo de seguida sido agredido pela arguida _____ com 2 garrafas vazias que lhe arremessou, tendo uma delas atingido a sua cara e a outra a testa, tendo-se as 3 garrafas partido depois de lhe acertarem. De seguida o arguido _____ atirou-lhe com outra garrafa à cabeça, de lado, ferindo-o, garrafa que não se partiu e que o arguido apanhou do chão. Depois foi para o hospital ser socorrido aos ferimentos que lhe provocaram tais agressões, aí tendo sido suturado, depois e ter sido primeiro socorrido por colegas e amigos que ali estavam. Em consequência das agressões os óculos e lentes partiram-se, tendo ficado ferido pela zona do aro junto ao nariz no olho, num canto. Prestou declarações com conhecimento directo dos factos, de forma clara e convlcta;-----

e) Do depoimento da testemunha _____
 _____, o qual referiu que quando passaram junto dos arguidos o _____ foi provocado pelo arguido _____, que em voz alta e dirigindo-se ao _____ disse "lá vem este grande paneleiro", ao

que o . . . lhe respondeu "para que é que estás com isso, se me
queres bater, bate", tendo-lhe, de imediato, o arguido . . .
desferido um murro na face do O . . . então empurrou o
arguido . . . e este caiu no solo, tendo de imediato vindo a
arguida . . . (namorada do arguido . . .) e "deu-lhe"
com duas garrafas na cabeça e rosto, frente ao nariz, do . . . ,
estando uma cheia e a outra vazia. Depois o arguido . . .
"deu-lhe" com 2 garrafas no rosto do . . . , que se partiram e
que estavam vazias. Os óculos do . . . caíram e partiram-se, isto
na sequência do murro. O . . . ficou cheio de sangue na cara.
Os arguidos então foram-se embora e a testemunha levou o . . .
ao hospital. Referiu que os arguidos "fumavam droga", tendo-
os visto "enrolar" e sentiu o cheiro. Depois com conhecimento
directo dos factos, de forma clara e convicta;-----

- f) Do depoimento da testemunha
. . . , o qual referiu que aquando dos factos o queixo-
so/ofendido telefonou-lhe e foi ter consigo e, quando passaram
junto dos arguidos o . . . foi provocado pelo arguido . . . ,
que em voz alta e dirigindo-se ao . . . disse "lá vem este pane-
leiro", ao que o . . . lhe disse (a si) "vou fazer de conta que não
ouço". De seguida, estando todos num grupo de amigos comuns
aos arguidos e estando estes presentes, o arguido . . . pro-
vocou novamente o . . . , ao que este lhe respondeu "para que é
que estás com isso, se me queres bater, bate", tendo-lhe, de ime-
diato, o arguido . . . desferido um murro na cara do . . . ,
tendo-lhe, segundo recorda, partido logo os óculos que o . . .
usava. O . . . então empurrou o arguido . . . e este caiu
no solo, tendo de imediato vindo a arguida . . . (namorada
do arguido . . .) e bateu com duas garrafas vazias na face e
temporal do . . . , tendo-se as garrafas partido. Após, o arguido

Handwritten signature and initials

_____ ainda bateu com uma garrafa vazia no _____, mas esta não se partiu. Acrescentou que todas as garrafas estariam vazias. O _____ ficou com bastante sangue na cara e foi ao hospital. Até aquele ano era habitual os arguidos virem de férias a Pindelo de Silgueiros, onde o arguido tem a viver o seu pai e avós, mas a partir daquela altura nunca mais os viu naquela localidade. Referiu que os arguidos e o _____ se conheciam, embora tenha ideia de que os mesmos não tinham nenhuma espécie de relacionamento. Depôs com conhecimento directo dos factos, de forma clara, isenta, convicta e desapaixonada;-----

g) Do depoimento da testemunha _____

_____, que não presenciou os factos, o qual referiu que o queixoso/ofendido levou pontos na zona da cara, foi assistido no hospital, tendo o mesmo tido sofrimento, dores e ficou marcado pela agressão sofrida. Os óculos do mesmo partiram-se na agressão. Depôs com conhecimento directo dos factos, de forma clara, isenta, convicta e desapaixonada;-----

h) Do depoimento da testemunha _____, amigo

de infância do queixoso/ofendido, que não presenciou os factos, o qual referiu que foi com ele ao hospital e que falou com ele no dia seguinte ao dos factos. Quando viu o arguido este sangrava muito da cara e tinha uma toalha na mãos com que limpava o sangue e ia na companhia da testemunha _____. Ficou traumatizado e afectado pelos factos e um bocado revoltado. Da agressão, os óculos do queixoso foram partidos. Levou pontos, tendo-lhe visto a face "toda costurada e inchada". Depôs com conhecimento directo dos factos, de forma clara, isenta, convicta e desapaixonada;-----

i) Do depoimento da testemunha _____

_____ mãe do queixoso/ofendido, que não presenciou os fac-

tos, a qual referiu que viu o filho já ferido, aparecendo-lhe cheio de sangue na cara. Referiu que o mesmo foi assistido no hospital, tendo levado 18 pontos, na zona da testa, já que os ferimentos aí se concentravam, bem como na zona do nariz "tudo na face e cabeça". Apanhou uma infecção e a cara ficou inchada. Os óculos partiram-se no incidente. Descreveu o filho como uma pessoa pacífica. O filho sentiu-se magoado e revoltado com a agressão de que foi vítima. Referiu que os arguidos não mais voltaram a Portugal, após os factos aqui em apreciação. Depôs com conhecimento directo dos factos, de forma clara e convicta;-----

3. O Direito:

PARTE CRIME:

A integridade física das pessoas é inviolável, como dispõe o artigo 25.º/1 da Constituição da República Portuguesa, constituindo esse direito à integridade pessoal um dos direitos, liberdades e garantias pessoais dos cidadãos constitucionalmente consagrados, como decorre da sua inserção sistemática no texto constitucional português, com as garantias daí inerentes previstas na Lei Fundamental, desde logo as consagradas nos artigos 16.º, 18.º e 19.º da Constituição da República Portuguesa,-----

Conforme ensinam os Professores Gomes Canotilho e Vital Moreira¹, o direito à integridade física consiste, primeiro que tudo, num direito a não ser agredido ou ofendido, no corpo, por meios físicos, sendo certo que tal direito, enquanto organicamente ligado à defesa da pessoa enquanto tal, goza de protecção absoluta, não podendo ser afectado mesmo em situações de suspensão de direitos fundamentais, na vigência de estado de sítio ou de emergência, como dispõe o artigo 19.º/6 da Lei Fundamental. Por outro lado, tal direito vale não só contra o Estado, mas contra qualquer outra pessoa, encontrando-se

¹ Constituição da República Portuguesa anotada, 3.ª edição revista, Coimbra Editora, 1993, anotação I ao artigo 25.º, página 177.

TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE VISEU

50.1
G7

a protecção penal de comportamentos violadores desse direito fundamental na previsão dos crimes de ofensas corporais.-----

Face à nossa Lei, a protecção penal da violação do direito fundamental à integridade física é prevista nos artigos 143.º a 152.º do Código Penal.-----

Dispõe o artigo 143.º/1 do Código Penal que quem ofender o corpo ou a saúde de outra pessoa é punido com pena de prisão até 3 anos ou com pena de multa.-----

Como refere Paula Ribeiro de Faria, na obra Comentário Conimbricense do Código Penal, Parte Especial, Tomo I, Artigos 131.º a 201.º, dirigida pelo Professor Figueiredo Dias¹, o crime de ofensa à integridade à ofensa física simples surge como o tipo legal fundamental em matéria de crimes contra a integridade física, sendo a partir desse tipo legal de crime que surgem uma série de variações qualificadas.-----

Como salienta a mesma autora², encontramos-nos em presença de um crime material e de dano, uma vez que tal tipo legal de crime abrange um determinado resultado, resultado esse que é a lesão do corpo ou saúde de outrem, fazendo-se a imputação objectiva deste resultado à conduta ou omissão do agente, de acordo com as regras gerais previstas no artigo 10.º do Código Penal. Tal crime é de realização instantânea, bastando-se para o seu preenchimento a verificação do resultado descrito, podendo a gravidade dos seus efeitos ou a sua duração conduzir à qualificação da lesão como ofensa à integridade física grave ou ser valorado no âmbito da determinação da medida da pena.-----

O artigo 143.º/1 do Código Penal distingue duas modalidades de realização do tipo legal: a) ofensas no corpo; b) ofensas na saúde, preenchendo-se o

¹ Comentário Conimbricense do Código Penal, Parte Especial, Tomo I, Artigos 131.º a 201.º, dirigido por Jorge de Figueiredo Dias, Coimbra Editora, 1999. Relativamente ao comentário que seguimos veja-se o comentário ao artigo 143.º, § 1, a páginas 202 e seguintes.

² Obra citada, § 6, página 204.

tipo com a verificação de qualquer ofensa no corpo ou na saúde, independentemente da dor ou sofrimento causados, não relevando aqui os *meios* empregues pelo agressor, ou a *duração* da agressão¹²,-----

Por ofensa no corpo deve entender-se todo o mau trato através do qual o agente é prejudicado no seu bem estar físico de uma forma não insignificante, integrando o conceito típico as actuações que envolvem lesões de substância corporal, tais como nódos negros, feridas ou inchaços, - podendo este crime existir mesmo que o ofendido não sofra, por via da agressão, qualquer lesão corporal, incapacidade para o trabalho, ou mesmo dor ou sofrimento físico, como no caso de ser vítima de uma bofetada dada com a intenção de ofender corporalmente³ - sendo objecto da acção o corpo humano⁴,-----

O tipo legal do artigo 143.^o exige o dolo em qualquer das suas modalidades (directo, necessário e eventual), sendo irrelevante a motivação do agente relativamente às ofensas produzidas no corpo e na saúde⁵ de outrem,-----

Face à prova produzida nos autos, dúvidas não existem de que face aos factos apurados [cfr. II.1.1 a II.1.15] os arguidos _____ e _____, agindo em comunhão de esforços e intenções,

¹ Autora e obra citada, § 8, página 205.

² Veja-se o acórdão da Relação do Porto de 14 de Dezembro de 1988 (C.J., 98, 5, 233), que considerou ser susceptível de constituir o crime de ofensas corporais uma discussão em tom de voz audível a 100 metros de distância, em zona habitada, às 3 horas da manhã, já que é adequada a provocar o brusco acordar de quem dorme, causando dificuldade em readormecer, com dores de cabeça, náuseas e depressão psíquica durante horas ou dias.

³ Neste sentido Maia Gonçalves, Código Penal Português, 12.^a edição, Almedina, 1998, anotação 6 ao artigo 143.^o, página 488. Tal entendimento veio a ser acolhido pelo acórdão do plenário das secções criminais do Supremo Tribunal de Justiça de 18 de Dezembro de 1991, publicado no Diário da República, série I-A, de 8 de Fevereiro de 1992.

⁴ Autora e obra citada, §§ 9 e 10.

⁵ Autora e obra citada, § 19.

TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE VISEU

AA
SC
CF

ofenderam corporalmente o ofendido/arguido _____

Face à factualidade apurada, dúvidas não existem de que os arguidos actuaram a título de dolo directo, já que, agindo em comunhão de esforços e intenções, quiseram atingir o corpo e a saúde daquele, o que conseguiram, agindo dolosamente, a título de dolo directo (artigo 14.º/1 do Código Penal) – cfr. II.1.14 e II.1.15 –, pelo que se encontram preenchidos todos os elementos constitutivos do crime de ofensa à integridade física simples, previsto e punido pelo artigo 143.º/1 do Código Penal, tendo ambos os arguidos actuado a título de co-autoria material – artigo 26.º do Código Penal.-----

Em face do exposto, impõe-se a condenação dos arguidos pela prática, em co-autoria material, de um crime de ofensa à integridade física simples, previsto e punido pelos artigos 26.º e 143.º/1 do Código Penal.-----

PARTE CÍVEL:

De acordo com o disposto nos artigos 129.º do Código Penal, «a indemnização de perdas e danos de um crime é regulada pela lei civil», ou seja, quer nos pressupostos da responsabilidade civil, quer relativamente à obrigação de indemnizar, designadamente no montante, aplicando-se os artigos 483.º e seguintes e 562.º e seguintes do Código Civil.-----

Os demandados _____ e
através de uma co-actuação dolosa, violaram ilicitamente direitos morais do
demandante _____

Assim, de acordo com o disposto nos artigos 483.º, 484.º e 496.º do Código Civil, aqueles demandados são solidariamente obrigados (artigo 497.º/1 do Código Civil) a indemnizar o lesado. O artigo 562.º do Código Civil determina que o demandado reconstitua a situação que existiria se não se tivessem verificado os factos ilícitos por si praticados. Assim, em primeiro lugar, a indemnização compreende os prejuízos causados (Código Civil, artigo 564.º/1), sendo fixada em dinheiro quando não for possível a reconstituição

natural (Código Civil, artigo 566.º/1), tendo como medida a diferença entre a situação patrimonial do lesado, na data mais recente que puder ser atendida e a que teria nessa data se não existissem danos (Código Civil, artigo 566.º/2).-----

O demandante , tendo sido atingido no seu direito à integridade física e moral, sofreu mal estar psicológico, decorrente da agressão corporal sofrida, que contra a sua pessoa foi perpetrada pelos demandados e [cfr. II.1.1 a II.1.15 e II.1.16 a II.1.18], que consubstancia conduta ilícita e criminosa dos mesmos, ou seja, sofreu danos não patrimoniais. Tais prejuízos são indemnizáveis, em termos do pagamento solidário (cfr. artigos 497.º/1, 512.º e 513.º do Código Civil) pelos demandados e

, de uma quantia que o compense desses prejuízos sofridos. Na sua fixação tomar-se-á em conta o disposto no artigo 496.º/3 do Código Civil, entendendo-se adequada e proporcional ao caso o pagamento das seguintes indemnizações, pela prática dos factos integrantes do crime de ofensa à integridade física simples, cometido em co-autoria material pelos arguidos/demandados. e na quantia global de € 1.000 mil euros), já devidamente actualizada;-----

A tal quantia acrescerão juros de mora, à taxa legal, desde a notificação da sentença e até efectivo e integral pagamento.-----

Para além de tais danos não patrimoniais, o demandante sofreu ainda danos patrimoniais [cfr. II.1.1 a II.1.15 e II.1.19], já que o mesmo suportou em razão dos presentes autos, perdas de tempo e os gastos com transportes nas deslocações que teve que fazer ao H.S.T., I.N.M.L., à G.N.R., para apresentar queixa e prestar declarações e ao Tribunal, em montante não inferior a € 200,00, quantia que os arguidos/demandados e serão também solidariamente (cfr. artigos 497.º/1, 512.º e 513.º do Código Civil) condenados a pagarem-lhe, já que tais despesas decorreram, directa e necessariamente, do cometimento pelos mesmos, em co-autoria material, do referido ilícito

TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE VISEU

502
Cj

criminal (crime de ofensa à integridade física simples).-----

A tal quantia acrescerão juros de mora, à taxa legal, desde a notificação do pedido cível e até efectivo e integral pagamento.-----

4. Medida da pena:

O crime de ofensa à integridade física simples cometido pelos arguidos em co-autoria material (cfr. artigo 26.º do Código Penal) é punível com pena de prisão até 3 anos ou com pena de multa (artigo 143.º/1 do Código Penal). Ou seja, com pena de prisão entre 1 mês (cfr. artigo 41.º/1 do Código Penal) e 3 anos ou com pena de multa entre 10 e 360 dias (artigo 47.º/1 do Código Penal).-----

Na determinação da medida concreta da pena observar-se-á o disposto nos artigos 29.º e 30.º da Constituição e 40.º/2, 70.º, 71.º, 72.º e 73.º do Código Penal.-----

No caso em apreço, sendo aplicáveis ao tipo legal de crime abstractamente punível a pena de prisão ou a pena de multa, ou seja, prevê-se em alternativa medida privativa e medida não privativa da liberdade, entendemos ser de lançar mão à medida não privativa da liberdade (pena de multa), uma vez que entendemos que no caso em apreço a pena não privativa da liberdade realiza de forma adequada as finalidades da punição, ou seja, protegerá os bens jurídicos violados (*protecção da vida e integridade física de outrem*), e a reintegração dos agentes na sociedade (artigo 40.º/1 do Código Penal), sendo facto para tal opção decisivo o facto de os arguidos serem ambos primários. Face ao exposto entendemos ser de aplicar aos arguidos a pena não privativa da liberdade - pena de multa.-----

A determinação da medida da pena dentro dos limites aplicáveis far-se-á em função da culpa do agente e das exigências de prevenção - geral e especial -, nos termos do disposto no artigo 70.º/1 do Código Penal.-----

Atentar-se-á a todas as circunstâncias que, não fazendo parte do tipo de crime, depuserem a favor do agente ou contra ele, designadamente o elevadíssimo grau de ilicitude do facto (*ofensa voluntária no corpo e saúde do*

ofendido, ofensa essa completamente gratuita, injustificada e desnecessária), o modo de execução do crime e a gravidade das suas consequências (tipo de agressão [usando garrafas de cerveja], premeditada, meios empregues, zonas atingidas e consequência da agressão já graves) [artigo 71.º/2, a) do Código Penal]; o dolo directo (manifestado na conduta violadora da lei, que os arguidos bem conheciam) [artigo 71.º/2, b) do Código Penal]; os sentimentos manifestados no cometimento do crime e os fins ou motivos que o determinou (agressão gratuita, injustificada e injustificável) [artigo 71.º/2, c) do Código Penal]; a conduta anterior ao facto e posterior a este (o facto de ambos os arguidos serem primários), terem actuado em conjugação de esforços e intenções contra um único antagonista, sem esquecer o seu não arrependimento dos factos, o que denota um temperamento exaltado, entendemos ser de aplicar aos arguidos - a ambos os arguidos (cfr. artigo 29.º do Código Penal) - uma pena de multa que fixaremos em 200 (duzentos) dias de multa, à taxa diária de € 15 (quinze euros) - cfr. artigo 47.º/2 do Código Penal -, ou seja, na multa de € 3.000 (três mil euros), sendo certo que tal pena não ultrapassa a culpa do arguido (artigo 40.º/2 do Código Penal), culpa essa de grau e intensidade muitíssimo elevado. Fixar-se-á a respectiva prisão subsidiária em 133 (cento e trinta e três) dias (artigo 49.º/1 do Código Penal).----

III - DECISÃO:

PARTE CRIME:

Pelo exposto julgo a acusação procedente, por provada, e, consequentemente condeno os arguidos, _____ e _____ como co-autores materiais e na forma consumada, de um crime de ofensa à integridade física simples, previsto e punido pelo artigo 143.º/1 do Código Penal, na pena - para cada um dos arguidos - de 200 (duzentos) dias de multa, à taxa diária de € 15 (quinze euros), ou seja,

TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE VISEU

50
Cj

na multa de € 3.000 (três mil euros), a quem correspondem (artigo 49.º/1 do Código Penal) 133 cento e trinta e três dias de prisão subsidiária;-----

PARTE CÍVEL:

Pelo exposto julgo o pedido cível procedente, por provado e, consequentemente, condeno solidariamente (cfr. artigos 497.º/1, 512.º e 513.º do Código Civil) os demandados _____ e _____ a pagar ao demandante _____

↓ A quantia global de € 1.000 (mil euros), a título de danos não patrimoniais sofridos, relativamente aos danos decorrentes dos crimes de ofensa à integridade física simples e injúria agravada de que foi vítima, por parte do demandado, acrescida dos juros moratórios, à taxa legal, vencidos e vencendos, desde a notificação da sentença, até integral e efectivo pagamento;-----

↓ A quantia de € 200 (duzentos euros), a título de danos patrimoniais sofridos, relativamente aos danos decorrentes das perdas de tempo e os gastos com transportes nas deslocações que teve que fazer ao H.S.T., I.N.M.L., à G.N.R., para apresentar queixa e prestar declarações e ao Tribunal, acrescida dos juros moratórios, à taxa legal, vencidos e vencendos, desde a notificação do pedido, até integral e efectivo pagamento.-----

Sem custas cíveis - artigo 4.º/1, n) do Regulamento das Custas Processuais.-----

Vão ainda cada um dos arguido condenados em 3 (três) UC's de taxa de justiça.-----

Notifique.-----

Boletins ao Registo Criminal.-----

Deposite - artigos 372.º/5 e 373.º/2 do Código de Processo Penal.-----

Visca, d.s.



Tradução de português para espanhol: Benilde Anchão. Texto de chegada

Tribunal Judicial de la comarca de Viseu

Término:

Proceso nº: (Proceso Común – Singular [Ofensa a la integridadefísica])

1 Juicio criminal

Autor: (Ministerio Publico)

Acusados:

SENTENCIA

El tribunal determina por imperativo de los artículos 202º/1 y 205º/2 de la constitución de la Republica Portuguesa:

Informe:

1- Acusación

El digno magistrado del ministerio Público acusa:

....., soltero, hijo de.....y de.....

Nacido adede....., natural
de la Republica Federal
de Alemania, mecánico
de precisión,
residente
en
.....(Nordrhein-
Westfalen [Renania del norte-
vestefalia]), Republica Federal

de la Alemania, titular del
documento de identificación
nacional,
nº.....emitido

En ()
Y

,
Soltera, hija de (...)y de (...),
nacida en de
, natural de la republica
federal de Alemania,

técnica

administrativa del dominio de
abogados y de notaría,
residente en

,
(Nord-Rhein-Westfalen
[Renania del norte vestfaliana])
, titular del documento de
Identificación nacional nº
, emitido por la
República Federal De Alemania.

Imputándoles la práctica, en coautoría material y en la forma consumada, de un (1) crimen de ofensa a la integridad física simples, previsto y punido por el artículo 143º/1 del Código de lo Penal. ---

Por el demandado, fue pedido
de

Indemnización civil contra los demandantes. ----

1- DEFENSA:

Los demandantes no presentaron contestación escrita. -----

2- SANEAMIENTO

Se ha efectuado el juicio con atención a todas las formalidades legales, sin existencia de cuestiones previas o incidentales que cumplan conocer y que se opongan al conocimiento del merito de la causa. -----

II- Fundamentación

1. De la instrucción y discusión de la causa se ha probado lo siguiente:
 1. En el día 17/08/04, cerca de la 03:30 horas, en el lugar de Pindelo de Silgueiros, zona de esta población, el acusado aparco su coche y se dirigió a dos de sus amigos que allí se encontraban junto de una fuente, ---
 2. Sin que nadie lo justificase, el acusado XXXX , que se encontraba con la acusada XXX, a una distancia de aproximadamente 100 metros del lugar donde se encontraba el ofendido, empezó a dirigir expresiones provocadoras al ofendido;----
 3. Como el ofendidoXXX no contestó a las constantes provocaciones que le fueran dirigidas por el acusado XXX , este se acercó del ofendido y, sin que nadie lo previera o justificase, le dio un puñetazo en el rostro, rompiendo la gafas que el ofendido usaba, envolviéndose seguidamente los dos en agresiones mutuas, ---
 4. Por su vez, la acusada XXX se acercó también de los dos y, estando aproximadamente a 1 metro del ofendido XXX , lanzo dos botellas en la dirección del ofendido, atingiéndole también en el rostro, ---
 5. De súbito, el acusado XXX, pego en una de las botellas y con ella le dio un golpe en la parte lateral izquierda de la cabeza de XXX, apenas terminando con tales ofensas porque mientras eso el testigo intervino, los separo y acabó con las agresiones.---
 6. En consecuencia de las agresiones supra descritas, el ofendidoXXX sufrió múltiples escoriaciones dispersas por la región frontal y malares, todas lineares la mayor de todas midiendo 3 cm de largo y se situando en la mitad derecha de la región frontal; herida inciso-contusa, con 2 cm de largo, situada en la parte izquierda de la región frontal, a la cual estaba subyacente un hematoma de diámetro aproximado de 6cm con elevación aproximada de 5mm; herida inciso-contusa en el dorso de la nariz, sentido sagital con aproximadamente 1.5 cm de largo; herida contusa junto al canto interno del ojo izquierdo con aproximadamente 1 cm; equimosis infra-orbital bilateral

más pronunciada a la izquierda y hematoma de pequeñas dimensiones en la región parieto-occipital del cuero cabelludo, todas mejor descritas en los autos del examen médico de folios 12 a 13 y 7 a 9, que aquí se dan como reproducidos, lesiones esas que han determinado, para su cura, de forma inmediata y necesaria, un periodo de 10 días de enfermedad, todos sin incapacidad para el trabajo general o profesional;---

7. Al agredir el ofendido XXX de la forma supra descrita, dándole puñetazos y lanzándole botellas, actuaron los acusados XXX y XXX, en comunión de esfuerzos y intentos, ofender el cuerpo y la salud de aquellos molestado, lo que han conseguido; ---
8. Actuaron los acusados de forma libre, voluntaria y deliberada, teniendo conocimiento que sus conductas eran prohibidas y castigadas por Ley Penal; ---
9. Sin que nadie lo justificase, el acusado XXX , que se encontraba con la acusada XXX a una distancia de aproximadamente 100 metros del lugar donde se encontraba el ofendido, empiezo a dirigirle expresiones provocadoras a este; ---
10. Asi el acusado XXX se acercó del ofendido XXX y, sin que nadie lo hiciera prever o justificase, le pego un puñetazo en la cara, rompiéndole las gafas que usaba, envolviéndose de seguida los dos en agresiones mutuas.
11. Por su vez, la acusada XXX se acerco de los dos y, aproximadamente a un metro del ofendido XXX , lanzo en su dirección dos botellas, molestándole en la cara. ---
12. De súbito, el acusado XXX pego en una de esas botellas y con ella lo golpeo en la parte lateral izquierda de la cabeza del ofendido XXX , apenas terminando con tales ofensas porque mientras eso intervino el testigo XXX , que los consiguió separar y terminar con las agresiones; ---
13. Como consecuencia directa y necesaria de las agresiones y conducta ilícita de los acusados, el requirente XXX , sufrió escoriaciones múltiples dispersas por la región frontal y malares, todas lineares la mayor de ellas midiendo 3 centímetros de largo y situándose en la mitad derecha de la región frontal; herida inciso-contusa con 2 centímetros de largo, localizada en la parte izquierda de la región frontal, en la cual estaba subyacente un hematoma de aproximadamente 6 centímetros de diámetro con elevación de aproximadamente 5 milímetros; herida inciso-contusa en el dorso de la nariz, sentido sagital con aproximadamente 1.5 centímetros de largo; herida contusa cerca del canto interno del ojo izquierdo con aproximadamente 1 centímetro; equimosis infra-orbitaria bilateral más pronunciada a la izquierda y hematoma de pequeñas dimensiones en la región parietooccipital del cuero cabelludo, todas mejor descritas en los autos de los exámenes médicos de folios 12 a 13 y 7 a 9, que se dan como reproducidos, lesiones esas que han

determinado para su cura, un periodo de diez días de enfermedad sin incapacidad para el trabajo general o profesional; ----

14. Al agredir el ofendido XXX de la manera supra descrita, dándole puñetazos y lanzándole botellas, actuaron los acusados XXX y XXX, en comunión de esfuerzos y intencionados a ofender el cuerpo y la salud del querellante, lo que han conseguido; ---
15. Los acusados actuaron libremente, voluntaria, deliberada y consciente sopando que tal conducta no les era permitida siendo castigada criminalmente; ---

- 5 -

16. Con las heridas sufridas los demandados causaron dolor y sufrimiento físico y psicológico impidiendo, durante el tiempo de la enfermedad causada de poder desarrollar las condiciones normales para su capacidad laboral; ---
17. El requirente se sintió profundamente abalado con las agresiones de que fue víctima en su propia localidad delante las personas que bien lo conocen; ---
18. Sofrió humillaciones, profundo disgusto y constreñimiento por la situación que ha vivido, por las lesiones, dolores físicos y psicológicos que ha sentido durante varios días; ---
19. Por los daños patrimoniales, el requirente ha soportado ya por los presentes autos, pérdidas de tiempo y los gastos con los transportes en los viajes que tuvo que hacer al H.S.T., I.N.M.L., a la Guardia Civil, para presentar reclamaciones y al tribunal, en un valor no inferior a 200€00;---
20. *Los acusados son primarios; ...*
21. Viven, residen y trabajan en la Republica federal Alemana; ---
22. Desde la fecha de los hechos en apreciación, jamás volvieron a Portugal; ---

2. Contextualización factual:

La convicción del Tribunal para considerar probados los hechos arriba referidos
resultado: ---

- a) Del tenor de los elementos de urgencia del H.S.T. juntos a folios 10-11, cuya veracidad y autenticación no fue puesta en causa; ---

- b) Del tenor de las relatorías periciales médico-legales, efectuados por el I.N.M.L., despacho Médico-legal de Viseu, juntos a folios 7-9 y 12-13, lo que “ el juez técnico, científico o artístico inherente a la prueba pericial se presume substraído a libre apreciación del juzgado” (artículo 163º/1 Del Código del Proceso de lo Penal); ---
- c) Del tenor de los Certificados delo Registro Criminal de los acusados, juntos a folios 490 y 492, cuya veracidad y autenticación no fue puesta en causa; ---
- d) De las reclamaciones del querellante/ ofendido, XXX , lo cual referido que los factos han ocurrido aproximadamente a las 3h00 en Pindelo de Silgueiros. En aquel momento el acusado XXX se posicionó detrás del y empiezo a provocarlo, diciéndole “ya ven aquel gran gilipollas” y otras ofensas, por lo que ha contestado “Me quieres pegar?” al que el acusado XXX contesto pegándole un puñetazo en las gafas, junto del ojo, habiendo se protegido, empujo al acusado XXX, habiendo el mismo tumbado en el suelo. Fue después agredido con una botella en el lado izquierdo de la cara/cabeza, por el acusado XXX o por la acusada XXX (no tiene certitudes de cual) fue seguidamente agredido por la acusada XXX con 2 botellas vacías que le lanzo, una de ellas le toco en la cara y otra en la frente de la cabeza, se habiendo después roto las 3 botellas que le tocaron. Seguidamente el acusado XXX le lanzo con otra botella a la cabeza, de lado, causándole daño, botella que no se rompió y que el acusado recogió del suelo. Después fue para el hospital para ser socorrido por las heridas provocadas por las agresiones, ahí fue suturado, después de haber sido primer socorrido por compañeros y amigos que allí estaban. En consecuencia de las agresiones sufridas las gafas y las lentillas se rompieron, habiendo quedado herido en la zona de (aro) junto a la nariz en el ojo, en un canto. Ha prestado declaraciones con conocimiento directo de los hechos, de manera clara y convicta; ---
- e) De la declaraciones de los testigos XXX, el cual refirió que cuando pasaron junto de los acusados el XXX ha sido provocado por el acusado XXX, que en voz alta y dirigiéndose al XXX dijo “ ya ven aquel gran gilipollas”, al que el XXX contesto “ porque estas con eso, si me quieres pegar, pues hazlo”, así que de inmediato, el acusado XXX dio un puñetazo en la cara de XXX así le empujo el acusado XXX este se cayó al suelo, llegando de pronto la acusada XXX (NOVIA DEL ACUSADO XXX) y “le pego” con dos botellas en la cabeza y en el rostro de XXX, que se rompieron, esto en la secuencia del puñetazo. El XXX se quedó lleno de sangre en la cara. Los acusado allí se fueron y el testigo llevo al XXX al hospital. Refirió que los acusados “fumaban droga”, los habiendo visto “enrolar” y sintió el olor. Prestó declaraciones con conocimiento directo de los hechos, de forma clara y convicta; ---
- f) De la declaración del testigo XXX el que refirió que en el momento de los hechos el ofendido lo llamo y fue a su encuentro y cuando pasaron junto de los acusados el XXX fue provocado por el acusado XXX , que en alta voz y dirigiéndose a XXX le dijo “ya ven aquel gran gilipollas” al que el XXX le contestó “voy hacer como si no hubiera oído nada”. Seguidamente, estando todos en un grupo de amigos comunes a los acusados y estando estos presentes,

el acusado XXX provocó de nuevo a XXX, al que este contestó “porque estas con eso si me quieres pegar, hazlo” de inmediato el acusado XXX le pego un puñetazo en la cara de XXX lo que, según se acuerda, rompió las gafas que XXX usaba. El XXX empujo seguidamente el acusado XXX y este se cayó al suelo y de inmediato vino la acusada XXX (novia del acusado XXX) y pego con dos botellas vacías en el rostro y temporal de XXX, lo que rompió las botellas. Después, el acusado XXX pego con una botella vacía en XXX, pero no rompió la botella. Añadió que todas las botellas estaban vacías. El XXX se quedó con mucha sangre en la cara y fue para el hospital. Era habitual hasta quela año que los acusados viniesen de vacaciones a Pindelo de Silgueiros, donde viven el padre y los abuelos del acusado, pero a partir de aquel momento jamás han sido vistos en aquel lugar. Refirió que los acusados y XXX se conocían, a pesar de que tenga idea de que los mismos no tenias ninguna especie de relación. Declaró con conocimiento directo de los hechos, de forma clara, exenta, convicta e imparcial; ---

- g) De la declaración del testigo XXX, que no presencié los hechos, el cual refirió que el ofendido llevó puntos en la zona de la cara, fue socorrido en el hospital, estando él en sufrimiento, dolores y se quedó con marcas de la agresión sufrida. Las gafas del molestado se rompieron durante la agresión. Declaro con conocimiento directo de los hechos, de forma clara, exenta, convicta e imparcial; ---
- h) De la declaración del testigo XXX amigo de infancia del ofendido, que no presencié los hechos, el cual refirió que fue con él al hospital y que habló con él el día siguiente a los hechos. Cuando vio al acusado, ese estaba lleno de sangre en la cara y tenía una toalla en las manos con la cual limpiaba la sangre y la mala compañía del testigo XXX. Se quedó perturbado y afectado por los hechos y un poco revuelto. De la agresión, las gafas del ofendido fueron rotas. Llevo puntos, le habiendo visto la cara “toda suturada y hinchada”. Declaró con conocimiento directo de los hechos, de forma clara, exenta, convicta e imparcial; ---
- i) De la declaración del testigo XXX madre del ofendido, que no presencié los hechos, la cual refirió que vio el hijo ya herido, apareciéndole lleno de sangre en la cara. Refirió que él mismo fue socorrido en el hospital, llevando 18 puntos en la zona de la frente, ya que las heridas ahí no se concentraban, así como en la zona de la nariz ” todo en el rostro y cabeza”. Cogió una infección y la cara se quedo hinchada. Las gafas se rompieron en el incidente. Describió el hijo como una persona calma. El hijo se sintió resentido y revuelto con la agresión de que fue víctima. Refirió que los acusados no volvieron más a Portugal, después de los hechos aquí descritos. Declaró con conocimiento directo de los hechos, de forma clara y convicta; ---

3. El Derecho:

Parte Crimen:

La integridad física de las personas es inviolable, como consta en el artículo 25º/1 de la Constitución de la Republica Portuguesa, constituyendo ese derecho a la integridad personal uno de los derechos, libertades y garantías personales de los ciudadanos constitucionalmente consagrados, como transcurre de su inserción sistemática en el texto constitucional portugués, con las garantías de ellas inherentes previstas en la Ley Fundamental, desde luego las consagradas en los artículos 16º, 18º y 19º de la Constitución de la Republica Portuguesa. ----

Según enseñan los profesores Gomes Canotilho y Vital Moreira, el derecho a la integridad física consiste, en primero, en un derecho a no ser agredido o ofendido, en el cuerpo, por medios físicos, lo cual, mientras orgánicamente ligado a la defensa de la persona como tal, detiene la protección absoluta, así que no puede ser afectado mismo en situaciones de suspensión de derechos fundamentales, en vigor de estado de lugar o de emergencia, como consta del artículo 19º/6 de la Ley Fundamental. Por otro lado, tal derecho sirve no solo contra el Estado, pero contra cualquier otra persona, estando la protección penal de comportamientos violadores de ese derecho fundamental en la previsión de los crímenes de ofensas corporales. ---

Delante nuestra Ley, la protección penal de la violación del derecho fundamental a la integridad física esta prevista en los artículos 143º a 152º del Código de lo Penal. ---

Dispone el artículo 143º/1 del código de lo Penal que quien ofender el cuerpo o la salud de otra persona es sancionado con pena de prisión hasta 3 años o con pena de multa. ---

Como refiere Paula Ribeiro de Faria, en la obra Comentario Conimbricense do Código de lo Penal, Parte Especial, Tomo I, Artículos 131º a 201º, dirigida por el profesor Figueiredo Dias, el crimen de ofensa a la integridad física simple surge como el tipo legal de crímenes contra la integridad física, lo que a partir de ahí que surgen una serie de variaciones cualificadas. ---

Como resalta la misma autora, estamos en presencia de un crimen material y de daño, una vez que tal tipo legal de crimen abarca un determinado resultado, resultado ese que es la lesión del cuerpo o salud de otras personas, haciendo la imputación objetiva de este resultado a la conducta o omisión del agente, de acuerdo con la reglas generales previstas en al artículo 10 del Código Penal. Tal crimen es de realización inmediata, con base para su relleno la verificación del resultado descrito, con la posibilidad de la gravedad

de sus efectos o de su duración llevar a la cualificación de la lesión como ofensa a la integridad física grave o ser valorado con base en la determinación de la medida penal. ---

El artículo 143/1 del Código de lo Penal distingue dos modalidades de realización de lo tipo legal: a) ofensas en el cuerpo; b) ofensas en la salud, rellenándose el tipo con la verificación de cualquier ofensa en el cuerpo o en la salud, independientemente del dolor o sufrimiento causados, sin revelar aquí los métodos utilizados por el agresor, o la duración de la agresión. ---

Por ofensa en el cuerpo debe entenderse todo el maltrato a través del cual el agente es perjudicado en su bien estar física de una manera no insignificante, integrando el concepto típico las actuaciones que integran lesiones, de substancia corporal, o sea manchas negras, heridas o hinchazón, este crimen existe mismo que el ofendido no sufra, por vía de agresión, cualquier lesión corporal, incapacidad para el trabajo, o mismo dolor o sufrimiento físico, como en el caso de ser víctima de una galleta pegada con intención de ofender corporalment5e – siendo objeto de la acción o cuerpo humano, ---

El tipo legal del artículo 143°, exige el dolo en cualquier de sus modalidades (directo, necesario y eventual), siendo irrelevante la motivación del agente delante las ofensas producidas en el cuerpo y salud de otras personas. ---

Delante la prueba producida en los autos, no existen dudas de que delante de los hechos apurados [cfr. II.1.1 a II.1.15] los acusados XXX y XXX actuando en comunión de esfuerzos y intenciones,

Han ofendido corporalmente el ofendido XXX.

Delante los hechos, no existen dudas de que los acusados han actuado a título de dolo directo, ya que, actuando en comunión de esfuerzos y intenciones, quisieron attingir el cuerpo y la salud del mismo, lo que lograron, actuando dolorosamente, a título de dolo directo (artículo 147°/1 del código penal) – cfr: II.1.14 y II.1.15-, por lo cual se encuentran reunidos todos los elementos constitutivos del crimen de ofensa a la integridad física simples, previsto y castigado por el artículo 143°/1 del Código Penal, una vez que los dos acusados han actuado a título de coautoría material – artículo 26° del código Penal. ---

Delante el expósito, se impone la condenación de los acusados por la práctica, en coautoría material de un crimen de ofensa a la integridad física simples, previsto y punido por los artículos 26° y 143°/1 del Código Penal. ---

Parte Civil:

De acuerdo con el dispuesto en los artículos 129º del código penal, “la indemnización de las pérdidas y daños de un crimen es determinada por la ley civil”, o sea, tanto en los presupuestos de la responsabilidad civil, tanto en la parte de la obligación de indemnizar; más concretamente en el valor, aplicándose los artículos 483º y siguientes y 562º y siguientes del Código Civil. ---

Los demandados XXXX y XXXX

A través de una coactuación dolorosa, han violado ilícitamente los derechos morales del demandante.

Así, de acuerdo con el dispuesto en los artículos 483º, 484º y 496º del código civil, aquellos demandados tienen obligatoriamente que (artículo 497º/1 del Código Civil) a indemnizar el dañado. El artículo 562º del código civil determina que el demandado reconstituya la situación que existía se no se hubiera verificados los hechos ilícitos por ellos practicados. Por eso, en primer lugar, la indemnización incluye los perjuicios causados (código civil, artículo 564º/1), siendo fijada en dinero cuando no sea posible la reconstitución natural (código civil, artículo 566º/1), que contiene como medida diferente entre la situación patrimonial del dañado, en la fecha más reciente que pueda ser atendido y a la que hubiera en esa fecha si no existiesen daños (código civil, artículo 566º/2). ---

El demandante XXX, que fue atingido en su derecho a la integridad física y moral, sufrió mal estar psicológico, decorriente de la agresión corporal sufrida, que contra su persona fue perpetuada pelos demandados XXX y XXX [cfr. II.1.1 a II.1.15 y II.1.16 a II.1.18], que consustancia conducta ilícita y criminosa de los mismos, o sea, sufrió daños patrimoniales. Tales perjuicios son indemnizables, en términos de pagamiento solidario (cf. Artículos 497º/1, 512º y 513º del código civil) por los demandados XXX y XXX de un valor que lo compense de esos perjuicios sufridos. En su fijación se iba a tener en cuenta el dispuesto en el artículo 496º/3 del código civil, lo que sea adecuado y proporcional al caso del pagamiento de la indemnización siguiente, por la práctica de los hechos integrantes del crimen de ofensa a la integridad física simple, cometido en coautoría material por los acusados/demandados XXX y XXX en un valor total de 1.000 mil euros ya debidamente actualizada; ----

Valor al cual se añadirá los intereses, a la tasación legal, desde la notificación de la sentencia y hasta el pagamiento integral y efectivo. ---

Además de tales daños no patrimoniales, el demandante XXX sufrió aun daños patrimoniales [cfr. II.I.1 a II.I.15 y II.I.19], ya que el mismo ha soportado en razón de los presentes autos, pérdidas de tiempo y gastos con los transportes en los viajes que tuvo que hacer al H.S.D.T, I.N.M.L, a la Guardia civil, para presentar queja y prestar declaraciones al Tribunal, en un valor no inferior a € 200.00 valor que los acusados/demandados XXX y XXX iban a ser solidariamente (cfr. Artículos 497º/1, 512º y 513º del código civil) condenados a pagar al ofendido, ya que tales gastos fueran, directa y necesariamente, del cometimiento por los mismos, en coautoría material, del referido ilícito criminal (crimen de ofensa a la integridad física simple). ---

A tal valor iban añadir los intereses, a la tasación legal, desde la notificación de la demanda civil y hasta pago efectivo y integral. ---

4. Medida de Pena:

El crimen de ofensa a la integridad física simple cometido por los acusados en coautoría material (cfr. Artículo 26º del Código de lo Penal) es punible con pena de prisión hasta 3 años o con pena de multa (artículo 143º/1 del código de lo Penal). O sea, con pena de prisión de 1 mes (cfr. Artículo 41º/1 del código de lo Penal). ---

En el caso en cuestión, siendo aplicables al tipo legal de crimen abstractamente punible la pena de prisión o la pena de multa, o sea, se prevé en medida privativa alternativa y medida no privativa de libertad, lo que se presupone como siendo prioritario la medida no privativa de libertad (pena de multa), una vez que se entiende que en el caso en cuestión la pena no privativa de libertad realiza de forma adecuada las finalidades de la punición, o sea, iba a proteger los bienes jurídicos violados (protección de la vida y integridad física de otra persona), y la reintegración de los agentes en la sociedad (artículo 40º/1 del código de la Penal), siendo hecho para tal, opción decisiva el hecho de que los acusados son los dos primarios. Delante el expósito entendemos ser de aplicar a los acusados la pena no privativa de libertad – pena de multa. ----

La determinación de la medida de pena dentro de los límites aplicables se hará en función de la culpa del agente y de las exigencias de la prevención – general y especial -, en los términos de lo dispuesto en los artículos 70º/1 del Código de lo Penal. ---

Se notas que contra todas las circunstancias que, no haciendo parte del tipo de crimen, han declarado a favor del agente o contra él, en particular en muy elevado grado de ilicitud del hecho (ofensa voluntaria en el cuerpo y salud del ofendido, ofensa esa completamente gratuita, injustificada y desnecesaria), el modo de ejecución del crimen y la gravedad de sus consecuencias (tipo de agresión [utilizando

botellas de cerveza], premeditada, medios empleados, zonas molestadas y consecuencia de la agresión ya gravísima) [art. 71º/2 a) del código de lo Penal], el dolo directo (manifestando en la conducta violadora de la Ley, que los acusados conocían bien)

art. 7º/b) del Código de lo Penal]; los sentimientos manifestados en el cometimiento del crimen y los fines o motivos que lo determinaron (agresión gratuita, injustificada y injustificable) [artículo 7º/c) del código de lo Penal] la conducta anterior al hecho y posterior a ese (el hecho que los acusados sean primarios), que hagan actuado en conjugación de esfuerzos y intenciones contra un único antagonista, sin olvidar su no arrepentimiento de los hechos, lo que demuestra un temperamento exaltado, entendemos que sea de aplicar en los acusados – a ambos acusados (cfr. artículo 29º del código de lo Penal) – una pena de multa que fijaremos en 200 (doscientos) días de multa, la tasa diaria de €15 (quince euros) – cfr. Artículo 47º/2 del código de lo Penal - , o sea, en la multa de € 3.000 (tres mil euros), siendo cierto que tal pena no pasa delante de la culpa del acusado (artículo 40º/2 del código de lo Penal), culp0a esa de grado y intensidad muy elevada. Se fijara la respectiva pena de prisión subsidiaria en 133 (ciento y treinta y tres) días (artículo 49º/1 del código de lo Penal). ---

III – DECISION:

PARTE CRIMEN:

Por el expuesto, juzgo la acusación procedente, por probada, y, consecuentemente condeno los acusado XXX y XXX como coautores materiales y en la forma consumada, de un crimen de ofensa a la integridad física simple, previsto y punido por el artículo 143º/1 del código de lo Penal – para cada uno de los acusados – de 200 (doscientos) días de multa, a la tasación diaria de €15 (quince euros), o sea, una multa de € 3.000 (tres mil euros), a quien corresponden (artículo 49º/1 del código de lo Penal) 133 ciento y treinta días de prisión subsidiaria; ---

PARTE CIVIL:

Por lo expuesto juzgo el pedido civil procedente, por probado y consecuentemente, condeno solidariamente (cfr. Artículos 497º/1, 512º y 513º del Código civil) los demandados XXX y XXX a pagar al demandante XXX: ----

El valor total de € 1.000 (mil euros), a título de daños no patrimoniales sufridos, relativos a los daños decurrentes de los crímenes de ofensa a la integridad física simple y injuria agravada de que fue víctima, por parte de lo demandado, con los juros moratorios, a tasación legal, vencidos y venciendo, desde la notificación de la sentencia, hasta integral y efectivo pagamiento; ---

El valor de €200 (doscientos euros), a título de daños patrimoniales sufridos, relativamente a los daños decurrentes de la pierdas de tiempo y los gastos con los transportes en los viajes que tuve que hacer hasta el H.S.T, I.N.M.L y la Guardia Civil, para presentar queja y prestar declaraciones y al Tribunal, añadiendo los intereses, a tasación legal, vencidos y venciendo, desde la notificación de la demanda, hasta integral y efectivo pagamiento. ---

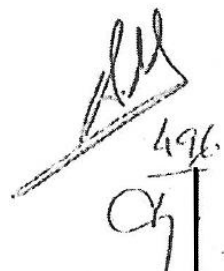
Sin gastos cibus – artículo 4º/1,n) del Reglamento de los gastos procesuales. ---

Van aun cada acusado condenado a 3 (tres) Ucis de tasa de justicia. ---

Notifique. ----

Tradução para francês: Benilde Anchão. Texto de chegada.

TRIBUNAL D'INSTANCE DE VISEU


496
Ch

Conclusion:

Procès n°: (Procès commun – singulier [atteinte à l'intégrité physique])

1ere Session criminel

Auteur : Ministère Public

Accusés : XXX et XXX

SENTENCE

Le Tribunal détermine comme impératifs les articles 202º/1¹ et 205º/2² de la Constitution de la République Portugaise :

I- RAPPORT :

1. ACCUSATION :

Le Magistrat du Ministère Public accuse :

XXX

Célibataire, fils de XXX et de XXX, né à XXX, originaire de la République Fédéral Allemande, mécanicien de précision, habitant à XXX, XXX, XXX (Nordrhein-Westfalenn [Rhénanie du Nord-westphalien]), République Fédéral Allemande, détenteur de la carte d'identité n° XXXX émise le XX/XX/XX,

¹ “Les tribunaux sont des organes de souveraineté avec des compétences pour administrer la justice du peuple. »

² “Les décisions des tribunaux sont obligatoires pour les entités publiques et privés et prédomine sur quelconques autres autorités.

A XXX (XXX) et XXX célibataire, fille de (...) et de (..), née à XXX de XXX, originaire de la République Fédérale Allemande, Administratrice technique de la plaidoirie et du notariat, résidant à XXXX, XXXX, (Nord-Rhein-Westfalen [Rhénanie du Nord-Westphalien]), détentricrice de la carte d'identité n°XXX, émise par la République Fédérale Allemande.

Les accusant de la pratique, en qualité de coauteur matériel et en forme consumés, d'un crime d'atteinte à l'intégrité simple, prévu et puni para l'article 143°/1 du Code Pénal. -

--

Par l'offensé XXX il a été déduit une demande d'indemnisation civile contre les accusés.

2- DEFENSE :

Les accusés n'ont pas présentés de contestation écrite. ----

3- RÉSUMÉ :

Le jugement a été effectué en tenant compte de toutes les formalités légales, n'existant pas de questions préalables ou d'incidents devant être connues et qui mettrait un obstacle a la connaissance du mérite de la cause. ---

II – FONDEMENT :

De l'instance et de la discussion de la cause ont été prouvés les faits suivants :

TRIBUNAL D'INSTANCE DE VISEU

496
Ch

1. Le 17/08/04, vers les 03:30 heures, dans la localité de Pindelo de Silgueiros, ville de cette instance, le dénonciateur XXX a stationné sa voiture et s'est dirigé vers deux de ses amis qui étaient présents près d'une fontaine, ---
2. Sans que rien ne le justifie, l'accusé XXX, qui se trouvait avec l'accusée XXX, a une distance de environ 100 mètres du lieu où se situait l'offensé, a commencé à diriger des expressions provocatrices à l'offensé ; ---
3. Comme l'offensé XXX n'a pas répondu aux constantes provocations qui lui ont été proférées par l'accusé XXX, celui-ci s'est approché de l'offensé et, sans que rien n'est pu le prévoir ou justifié, lui a déferer un coup de point au visage, lui cassant les lunettes qu'il portait, se mêlant de suite dans des agressions réciproques ; ---
4. À son tour l'accusée XXX s'est également approchée des deux et, étant à plus ou moins 1 mètre de l'offensé XXX, a lancé deux bouteilles en direction de l'offensé, en l'atteignant au visage ; ---
5. De suite, l'accusé XXX a pris une de ces bouteilles et avec elle lui a porté un coup sur la partie latérale gauche de la tête de l'offensé XXX terminant ainsi avec telles offenses car entre temps un témoin XXX s'est mis au milieu d'eux réussissant ainsi les séparer et arrêtant les agressions ; ---
6. En conséquence de ces agressions ci-dessus décrites, l'offensé XXX a souffert des écorchures multiples dispersés dans la région frontale et malaire, toutes linéaires la plus grande d'elles mesurant 3 cm de longueur et se situant à la moitié droite de la région frontale ; blessure incise cutanée, avec 2 cm de longueur, située dans la partie gauche de la région frontale, laquelle était subjacente

a un hématome de 6cm de diamètre avec une élévation approximative de 5 mm ; blessure incise cutanée dans le revers du nez, sens sagittal avec approximativement 1.5 cm de longueur ; blessure contuse près du coin interne de l'œil gauche avec approximativement 1cm ; hématome infra-orbitaire bilatéral plus prononcée a gauche et hématome de petites dimensions dans la région pariéto-occipital de cuir chevelu, toutes mieux décrites dans les actes de l'examen médical des folios 12 a 13 et 7 a 9, qui se donne ici comme reproduit, lésions qui ont déterminés, pour son rétablissement, de façon immédiate et nécessaire, une période de 10 jours de maladie, toutes dans incapacité pour le travail général ou professionnel ; ---

7. En agressant l'offensé XXX de la façon ci-dessus décrite, lui donnant des coups de point et lui lançant des bouteilles, les accusés XXX et XXX ont agité, en communion d'effort et intentionnés à offenser le corps et la santé du plaignant, ce qu'ils ont réussi ;
8. Ils ont agi de façon libre, volontaire et délibéré, en sachant bien que leur comportement était interdit et puni par la Loi Pénale ; ----
9. Sans que rien ne le justifie, l'accusé XXX, qui se situait avec l'accusée XXX à une distance de plus ou moins 100 mètres du lieu où se trouvait l'offensé, a commencé à lui profaner des expressions provocatrices ; ---
10. C'est alors que l'accusé XXX s'est approché de l'offensé XXX et sans que rien ne le prévienne ou le justifie, lui a donné un coup de point dans le visage, lui cassant ainsi les lunettes qu'il portait, s'engageant les deux de suite dans des agressions mutuelles.
11. A son tour, l'accusée XXX s'est approchée des deux et à approximativement 1 mètre de l'offensé XXX a lancé en sa direction deux bouteilles, lui atteignant le visage; ---

TRIBUNAL D'INSTANCE DE VISEU

[Signature]
496
07

12. Subitement, l'accusé XXX a pris une de ces bouteilles et avec la même a donné un coup dans la partie latéral gauche de la tête de l'offensé XXX, en terminant ainsi avec telles offenses car entre temps entre eux s'est interposé le témoin XXX qui a réussi a les séparés et terminer ainsi avec les agressions ; ---
13. Comme conséquence directe et nécessaire des agressions le comportement illicite des accusés, le plaignant XXX a souffert des écorchures multiples dispersés sur la région frontale et malaire, toutes linéaires et la plus grande d'entre elles mesurant 3 centimètres de longueur et se situant dans la moitié droite de la région frontale ; blessure incise contuse avec 2 centimètres de longueur, située dans la partie gauche de la région frontale, a laquelle était subjacente un hématome d'environ 6 centimètres de diamètre avec une élévation d'environ 5 millimètres ; blessure incise contuse sur l'envers du nez, sens sagittal avec environ 1,5 centimètres de longueur ; blessure contuse près du coin interne de l'œil gauche avec environ 1 centimètre ; hématome infra-orbital bilatéral plus prononcé à gauche et hématome de petites dimensions dans la région pariétaux occipital du cuire chevelu, toutes mieux décrites dans les actes de l'examen médicale des folio 12 a 13 et 7 9, qui se donnees comme reproduites, lésions qui ont déterminés pour son rétablissement, une période de 10 jours de maladie, sans incapacité pour le travail général ou professionnel ; ---
14. En agressant l'offensé XXX de la façon ci-dessus décrite, lui donnant des coups et lui lançant des bouteilles, les accusés XXX et XXX ont agit, en communion d'effort et intentions d'atteindre le corps et la santé du plaignant, ce qu'ils ont réussis ; ---

- 5 -

Av. da Europa - 3514-508 VISEU - Telef. 232 427 000 - FAX 232 427 090 - viseu.lc@tribunais.org.pt

15. Les accusés ont agi de façon libre, volontaire, délibérée et en pleine conscience tout en sachant que telle attitude ne leur était pas permise étant punis criminellement ; ----
16. Avec les blessures souffertes les accusés ont causé douleur et souffrance physique et psychologique empêchant pendant la période de maladie causée de pouvoir développer dans des conditions normales ses capacités laborieuses ; ---
17. Le plaideur s'est senti profondément découragé avec les agressions des quelles il a été victime dans sa propre ville face aux personnes qui le connaissent si bien ; ---
18. Il a souffert des humiliations, un profond dégoût et contraintes du a la situation vécue, par les lésions, douleurs physiques et psychologiques ressenties pendant plusieurs jours ; ----
19. A titre de dommages patrimoniaux, le plaideur a déjà supporté a raison des présents actes, des pertes de temps et des dépenses avec les transports dans les déplacements qu'il a du faire à l'H.S.T, I.N.M.L, et à la Police Municipal, pour déposé plainte et faire des déclarations et au Tribunal, pour un montant non inférieur à € 200.00 : ----
20. *Les accusés sont primaires* ; ---
21. Ils vivent, résident et travaux à la République Fédéral Allemande ; --
22. Depuis la date des faits ici en appréciation, ils ne sont plus revenus au Portugal ; ---

2-Encadrement factuel :

La conviction du Tribunal pour considérer prouvés les faits ci-dessus référencés a découlé :

- a) De la teneur des éléments d'urgence de l'H.S.T, voir folios 10-11, dont la véracité et authenticité n'a pas été mise en cause ; ----
- b) De la teneur des rapports des experts médico-légaux, effectués par l'I.N.M.L, Cabinet médico-légal de Viseu, voir les folios 7-9 et 12-13, en sachant que « le juge technique, scientifique ou artistique inhérent a preuve des experts se présume soustrait a libre appréciation du juge » (article 163°/1 du Code du Procès Pénal) ; ----

TRIBUNAL D'INSTANCE DE VISEU

496
Ch

- c) De la teneur des Cadastres du Registre Criminel des accusés, voir folios, 490 et 492, dont la sincérité et authenticité n'a pas été mise en cause ; ----
- d) Des déclarations du plaignant, XXX, lequel a référé que les faits se sont déroulés « cela va faire 6 ans », en Août vers les 03:03 heures, à Pindelo de Silgueiros. A cette époque la l'accusé XXX se placé derrière lui et a commencé a le provoqué, en lui disant « tiens voilà le PD qui arrive » entre d'autres insultes, auxquels il aurait répondu « Tu veux me tapé ? », a ce que l'accusé XXX a répondu en lui donnant un coup de poing dans les lunettes, près de l'œil, s'étant défendu, en poussant l'accusé XXX ayant fait tombé celui-ci au sol. Il fut ensuite agressé avec une bouteille du coté gauche du visage, par l'accusé XXX ou par l'accusée XXX (il n'est plus sure de qui) ayant de suite été agressé par l'accusée XXX avec deux bouteilles vide qu'elle lui a lancé, s'étant une d'elles cassé après l'avoir atteint. De suite l'accusé XXX lui a lancé une autre bouteille à la tête, sur le côté, le blessant, celle-ci ne s'est pas cassée et a été ramassée par l'accusé. Il a été ensuite a l'hôpital pour être secouru aux blessures qui lui ont été provoqués par les agressions, ayant ensuite été suturé, en sachant qu'il a d'abord été secouru par des collègues et amis qui étaient présents. En conséquence des agressions les lunettes et les verres se sont cassés, ayant été blessé a la zone de la monture près du nez, a l'œil, dans un coin. Il a apporté des déclarations avec une connaissance directe des faits. De façon claire et convict ; ---
- e) Des déclarations du témoin XXXX, lequel a référencé que quand ils sont passés près des accusés XXXX a été provoqué par l'accusé XXXX, qui a haute voix et en se dirigeant a XXX dit « tiens voilà le PD qui arrive », a ce que XXX aurait répondu « pourquoi tu dis ça, si tu veux me taper vas-y », ayant de suite l'accusé XXX donné un coup de poing au visage de XXX. XXX a alors poussé l'accusé XXX et celui-ci est tombé à terre,

- 7 -

Av. da Europa - 3514-508 VISEU - Telef. 232 427 000 - FAX 232 427 090 – viseu.lc@tribunais.org.pt

étant venu de suite l'accusée XXX (petite amie de l'accusé XXX) et l'a atteint avec deux bouteilles a la tête et au visage, devant le nez de XXX, une d'elles étant pleine et l'autre vide. Ensuite l'accusé XXX a atteint avec deux bouteilles, qui sont tombés et se sont cassés, cela dans la séquence du coup de poing. XXX est resté plein de sang au visage. Les accusés sont alors partis et le témoin a emmené XXX à l'hôpital. Il a déclaré que les accusés « fumaient de la drogue », les ayant vus « enroulé » et a senti l'odeur. Il a prêté ses déclarations en connaissance directe des faits, de façon claire et convict ; ----

- f) Des déclarations du témoin XXX, lequel a déclaré que à l'époque des faits le plaignant lui a téléphoné et a été le rejoindre, et quand ils sont passés près des accusés XXX a été provoqué par l'accusé XXX qui a haute voix et en s'approchant de XXX a dit « tiens voilà le PD qui arrive » a ce que XXX lui a dit « je vais faire comme si j'avais rien entendu ». Ensuite, étant tous en groupe d'amis communs les accusés et ces derniers étant présents, l'accusé XXX a provoqué de nouveau XXX, a qui celui-ci a répondu « pourquoi tu dis ça, si tu veux me taper vas-y », lui ayant, immédiatement l'accusé XXX donné un coup de poing au visage, lui ayant selon se souviens le témoin cassé les lunettes que XXX portait. XXX a alors poussé l'accusé XXX et celui-ci est tombé à terre, de suite est venue l'accusée XXX (petite amie de l'accusé XXX) et l'a frappé avec deux bouteilles vide au visage et a la tempe de XXX, les bouteilles s'étant cassés. Apres, l'accusé XXX a quand même frappé avec une bouteille XXX, mais celle-ci ne s'est pas cassé. Il a ajouté que toutes les bouteilles étaient vides. XXX avait beaucoup de sang sur le visage et a été à l'hôpital. Jusqu'à cette année la c'était habituel que les accusés viennent en vacances a Pindelo de Silgueiros, ou réside le père et les grands-parents de l'accusé, mais a partir de cette époque la personne ne les a plus jamais revus dans la localité. Il a déclaré que les accusés e XXX se connaissaient, même en ayant idée qu'entre l'accusé et le plaignant il n'existait aucune espèce de relation. Il a prêté déclaration en connaissance directe des faits, de façon claire, exemptée, convict et impartial ; ---

TRIBUNAL D'INSTANCE DE VISEU

496
07

- g) Des déclarations du témoin XXX, qui n'a pas assisté aux faits, lequel a déclaré que le plaignant a eu des points de suture au niveau du visage, a été assisté à l'hôpital, le même ayant eu des souffrances, douleurs et a eu des séquelles de l'agression endurée. Les lunettes de celui-ci se sont cassées pendant l'agression. Il a prêté ses déclarations avec connaissance directe des faits, de façon claire, exemptée, convict et impartial ; ---
- h) Des déclarations du témoin XXX, ami d'enfance du plaignant, qui n'a pas assisté aux faits lequel a déclaré qu'il a été à l'hôpital et qu'il a parlé avec lui le lendemain des faits. Quand il a vu l'accusé celui-ci saignait beaucoup du visage et avait une serviette dans les mains avec laquelle il nettoyait le sang et était accompagné du témoin XXX. Il est resté traumatisé et affecté par les faits et un peu révolté. De l'agression, les lunettes du plaignant ont été cassées. Il a eu des points de suture, lui ayant vu le visage « suturé et enflé ». Il a prêté ses déclarations avec connaissance directe des faits, de façon claire, exemptée, convict et impartial ; ----
- i) Des déclarations du témoin XXX mère du plaignant, qui n'a pas assisté aux faits, laquelle déclare qu'elle a vu son fils déjà blessé, se présentant avec beaucoup de sang au niveau du visage. Elle a déclaré que le même a été secouru à l'hôpital, ayant eu 18 points de suture, au niveau du front, une fois que les blessures se concentraient dans cette zone là, ainsi comme au niveau du nez « tout au visage et tête ». Il a attrapé une infection et son visage a enflé. Les lunettes se sont cassées pendant l'incident. Elle a décrit son fils comme étant une personne pacifique. Son fils s'est senti blessé et révolté avec l'agression de laquelle il a été victime. Elle a déclaré également que les accusés ne sont plus jamais revenus au Portugal, après les faits ici en appréciation. Elle a prêté ses déclarations en connaissance directe des faits, de façon claire et convict ; ---

3- LE DROIT :

PARTIE CRIME :

L'intégrité physique des personnes est inviolable, comme dispose l'article 25^o/1 de la Constitution de la République Portugaise, constituant ce droit à l'intégrité personnelle un des droits, libertés et garanties personnelles des citoyens constitutionnellement consacrés, comme dispose de son insertion systématique dans le texte Constitutionnel Portugais, avec les garanties qui en découlent prévus dans la Loi fondamentale, des lors les consacrés dans les articles 16^o, 18^o et 19^o de la Constitution de la République Portugaise. ----

Selon enseigne les professeurs Gomes Canotilho et Vital Moreira¹, le droit à l'intégrité physique consiste, avant tout, en un droit à ne pas être agressé ou atteint, au corps, par des moyens physiques, étant donné, que tel droit, en tant que organiquement lié à la défense de la personne en tant que telle, jouie de protection absolue, ne pouvant pas Être affecté même en situations de suspension de droits fondamentaux, en application d'état de lieu ou d'urgence, comme dispose l'article 19^o/6 de la Loi Fondamental. D'un autre côté, tel droit est valable non seulement contre l'État, mais aussi contre toute personne, étant la protection pénale de comportement violateurs de ce droit fondamental dans la prévision des crimes d'offense corporels. ---

Face à notre Loi, la protection pénale de la violation du droit fondamental à l'intégrité physique é prévue dans les articles 143^o et 152^o de Code Pénal. ---

L'article 143^o/1 du Code Pénal déclare que qui atteint le corps ou la santé d'une autre personne est puni avec une peine de prison jusqu'à 3 ans ou avec une peine de amende.

¹ Constitution de la République Portugaise anotée, 3^{ème} édition revue, Coimbra Editora, 1993, annotation I à l'article 25^o, page 177.

TRIBUNAL D'INSTANCE DE VISEU

496
Ch

Comme déclare Paula Ribeiro de Faria, dans l'œuvre « Comentário Conimbricense do Código Penal, Parte Especial, Tomo I, artigos 131º a 201º, dirigé par le Professeur Figueiredo Dias¹, le crime d'atteinte à l'intégrité à l'offense physique simple surgie comme le type légal fondamental en matière de crimes contre l'intégrité physique, en sachant que a partir de ce type légal de crime qui surgissent une série de variations qualifiés.---

Comme souligne la même auteur², on se trouve en présence d'un crime matériel et de dommage, une fois que tel type légal de crime englobe un résultat déterminé, celui-ci étant la lésion du corps ou de la santé d'autrui, en faisant l'imputation objective de ce résultat au comportement ou omission de l'agent, en accord avec les règles générales prévues dans l'article 10º du Code Pénal. Tel crime est de réalisation instantanée, suffisant pour le compléter la vérification du résultat décrit, pouvant la gravité de ses effets ou leurs durées conduire à la qualification de la lésion comme atteinte à l'intégrité physique grave ou être valorisé dans le contexte de la détermination de la mesure de la peine. ---

L'article 1243º/1 du Code Pénal distingue deux modalités de réalisation du type légal : a) atteintes au corps ; b) atteintes à la santé, ceci rempli avec la vérification de quelconque atteinte au corps ou a la santé, indépendamment de la douleur ou souffrance causée, ne révélant pas ici les moyens utilisés par l'agresseur, ou la durée de l'agression.

34---

¹ Comentário Conimbricense do Código Penal, Parte Especial, Tomo I, Artigos 131º a 201º, dirigido por Jorge de Figueiredo Dias, Coimbra Editora, 1999. Relativamente ao comentário que seguimos veja-se o comentário ao artigo 143º§1, a páginas 202 e seguintes.

² Œuvre citée, §6, page 204.

³ Auteur et œuvre citée, §8, page 205.

⁴ Voir l'arrêt de la Relation de Porto du 14 Décembre 1988 (C.J., 98.5.233), qui a considéré être susceptible de construire le crime d'atteinte corporelles une discussion en ton de voix audible a 100 mètres de distance, en zone habitée, a 3 heures du matin, une fois que il est adéquat a provoquer un réveil brusque a toute personne qui dorme, provoquant des difficultés a se rendormir, des maux de tête, nausées, dépression psychique pendant des heures ou des jours.

On considère comme atteinte au corps tous les mauvais traitements à travers lesquels l'agent est lésé dans son bien-être physique d'une façon non insignifiante, en intégrant le concept typique des actes qui englobent les lésions de substances corporelles, comme les hématomes, blessures ou enflures, - ce crime pouvant aussi existé même si le plaignant ne souffre pas, à travers l'agression, une quelconque lésion corporel, incapacité pour le travail, ou même douleur ou souffrance physique, comme dans le cas d'être victime d'une baffe donnée avec l'intention de blesser corporellement ¹ - étant objet d'action le corps humain.² ---

Le type légal de l'article 143º/1 exige le dol en n'importe quel modalité (direct, nécessaire et éventuel), étant indifférent la motivation de l'agent par rapport aux offenses produites dans le corps et dans la santé³ d'autrui. ---

Face à la preuve produite dans les actes, il n'existe pas de doutes que face aux faits [cf. II.1.1 à II.1.15] les accusés XXX en agissant en communion d'efforts et intention XXX ont blessés corporellement l'accusé XXX.

Face a la factualité épuré, il n'existe pas de doutes que les accusés ont agit a titre de dol direct, une fois que, en agissant en communion d'effort et intentions, ont voulu atteindre le corps et la santé du même, ce qu'ils ont réussi, agissant douloureusement, a titre de dol direct (article 14º/1 de Code Pénal) – cf. : II.1.14 et II.1.15-, de ce fait se trouvent remplis tous les éléments constitutifs de crime d'atteinte a l'intégrité physique simples, prévus et punis par l'article 143º/1 du Code Pénal, ayant les deux accusés agit en qualité de coauteur matériels – article 26º du Code Pénal. ---

¹ Dans ce sens Maia Goncalves, Code Pénal Portugais, 12^{ème} édition, Almedina, 1998, annotation 6 a l'article 143º, page 488. Telle entente est venu être accueillie par l'arrêt de l'Assemblée des sections criminelles du Tribunal Suprême de Justice du 18 Décembre 1991, publié dans le « Diário da República, série I-A, du 8 Février 1992. »

² Auteur et œuvre cité, §§ 9 et 10.

³ Auteur et œuvre cité, §19.

TRIBUNAL D'INSTANCE DE VISEU

496
Ch

Face a l'exposé, il s'impose la condamnation des accusés pour la pratique, en qualité de coauteurs matériels, d'un crime d'offense a l'intégrité physique simples, prévue et punie par les articles 26° et 143°/1 du Code Pénal. ---

PARTIE CIVIL :

En accord avec ce qui est dans les articles 129° du Code Pénal, « l'indemnité des pertes et dommages d'un crime est réglé par la loi civil », c'est-à-dire, que ce soit dans les présuppositions, que ce soit relativement a l'obligation d'indemniser, plus concrètement pour un montant, s'appliquant dans les articles 483° et suivants et 562° du Code Civil. ----

Les accusés XXX et XXX en agissant en qualité de coauteurs douloureuse, ont violé illicitement les droits moraux du plaignant XXX

Ainsi, en accord avec ce qui est dans les articles 483°, 484° et 496° du Code Civil, les accusés sont solidairement obligés (article 497°/1 du Code Civil) a indemniser le plaignant. L'article 562° du Code Civil détermine que le plaignant restitue la situation que se serait produit si on n'avait pas vérifié les faits illicites par eux pratiqués. Ainsi, premièrement, l'indemnité comprends les préjudices causés (article 564°/1, du Code Civil), étant fixée monétairement quand la reconstruction naturel n'est pas possible (article 566°/1 du Code Civil), ayant comme mesure la différence entre la situation patrimoniale du lésé, en date plus récente qui puisse être reçue et qui aurait a cette date si il n'existait pas de dommages (article 566°/2 du Code Civil). ---

L'offensé XXX, ayant été atteint dans son droit à l'intégrité physique et morale, a souffert un mal être psychologique, découlant de l'agression physique souffert, qui a été perpétuée contre sa personne par les accusés XXX et XXX [cf. II.1.1 a II.1.15 et II.1.16 a II.1.18], consubstantiel au comportement illicite et criminel des mêmes, c'est-à-dire, il a souffert des **dommages non patrimoniaux**.

- 13 -

Av. da Europa - 3514-508 VISEU - Telef. 232 427 000 - FAX 232 427 090 – viseu.lc@tribunais.org.pt

Ces préjudices sont indemnisables, a terme de paiement solidaire (cf. Articles 497°/1, 512° et 513° du Code Civil) par les accusés XXX et XXX d'une somme qui le compenser des préjudices soufferts. Pour fixer le montant l'article 496°/3 du Code Civil sera pris en compte, compte tenu que la situation est propice et proportionnelle au paiement des indemnités suivantes, pour la pratique des fait intégrants du crime d'atteinte à l'intégrité physique commit en qualité de coauteurs matériels par les accusés XXX et XXX pour un montant total de €1.000 (mil euros), dument actualisé ; ---

A cette somme seront ajoutés les honoraires, au taux légal, de la notification de la sentence et jusqu'au paiement effectif et intégral. ---

En plus des dommages non patrimoniaux, le plaignant XXX a souffert des dommages patrimoniaux [cf. II.1.1 à II.1.15 et II.1.19], une fois que celui-ci a supporté en raison des présents actes, des pertes de temps et des couts de transports dans les déplacements qu'il a du faire à l'H.S.T, I.N.M.L et à la Police Municipale pour porter plainte et plaider au Tribunal, pour un montant non inférieur a €200.00, somme que les accusés XXX et XXX seront aussi solidairement (cf. Articles 497°/1, 512° et 513° du Code Civil) condamnés a lui payer, une fois que ces dépenses sont survenues , direct et nécessairement, de la perpétration par les mêmes, en qualité de coauteurs matériels, du cité référé criminel (atteinte à l'intégrité physique simple). ----

A cette somme seront ajoutés les honoraires, au taux légal, depuis la notification de la demande civil et jusqu'à l'effectif et intégral paiement. ---

4. Mesure de peine :

Le crime d'atteinte à l'intégrité physique simple commit par les accusés en qualité de coauteurs matériels (cf. Article 26° du Code Pénal) est passible d'une peine de prison jusqu'à 3 ans ou passible d'une amende (article 143°/1 du Code Pénal). C'est-à-dire, avec une peine de prison entre 1 mois (cf. article 41°/1 du Code Pénal) et 3 ans ou avec une amende entre 10 et 360 jours (article 47°/1 du Code Pénal). ---

TRIBUNAL D'INSTANCE DE VISEU

496
Ch

Pour la détermination de la mesure concrète de la peine il sera pris en compte ce qui figure dans les articles 29° et 30° de la Constitution et 40°/2, 70°, 71°, 72° et 73° du Code Pénal. ---

Dans le cas en appréciation, applicable au type légal de crime abstraitement passible de peine de prison ou passible d'une amende, c'est-à-dire, il est prévu en alternative une mesure privative et une mesure non privative de liberté, nous estimons que la mesure non privative doit être privilégiée (peine d'amende), une fois que nous estimons que dans le cas concret ici présenté la peine non privative de liberté réalise de façon adéquate les finalités de la punition, c'est-à-dire, elle protégera les biens juridiques violés (protection de la vie et intégrité physique d'autrui), et la réintégration des agents dans la société (article 40°/1 du Code Pénal), compte tenu du fait que cette décision a été prise une fois que les accusés sont tous les deux primaires. Face a l'exposé nous estimons que la peine non privative de liberté doit être appliquée aux accusés – peine d'amende. -

==

La détermination de la mesure de peine dans les limites applicables se fera en fonction de la culpabilité de l'agent et des exigences de prévention – générale et spéciale -, conformément à l'article 70°/11 du Code Pénal. ---

Il sera pris en considération que, ne faisant pas partie du type de crime, ils ont plaidés en faveur de l'agent ou contre lui, notamment le très élevé taux illicite du fait (atteinte volontaire au corps et santé du plaignant, atteinte celle-ci complètement gratuite, injustifiée et inutile), le mode d'exécution du crime et la gravité de ses conséquences (type d'agression [utilisant des bouteilles de bière], prémédité, moyens utilisés, zones atteintes et conséquences de l'agression déjà gravissimes) [article 71°/2, a) du code Pénal] ;

- 15 -

Av. da Europa - 3514-508 VISEU - Tel. (+351) 232 427 000 – FAX. (+351) 232 427 090 – viseu.lc@tribunais.org.pt

le dol direct (manifesté par le comportement violeur de la Loi, que les accusés connaissaient bien) [article 71°/2, b) du code Pénal] les sentiments manifestés pendant la

réalisation du crime et les fins ou motifs qui l'ont déterminé (agression gratuite, injustifiée et injustifiable) [article 71°/2, c) du Code Pénal] ; le comportement antérieur au fait et postérieur a celui-ci (le fait que ensembles les accusés sont primaires), ayant agis en conjugaison d'efforts et intention contre un unique antagoniste, sans oublier leur non regret des faits commit, ce qui démontre un tempérament exalté, nous estimons qu'il doit être appliqué aux accusés – aux deux (cf. article 29° du Code Pénal) – une peine d'amende que nous fixeront a 200 (deux cents) jours d'amende, au taux journalier de €15 (quinze euros) – cf : article 47°/2 du Code Pénal- , c'est-à-dire, une amende de € 3.000 (trois mil euros), en sachant que cette peine ne compense pas la culpabilité de l'accusé (article 40°/2 du Code Pénal), celle-ci d'un taux et intensité très élevée. La respective peine de prison subsidiaire se fixera à 133 (cent trente trois jours) jours (article 49°/1 du Code Pénal Portugais). ---

III – DÉCISION :

PARTIE CRIME :

Par l'exposé je juge l'accusation précédente, comme prouvée et, par conséquent je Condéenne les accusés XXX et XXX en qualité de coauteurs matériels accompli d'un crime d'atteinte a l'intégrité physique simple, prévu et puni par l'article 143°/1 du Code Pénal, dans une peine – pour chacun des accusés – de 200 (deux cents) jo8urs d'amende, au taux journalier de €15 (quinze euros), c'est-à-dire, une amende de €3.000 (trois mi8l euros), a qui correspondent (article 49°/1 du Code Pénal) 133 (cent trente trois) jours de prison subsidiaire ; ---

TRIBUNAL D'INSTANCE DE VISEU

496
Ch

PARTIE CIVIL :

Par l'exposé je juge la demande civil précédente, comme prouvée et par conséquent, je condamne solidairement (cf. articles 497º/1, 512º et 513º du Code Civil) les impliqués XXX et XXX a payé au plaignant XXX : ---

✚ Le montant total de €1.000 (mil euros), a titre de dommages non patrimoniaux soufferts, relativement aux dommages qui découlent des crimes d'atteinte a l'intégrité physique simple et injurie aggravée de laquelle il a été victime, de la part de l'accusé, auquel se rajoute les honoraires, au taux légal, échus et à échoir, de la notification de la sentence, jusqu'à l'intégral et effectif paiement ; ---

✚ Le montant total de €200 (deux cents euros), a titre de dommages patrimoniaux soufferts, relativement aux dommages qui découlent des pertes de temps et dépenses avec les transports pour les trajets qu'il a du faire à l'H.S.T, I.N.M.L, à la Police Municipal, pour porter plainte et plaider au Tribunal, auquel se rajoute les honoraires au taux légal, échus et à échoir, de la notification de la sentence jusqu'à l'intégral et effectif paiement. ---

Sans frais juridiques civils – article 4º71, n) du Règlement des Frais Juridiques. ----

Chacun des accusés est condamné a 3 (trois) UC's de frais juridiques. ---

Notifié. ----

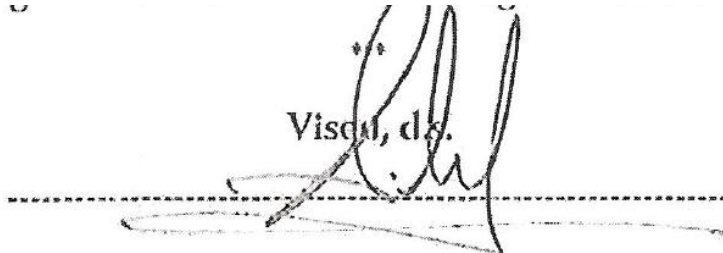
- 17 -

Av. da Europa - 3514-508 VISEU - Telef. 232 427 000 - FAX 232 427 090 – viseu.lc@tribunais.org.pt

Bulletins au Registre Criminel. ---

Dépose – articles 372°75 et 373°72 du Code de Procès Pénal. ----

Visé, d.s.

A handwritten signature in dark ink is written over a horizontal dashed line. Above the signature, there is a circular stamp containing the text "Visé, d.s." and two small stars. The signature itself is a cursive, somewhat stylized name.

Texto final em espanhol: Sentencia del Juzgado de Primera Instancia de Viseu – (corrigido pela Prof.^a María Jesús García Méndez).

JUZGADO DE PRIMERA INSTANCIA DE VISEU

49
04

Procedimiento:

Ofensa a la integridad física / delito de lesiones

Juzgado de 1ª Instancia

Actor: MINISTERIO FISCAL

Demandados: xxx

y

xxx

* * *

SENTENCIA

El Juzgado determina, según lo dispuesto en los artículos 202º/1¹ y 205º/2 de la Constitución de la República portuguesa informar de lo siguiente:

1. ACUSACIÓN:

El Ilmo. Sr. Magistrado del Ministerio Fiscal acusa a:

XXX, soltero, hijo de XXX

y de XXX,

nacido el

XX de XX de XX, natural de la

República Federal de Alemania, mecánico

de precisión, residente en

(Nordrhein-Westfalen [Renania del

Norte-

Vestfaliano]), República Federal de

Alemania, titular del Documento

Nacional de Identidad, nº XXXX,

emitido el /

1 «Los Juzgados son órganos de soberanía con poderes para administrar la justicia en nombre del pueblo.»

2 «Las decisiones de los juzgados son obligatorias para las entidades públicas y privadas, y prevalecen ante cualquier otra autoridad.»

- 1 -

Av. da Europa - 3514-508 VISEU - Telef. (+351) 232 427 000 - FAX 232 427 090 – viseu.lc@tribunais.org.pt

en y [acusa]
a X,

soltera, hija de XXX y de XXX,

nacida el XX de
XX de XX, natural
de la República
Federal de
Alemania, técnica
administrativa del
área de la abogacía
y de las notarías,
residente en
Nord-rhein Westfalen [Renania
del Norte Vestefalian,
titular del documento Nacional de
Identidad nº xxx,
(*PesonalausweiBnummei*) n.
emitido en la República Federal de
Alemania...

Imputándoles la práctica en coautoría material y de forma consumada, de un delito de lesiones, previsto y castigado por el artículo 143º/1 del Código Penal portugués. ---

Por el demandante se pidió una indemnización civil contra los demandados. ---

2. DEFENSA:

Los denunciados no presentaron respuesta por escrito. ----

3. SANEAMIENTO PROCESAL:

Se celebró el juicio cumpliendo todas las formalidades legales, no habiendo cuestiones previas ni incidentes que haya que conocer, ni que se opongan a la instrucción de la causa (litigio). ---

I - ANTECEDENTES DE HECHO

1. De la instrucción y discusión de la causa, resultaron probados los

- 2 -

49
Ch

JUZGADO DE VISEU

siguientes hechos:

- 1-El día 17/08/04, aproximadamente a las 03:30horas, en la localidad de Pindelo de Silgueiros, zona perteneciente a este distrito, el demandado XXX aparcó su coche y se dirigió a dos de sus amigos que se encontraban allí junto a una fuente, ---
- 2-Sin que nada lo justificase, el acusado XXX, que se encontraba con la acusada XXX, a una distancia de aproximadamente 100 metros del lugar en donde se encontraba el ofendido, empezó a proferir insultos provocadores al ofendido; --
-
- 3-Como el ofendido XXX no contestara a las constantes provocaciones que le fueron proferidas por el denunciado XXX, éste se acercó al denunciante y, sin que nada lo previera o justificase, le dio un puñetazo en el rostro, rompiendo las gafas que el denunciante usaba, enzarzándose seguidamente los dos en agresiones mutuas, ---
- 4-A su vez, la denunciada XXX se acercó también a ellos dos y, estando aproximadamente a 1 metro del denunciante XXX, lanzó dos botellas contra él, hiriéndole también en el rostro, ---
- 5-De repente, el demandado XXX, agarró una de las botellas y le dio con ella un golpe en la parte lateral izquierda de la cabeza de XXX, terminando así con las ofensas porque, en ese momento, intervino el testigo, los separó y acabó con las agresiones. ---
- 6-Como consecuencia de las agresiones arriba descritas, el demandante XXX sufrió múltiples hematomas en la parte frontal y en los molares, el mayor con un tamaño de 3 cm situado en la mitad derecha de la región frontal; una herida de 2 cm, situada en la parte izquierda de la región frontal, encima de un hematoma de diámetro aproximado de 6 cm con una hinchazón de 5mm; otra herida inciso-contusa en el dorso de la nariz, en sentido sagital de aproximadamente 1,5 cm; otra contusión junto al canto interno del ojo izquierdo de aproximadamente 1 cm;

Una equimosis debajo del ojo en la zona lateral más pronunciada a la izquierda y un hematoma de pequeñas dimensiones en la región posterior del cerebro en el cuero cabelludo, todas estas heridas mejor descritas en los autos del informe médico que aquí se dan como reproducidos en folios 12 a 13 y 7 a 9. Todas estas heridas requirieron para su curación, de forma inmediata y necesaria, un periodo de 10 días de baja médica, por incapacidad para el trabajo general o profesional; ---

7-Al agredir al demandante XXX de la forma arriba descrita, dándole puñetazos y lanzándole botellas, los demandados XXX y XXX actuaron, en comunión de esfuerzos e intentos, dañando el cuerpo y la salud del citado ofendido, lo cual consiguieron. ---

8-Actuaron los demandados de forma libre, voluntaria y deliberada, teniendo conocimiento de que sus conductas estaban prohibidas y castigadas por la Ley Penal; ---

9-Sin que nada lo justificase, el demandado XXX, que se encontraba con la demandada XXX a una distancia de aproximadamente 100 metros del lugar donde se encontraba el demandante, comenzó a proferir expresiones provocadoras contra éste; ---

10-Entonces el demandado XXX se acercó al ofendido XXX y, sin que nada lo previera o justificase, le dio un puñetazo en la cara, rompiéndole las gafas que usaba, enzarzándose los dos en agresiones mutuas.

11-A su vez, la demandada XXX se acercó a los dos y, estando aproximadamente a un metro del demandante XXX, lanzó en su dirección dos botellas, alcanzándole en la cara. ---

12-De repente, el demandado XXX agarró una de esas botellas y lo golpeó con ella en la parte lateral izquierda de la cabeza del ofendido, XXX, terminando así con las ofensas porque, en ese momento, intervino el testigo XXX, que los consiguió separar y terminar con las agresiones; ---

JUZGADO DE VISEU

49
Ch

- 13-Como consecuencia directa y necesaria de las agresiones y conducta ilícita de los demandados, el requirente XXX sufrió rasguños múltiples y dispersos por la región frontal y molares, todos de 3 centímetros y situados en la mitad derecha de la región frontal; una herida inciso-contusa de 2 centímetros, localizada en la parte izquierda de la región frontal, encima de un hematoma de aproximadamente 6 centímetros de diámetro con una hinchazón de 5 milímetros; otra herida inciso-contusa en el dorso de la nariz, en sentido sagital de aproximadamente 1.5 centímetros; otra herida contusa cerca del canto interno del ojo izquierdo de aproximadamente 1 centímetro; equimosis en la región infra orbital bilateral más pronunciada a la izquierda y hematoma de pequeñas dimensiones en la región parieto-occipital del cuero cabelludo, todas ellas mejor descritas en los autos del informe médico presentado en folios 12 a 13 y 7 a 9. Lesiones esas que requirieron para su curación un periodo de diez días de baja médica, por incapacidad para el trabajo general o profesional; ---
- 14-Al agredir al demandante XXX de la manera arriba descrita, dándole puñetazos y lanzándole botellas, los demandados XXX y XXX actuaron en comunión de esfuerzos y con la intención de dañar el cuerpo y la salud del demandante, lo cual consiguieron; ---
- 15-Los demandados actuaron de manera libre, voluntaria, deliberadamente y conscientes de que tal conducta no les estaba permitida, siendo castigada penalmente; ---
- 16-Con las heridas sufridas, los demandados causaron dolor y sufrimiento físico y psicológico al ofendido, impidiéndole, durante el tiempo de la baja causada por enfermedad, poder desarrollar su actividad laboral en condiciones normales.
- 17-El demandante se sintió profundamente abatido por las agresiones de que fue víctima en su propia localidad, delante de personas conocidas; ---
- 18-Sufrió humillaciones, un profundo disgusto y consternación por la situación que vivió, por las lesiones, dolores físicos y psicológicos que sintió durante varios días; ---

- 5 -

Av. da Europa - 3514-508 VISEU - Telef. (+351) 232 427 000 - FAX (+351) 232 427 090 – viseu.lc@tribunais.org.pt

- 19-En cuanto a los daños patrimoniales, el requirente soportó, ya en razón de los presentes autos, pérdidas de tiempo y unos gastos de transporte en viajes que tuvo que hacer al H.S.T, I.N.M.L, a la Guardia Civil y al Juzgado, para presentar denuncia, en un valor no inferior a 200€; ---
- 20-Los demandados son personas rudas;---
- 21-Viven, residen y trabajan en la República Federal de Alemania; ---
- 22-Desde la fecha de los hechos en apreciación, jamás volvieron a Portugal; ---

II- HECHOS PROBADOS

La convicción del Juzgador, para considerar probados los hechos arriba referidos, resultó:

- a) del contenido de los elementos de urgencia del H.S.T, adjuntos a los folios 10-11, cuya veracidad y autenticación no fueron puestas en causa; ---
- b) del contenido de los informes periciales médico-legales, efectuados por el I.N.M.L, gabinete Médico-legal de Viseu, adjuntos a los folios 7-9 y 12-13. De modo que “el juicio técnico, científico o artístico inherente a la prueba pericial se presume ajustado a la libre apreciación del juzgador” (artículo 163º/1 del Código Penal portugués);---
- c) del contenido de los Certificados del Registro de antecedentes penales de los demandados, adjuntos a los folios 490 y 492, cuya veracidad y autenticación no fueron puestas en causa; ---

JUZGADO DE VISEU

49
07

- d) de las reclamaciones del demandante/ofendido, XXX, el cual refirió que los hechos ocurrieron hace 6 años, en agosto, aproximadamente a las 3h30 en Pindelo de Silgueiros. En aquel momento el demandado XXX se posicionó detrás de él y comenzó a provocarle, diciéndole “Ya está aquí este gilipollas”, entre otras ofensas, a lo que contestó “¿Me quieres pegar?”; entonces el demandado XXX le respondió pegándole un puñetazo en las gafas, junto al ojo; y habiéndose protegido, empujó al acusado XXX, que cayó al suelo. Fue después agredido por el demandado XXX o por la demandada XXX (no sabiendo quién de los dos) con una botella en el lado izquierdo de la cabeza. Y fue seguidamente agredido por la demandada XXX con dos botellas vacías que le lanzó; una de ellas le golpeó en la cara y otra en la frente, rompiéndose después esas 3 botellas que le golpearon. Seguidamente el demandado XXX le lanzó otra botella a la cabeza causándole daño, de lado; botella que no se rompió y que el demandado recogió del suelo. Después fue al hospital para ser socorrido por las heridas causadas en las agresiones; allí se las suturaron, después de haber sido socorrido primero por compañeros y amigos que allí estaban. Como consecuencia de las agresiones sufridas, las gafas y las lentillas se le rompieron, habiendo quedado herido en la zona del montículo de la nariz y en un borde del ojo. Prestó declaraciones con conocimiento directo de los hechos, de manera clara y convicta; ---
- e) de las declaraciones del testigo XXX, el cual refirió que cuando pasaron junto a los demandados, [el ofendido] XXX fue provocado por el demandado XXX, quien, en voz alta, y dirigiéndose al ofendido XXX, dijo: “Ya está aquí este gilipollas”, a lo cual

el [demandante] XXX le contestó: “¿Qué pretendes? Si lo que quieres es pegarme, pégame”, por lo que, de inmediato, el demandado XXX le dio un puñetazo en la cara a XXX. Así pues, el otro le empujó y se cayó al suelo, llegando de pronto la demandada XXX (NOVIA DEL DEMANDADO XXX) y “le pegó” con dos botellas, una llena y otra vacía, en la cabeza y en el rostro, la frente y la nariz. Después, el acusado le pegaría también con otras dos botellas vacías en el rostro. El XXX se quedó con sangre en la cara y con las gafas partidas. Todo esto en la secuencia de la pelea. Los demandados se fueron de allí y el testigo llevó al demandante XXX/herido al hospital. Refirió que los demandados “fumaban estupefacientes”, porque les había visto “liar” y sintió el olor. Prestó declaraciones con conocimiento directo de los hechos, de forma clara y convicta: ---

- f) de la declaración del testigo XXX, el cual refirió que, en el momento de los hechos, el demandante lo llamó por teléfono y fue a su encuentro; y cuando pasaron junto a los demandados, el [ofendido] XXX fue provocado por el demandado XXX, quien, en voz alta y dirigiéndose a XXX, le dijo “Ya está aquí este gilipollas”, a lo que el [ofendido] XXX le contestó: “Voy a hacer como si no hubiera oído nada”. Seguidamente, estando todos en un grupo de amigos comunes a los demandados y estando éstos presentes, el demandado XXX provocó de nuevo a XXX, a lo que éste le contestó: “Si lo que quieres es pegarme, pégame”; de inmediato el demandado XXX le pegó un puñetazo en la cara a XXX, por lo que, según se acuerda, le rompió las gafas que usaba. El [demandante] XXX empujó seguidamente al demandado XXX y éste se cayó al suelo, y de pronto vino la demandada XXX (novia del demandado XXX) y le pegó con dos botellas vacías en el rostro y las sienes a XXX, rompiéndose las botellas. Después, el demandado XXX

JUZGADO DE VISEU

49
Ch

le dio, además, con una botella vacía a XXX, pero la botella no se rompió. Añadió que todas las botellas estaban vacías. El XXX se quedó con mucha sangre en la cara y fue al hospital. Era habitual, hasta aquel año, que los demandados viniesen de vacaciones a Pindelo de Silgueiros, donde viven el padre y los abuelos del demandado, pero a partir de aquel momento, jamás fueron vistos en aquella localidad. Refirió [el testigo] que los demandados y el [demandante] XXX se conocían, aunque los mismos no tenían ningún tipo de relación. Declaró con conocimiento directo de los hechos, de forma clara, libre, convicta y objetiva; ---

- g) de la declaración del testigo XXX, que no presencié los hechos, el cual refirió que el demandante necesitó puntos en la zona de la cara, fue socorrido en el hospital, soportando con sufrimiento los dolores y quedándose con marcas por la agresión sufrida. Las gafas del mismo se rompieron durante la agresión. Declaró con conocimiento directo de los hechos, de forma clara, libre, convicta y objetiva;---
- h) de la declaración del testigo XXX, amigo de infancia del demandante, que no presencié los hechos, quien refirió que fue con él al hospital y que habló con él al día siguiente de los hechos. Cuando vio al demandado, éste estaba lleno de sangre en la cara y tenía una toalla en las manos con la cual se limpiaba e iba en compañía del testigo XXX. Se quedó traumatizado y afectado por los hechos, y con rabia. A causa de la agresión, las gafas del demandante quedaron rotas. Necesitó puntos; le vio la cara “toda suturada e hinchada, ya que le habían dado puntos”. Declaró con conocimiento directo de los hechos, de forma clara, libre, convicta y objetiva;---

- i) de la declaración de la testigo XXX, madre del demandante/ofendido, que no presencié los hechos, la cual refirió que vio a su hijo ya herido, apareciendo lleno de sangre en la cara. Refirió que el mismo fue socorrido en el hospital, necesitando 18 puntos en la cabeza, ya que las heridas se concentraban en esa parte del cuerpo, así como en la zona de la nariz, “todo en el rostro y en la cabeza”. Cogió una infección y la cara se le quedó hinchada. Las gafas se le rompieron en el incidente. Describió a su hijo como una persona tranquila. Su hijo se sentía herido y humillado por la agresión de que fue víctima. Refirió que los demandados no volvieron más a Portugal, después de los hechos aquí descritos. Declaró con conocimiento directo de los hechos, de forma clara y convicta; ---

III. FUNDAMENTOS JURÍDICOS

DERECHO PENAL

La integridad física de las personas es inviolable, según consta en el artículo 25º/1 de la Constitución de la República portuguesa, constituyendo ese derecho a la integridad personal uno de los derechos, libertades y garantías personales de los ciudadanos consagrados constitucionalmente, como se desprende de su inserción sistemática en el texto constitucional portugués, con las garantías inherentes previstas en la Ley Fundamental, en particular las consagradas en los artículos 16º, 18º y 19º de la Constitución de la República portuguesa. ---

Según enseñan los profesores Gomes Canotilho y Vital Moreira¹, el derecho a la integridad física consiste, básicamente, en un derecho a no ser agredido ni ofendido en el cuerpo por medios físicos, pues tal derecho, en cuanto orgánicamente ligado a la defensa de la persona como tal, goza de protección absoluta, así que no puede ser afectado ni siquiera en situaciones de suspensión de derechos fundamentales, estando vigente incluso en estado de sitio o de emergencia, como dispone el artículo 19º/6 de la Ley Fundamental.

¹ *Constitución de la República portuguesa*, con notas, 3ª edición revista, Coimbra Editora, 1993, anotación I al artículo 25º, página 177.

JUZGADO DE VISEU

49
Ch

Por otro lado, tal derecho es válido no sólo contra el Estado, sino contra cualquier otra persona, incluyéndose la protección penal de comportamientos violadores de ese derecho fundamental, en la previsión de los delitos de ofensas corporales. ---

En nuestra legislación, la protección penal de la violación del derecho fundamental a la integridad física está prevista en los artículos 143º a 152º del Código Penal. ---

El artículo 143/1 del Código Penal portugués dispone que **quien atente contra el cuerpo o la salud de otra persona es castigado con pena de prisión de hasta 3 años, o con pena de multa.** ---

Como refiere Paula Ribeiro de Faria, en la obra *Comentário Conimbricense do Código Penal*, Parte Especial, Tomo I, artículos 131º a 201º, dirigida por el profesor Figueiredo Dias¹, el delito de lesiones surge como el **tipo legal fundamental** en materia de delitos contra la integridad física, y a partir de ese tipo de delito surgen una serie de variaciones calificadas. ---

Como resalta la misma autora², estamos en presencia de un **delito material y de daño**, toda vez que este tipo legal de delito abarca también un determinado resultado; resultado ese que es la lesión del cuerpo o salud de otras personas, haciéndose objetiva la imputación de este resultado a la conducta u omisión del agente, de acuerdo con la reglas generales previstas en el artículo 10 del Código Penal portugués. Tal delito es de **realización inmediata**, bastando la verificación del resultado descrito, pudiendo la gravedad de sus efectos o su duración llevar a considerar la cualificación de la lesión como ofensa a la integridad física como delito grave y ser valorado dentro del ámbito de la determinación del tipo de condena. ---

¹ Comentário Conimbricense del Código Penal, Parte Especial, Tomo I, Artículos 131º a 201º, dirigido por Jorge de Figueiredo Dias, Coimbra Editora, 1999. En relación a este comentario, véase el artículo 143º, §1, en páginas 202 y siguientes.

² Obra citada, §6, página 204.

El artículo 143/1 del Código Penal portugués distingue dos modalidades de ejecución de tipo legal: a) ofensas en el cuerpo; b) ofensas a la salud, cumpliéndose el tipo con la verificación de **cualquier ofensa** en el cuerpo o en la salud, independientemente del dolor o sufrimiento causados, sin revelar aquí los métodos utilizados por el agresor, ni la *duración* de la agresión¹²; ---

Por ofensa en el cuerpo debe entenderse todo maltrato a través del cual el agente es perjudicado en su bienestar físico de una manera significativa, incluyendo en este concepto las actuaciones que presentan **lesiones de naturaleza corporal**, o sea manchas negras, heridas o contusiones. Este delito existe incluso cuando el ofendido no sufre, por vía de agresión, ninguna lesión corporal, incapacidad para el trabajo, o incluso dolor o sufrimiento físico, como en el caso de ser víctima de una bofetada pegada con intención de ofender corporalmente³ – siendo objeto de la acción el cuerpo humano⁴. --

-

El carácter legal del artículo 143º, exige el **dolo** en cualquiera de sus modalidades (directo, necesario y eventual), siendo irrelevante la motivación del agente en lo relativo a las ofensas producidas en el cuerpo y la salud⁵ de otras personas. ---

Ante la prueba patente en los autos, no hay dudas de que en los hechos esclarecidos [cfr. II.1.1 a II.1.15] los demandados XXX y XXX, actuaron en comunidad de esfuerzos e intenciones, y ofendieron corporalmente al demandante/ofendido XXX.

¹ Autora y obra citada, §8, página 205.

² Véase el fallo del Tribunal de Relación de Oporto de 14 de Diciembre de 1988 (C.J., 98, 5,233), que consideró ser susceptible de constituir delito de ofensas corporales una discusión en tono de voz audible a 100 metros de distancia, en zona poblada, a las 3h de la mañana, ya que puede provocar el despertar brusco de quien duerme, causando dificultades en volver a dormir, con dolores de cabeza, náuseas y depresión psíquica durante horas o días.

³ En este sentido, véase Maia Gonçalves, Código Penal Portugués, 12ª edición, Almedina, 1988, anotación 6 al artículo 143º, página 488. Ese entendimiento vino a ser acogido por el fallo del plenario de las secciones criminales del Tribunal Supremo de Justicia de 18 de Diciembre de 1991, publicado en el *Diário da República*, serie I-A, de 8 de Febrero de 1992.

⁴ Autora y obra citada, §§9 y 10.

⁵ Autora y obra citada, §19.

JUZGADO DE VISEU

49
Ch

Ante los hechos esclarecidos, no hay dudas de que los demandados actuaron a título de dolo directo, ya que, actuando en comunión de esfuerzos e intenciones, quisieron dañar el cuerpo y la salud del ofendido, lo cual lograron, actuando deliberadamente, a título de dolo directo (artículo 147º/1 del Código Penal) – cfr: II.1.14 y II.1.15 -, por lo cual coinciden todos los elementos constitutivos del delito de lesiones, previsto y castigado por el artículo 143º/1 del Código Penal, toda vez que los dos demandados han actuado en forma de coautoría material – artículo 26º del Código Penal. ---

Por todo lo expuesto, se impone la condena de los demandados por la práctica, en coautoría material de un delito de lesiones, previsto y castigado según los artículos 26º y 143º/1 del Código Penal. ---

DERECHO CIVIL:

Según lo dispuesto en el artículo 129º del Código Penal portugués, “la indemnización de pérdidas y daños por un delito viene determinada por la Ley Civil”, o sea, tanto en los presupuestos de responsabilidad civil, como en la parte de la obligación de indemnizar, más concretamente sobre la cuantía, se aplicarán los artículos 483º y siguientes y 562º y siguientes del Código Civil. ---

Los demandados XXX y XXX, a través de una coactuación deliberada, violaron ilícitamente los derechos morales del demandante XXX.

Así pues, según lo dispuesto en los artículos 483º, 484º y 496º del Código Civil, estos demandados tienen obligatoriamente (artículo 497º/1 del Código Civil) que indemnizar al herido.

El artículo 562º del Código Civil determina que el demandado recupere la situación que existiría si no se hubieran verificado los hechos ilícitos practicados por ellos. Por eso, en primer lugar, la indemnización incluye los perjuicios causados (Código Civil, artículo 564º/1), siendo fijada en dinero, cuando no sea posible la recuperación natural, (Código Civil, artículo 566º/1), que tiene como medida en aprecio la diferencia entre la situación patrimonial del dañado, en la fecha más reciente, y la que hubiera en esa fecha si no existiesen daños (Código Civil, artículo 566º/2). ---

El demandante XXX, que fue dañado en su derecho a la integridad física y moral, sufrió malestar psicológico, por la agresión corporal sufrida, y que contra su persona fue perpetrada por los demandados XXX y XXX [cfr. II.1.15 y II.1.16 a II.1.18], lo que conlleva conducta ilícita y criminal de los mismos; o sea, sufrió **daños no patrimoniales**. Esos perjuicios son indemnizables, en términos de un pago solidario (cf. Artículos 497º/1, 512º y 513º del Código Civil) por parte de los demandados XXX y XXX, en una cuantía que le compense de esos perjuicios sufridos. En la estipulación del pago se va a tener en cuenta lo dispuesto en el artículo 496º/3 del Código Civil, en lo que sea adecuado y proporcional al caso, sobre el pago de la indemnización en un valor total de 1.000 mil euros, ya debidamente actualizada la cuantía, por la práctica de los hechos constitutivos del delito de lesiones, cometido en coautoría material por los demandados XXX y XXX.

A esta cuantía se añadirán los intereses de demora, sujetos a tasación legal, desde la notificación de la sentencia y hasta el pago íntegro y efectivo. ---

49
Ch

Además de estos daños no patrimoniales, el demandante XXX sufrió aún **daños patrimoniales** [cfr. II.1.1 a II.1.15 y II.1.19], ya que el mismo soportó, en razón de los presentes autos, **pérdidas de tiempo y gastos en transportes por los viajes que tuvo que hacer al H.S.T, I.N.M.L, a la Guardia Civil, para presentar denuncia y prestar declaraciones en el Juzgado,** en un valor no inferior a 200€, cuantía que los acusados/demandados XXX y XXX van a tener que pagar (cfr. Artículos 497º/1, 512º y 513º del Código Civil) al demandante, ya que tales gastos fueron ocasionados, directa y necesariamente, por la mala acción de los mismos, en coautoría material, del referido delito criminal (delito de lesiones). ---

A este valor se van a añadir los intereses de demora, sujetos a tasación legal, desde la notificación de la demanda civil hasta el pago efectivo e íntegro. ---

4. Determinación de la pena:

El **delito de lesiones** cometido por los acusados/demandados en coautoría material (cfr. Artículo 26º del Código Penal) es castigado con pena de prisión de hasta 3 años o con pena de multa (artículo 143º/1 del Código Penal). O sea, con pena de prisión de entre 1 mes (cfr. Artículo 41º/1 del Código Penal) y 3 años, o con pena de multa entre 10 y 360 días (artículo 47º/1 del Código Penal). ---

En la determinación del tipo de condena se observará lo dispuesto en los artículos 29º y 30º de la Constitución y 40º/2, 70º, 71º, 72º y 73º del Código Penal. ---

En el caso en cuestión, ajustándose a la legalidad en forma abstracta tanto la pena de prisión como la pena de multa, o sea, **pudiendo contemplarse la medida privativa alternativa y medida no privativa de libertad, nos decantamos por la medida no privativa de libertad (pena de multa), toda vez que se entiende que, en el caso en cuestión, la pena no privativa de libertad cumple de forma adecuada las finalidades de la condena, o sea, va a proteger los bienes jurídicos violados (protección de la vida e integridad física de otra persona), y la reintegración de los agentes en la sociedad (artículo 40º/1 del Código Penal), siendo un hecho decisivo el que los dos acusados sean de naturaleza ruda. Por todo lo expuesto, entendemos que hay que aplicarles la pena no privativa de libertad – pena de multa.** ---

La determinación de la pena, dentro de los límites aplicables, se hará en función de la culpa del agente y de las exigencias de prevención – general y especial-, según lo dispuesto en los artículos 70º/1 del Código Penal. ---

Se prestará atención a las circunstancias que, no formando parte del tipo de delito, intervengan a favor del agente o contra él, en particular **al muy elevado grado de ilicitud del hecho** (*ofensa voluntaria en el cuerpo y para la salud del demandante, ofensa esa completamente gratuita, injustificada e innecesaria*); **al modo de ejecución del delito y la gravedad de sus consecuencias** (tipo de agresión premeditada [utilizando botellas de cerveza], medios empleados, zonas dañadas y consecuencias de la agresión, ya gravosas de por sí) [(art. 71º2,a) del Código Penal]; **al dolo directo** (*manifestado en la conducta violadora de la Ley, que los demandados conocían bien*) [art. 71º2,b) del Código Penal]; **a los sentimientos manifestados en el momento del delito y los fines o motivos que lo determinaron** (*agresión gratuita, injustificada e injustificable*) [art. 71º2, c) del Código Penal]; **a la conducta anterior al hecho y posterior a éste** (el hecho de que los dos demandados sean de naturaleza ruda); **a que hayan actuado en comunión de esfuerzos e intenciones contra un único antagonista, sin olvidar su no arrepentimiento de los hechos, lo que demuestra un temperamento exaltado, entendiéndose así que hay que aplicar a los demandados – a los dos acusados (cfr. Artículo 29º del Código Penal) – una pena de multa que fijaremos en 200 (doscientos) días de multa, a la tasación diaria de 15€ (quince euros) – cfr. Artículo 47º/2 del Código Penal-, o sea, a la multa de 3.000€ (tres mil euros), sabiendo que esta condena no supera la culpa del acusado (artículo 40º/2 del Código Penal), culpa esta de grado e intensidad muy elevados. Se fijará la respectiva pena de prisión subsidiaria en 133 (ciento y treinta y tres) días (artículo 49º/1 del Código Penal.)---**

Handwritten signature and initials

IV- FALLO

Por todo lo expuesto, juzgo procedente la acusación, dándola por probada, y, consecuentemente, condeno a los demandados XXX y XXX como coautores materiales y en la forma consumada, de un delito de lesiones, previsto y castigado por el artículo 143º/1 del Código Penal, imponiéndoles a cada uno de los demandados la pena de 200 (doscientos) días de multa, sujetos a la tasación diaria de 15 (quince euros); o sea, una multa de 3.000€ (tres mil euros) y los correspondientes 133 ciento y treinta y tres días de prisión subsidiaria (artículo 49º/1 del Código Penal) ;---

Por todo lo expuesto, juzgo procedente la demanda civil, dándola por probada, y, consecuentemente, condeno solidariamente (cfr. artículos 497º/1, 512º y 513º del código civil) a los demandados XXX y XXX a pagar al demandante XXX; ---

- ✚ La cuantía total de 1.000€ (mil euros), a título de daños no patrimoniales sufridos a causa de los daños ocasionados por el delito de lesiones e injuria grave de que fue víctima el demandado, con los intereses de demora, sujetos a tasación legal, vencidos y por vencer, desde la notificación de la sentencia, hasta el pago íntegro y efectivo; ---
- ✚ La cuantía de 200€ (doscientos euros), a título de daños patrimoniales sufridos, por los daños ocasionados de la pérdida de tiempo y los gastos en transportes, por los viajes que tuvo que hacer hasta el H.S.T, I.N.M.L, y a la Guardia Civil, para presentar denuncia y prestar declaraciones en el Juzgado, sumando los intereses de demora, sujetos a tasación legal, vencidos y por vencer, desde la notificación de la demanda, hasta el pago íntegro y efectivo.---

Sin costas judiciales – artículo 4º/1, n) del Reglamento de los Costas procesales. -

--

Se imponen a cada uno de los acusados condenados, como tasas judiciales, 3 (tres) UC's. ---

Notifíquese a las partes. ---

Envíense documentos al Registro de antecedentes penales. ----

Archivar – artículos 372.º/5 y 373.º/2 del Código Procesal Penal.

Visado, ds.



Texto final em francês: Sentence du Tribunal de Viseu. Juridiction de jugement du 1er degré. – (corrigido pela Prof.^a Cláudia Pinto Ferreira)

TRIBUNAL D'INSTANCE DE VISEU

496
07

Conclusion:

Procédure n°: (Procédure commune – particulière [atteinte à l'intégrité physique])

Juridiction de jugement du 1^{er} degré

Auteur : Ministère Public

Accusés : XXX et XXX

SENTENCE

Le Tribunal détermine par imposition les articles 202º/1¹ et 205º/2² de la Constitution de la République Portugaise :

I- RAPPORT :

2. ACCUSATION :

Le Magistrat du Ministère Public accuse :

XXX Célibataire, fils de XXX et de XXX, né à XXX, originaire de la République Fédérale Allemande, mécanicien de précision, habitant à XXX, XXX, XXX (Nordrhein-Westfalenn [Rhénanie du Nord-westphalien]), République Fédérale Allemande, détenteur de la carte

¹ "Les tribunaux sont des organes de souveraineté avec des compétences pour administrer la justice du peuple. »

² "Les décisions des tribunaux sont obligatoires pour les entités publiques et privées et prédomine sur tout autres autorités.

d'identité n° XXXX émise le
XX/XX/XX,

à XXX (XXX) et XXX célibataire,
fille de (...) et de (..), née à XXX de
XXX, originaire de la République
Fédérale Allemande, Administratrice
technique de la plaidoirie et du
notariat, résidant à XXXX, XXXX,
(Nord-Rhein-Westfalen [Rhénanie
du Nord-Westphalien]), détentrice de
la carte d'identité n°XXX, émise par
la République Fédérale Allemande.

Les accusant de la pratique, en qualité de coauteur matériel et de façon consumée, d'un
crime d'atteinte à l'intégrité simple, prévu et puni par l'article 143°/1 du Code Pénal. --

-

Par la personne lésée XXX une demande d'indemnisation civile a été déduite contre les
accusés. ---

2- DEFENSE :

Les accusés n'ont pas présenté de contestation écrite. ----

3- RÉSUMÉ :

Le jugement a été effectué en tenant compte de toutes les formalités légales, en
l'absence de questions préalables ou d'incidents devant être connues et qui feraient
obstacle à la connaissance du mérite de la cause. ---

- 2 -

496
Ch

II – FONDEMENT :

1. De l'instance et de la discussion de la cause ont été prouvés les faits suivants :

23. Le 17/08/04, vers 03:30 heures, dans la localité de Pindelo de Silgueiros, ville de cette instance, le dénonciateur XXX a stationné sa voiture et s'est dirigé vers deux de ses amis qui étaient présents près d'une fontaine, ---
24. Sans que rien ne le justifie, l'accusé XXX, qui se trouvait avec l'accusée XXX, à une distance d'environ 100 mètres du lieu où se situait la personne lésée, a commencé à diriger des expressions provocatrices à la personne lésée ; ---
25. Comme l'offensé XXX n'a pas répondu aux constantes provocations qui lui ont été proférées par l'accusé XXX, celui-ci s'est approché de l'offensé et, sans que rien n'ait pu le prévoir ou justifier, lui a déferé un coup de poing au visage, lui cassant les lunettes qu'il portait, se mêlant de suite à des agressions réciproques ; ---
26. À son tour l'accusée XXX s'est également approchée des deux et, étant à plus ou moins 1 mètre de l'offensé XXX, a lancé deux bouteilles en direction de l'offensé, l'atteignant au visage ; ---
27. De suite, l'accusé XXX a pris une de ces bouteilles et avec elle lui a porté un coup sur la partie latérale gauche de la tête de la personne lésée XXX mettant ainsi fin à de ces offenses car entre temps un témoin XXX s'est mis au milieu d'eux réussissant ainsi à les séparer et arrêtant les agressions ; ---
28. En conséquence des agressions ci-dessus décrites, l'offensé XXX a subi des écorchures multiples dispersées dans la région frontale et malaire, toutes linéaires, la plus grande d'elles mesurant 3 cm de longueur et se situant à la moitié droite de la région frontale ;

- 3 -

blessure incise cutanée, avec 2 cm de longueur, située dans la partie gauche de la région frontale, laquelle était subjacente à un hématome de 6 cm de diamètre avec une élévation approximative de 5 mm ; blessure incise cutanée dans le revers du nez, sens sagittal avec approximativement 1.5 cm de longueur ; blessure contuse près du coin interne de l'œil gauche avec approximativement 1 cm ; hématome infra-orbitaire bilatéral plus prononcée à gauche et hématome de petites dimensions dans la région parriéto-occipitale du cuir chevelu, toutes mieux décrites dans les actes de l'examen médicale des folio 12 à 13 et 7 à 9, qui se donne ici comme reproduit, lésions qui ont déterminés, pour son rétablissement, de façon immédiate et nécessaire, une période de 10 jours de maladie, toutes dans incapacité pour le travail général ou professionnel ; ---

29. En agressant l'offensé XXX de la façon décrite ci-dessus, lui donnant des coups de poing et lui lançant des bouteilles, les accusés XXX et XXX ont agi, en communion d'effort et avec l'intention d'offensé le corps et la santé du plaignant, ce qu'ils ont réussi ;
30. Ils ont agi de façon libre, volontaire et délibérée, en sachant bien que leurs comportement était interdit et puni par la Loi Pénale ; ----
31. Sans que rien ne le justifie, l'accusé XXX, qui se situait avec l'accusée XXX à une distance de plus ou moins 100 mètres du lieu où se trouvait l'offensé, a commencé à lui profaner des expressions provocatrices ; ---
32. C'est alors que l'accusé XXX s'est approché de l'offensé XXX et sans que rien ne le fasse prévoir ou le justifie, lui a donné un coup de poing dans le visage, lui cassant ainsi les lunettes qu'il portait, s'emmêlant les deux de suite dans des agressions mutuelles.
33. A son tour, l'accusée XXX s'est approchée des deux et a approximativement 1 mètre de l'offensé XXX a lancé dans sa direction deux bouteilles, l'atteignant au visage; ---

Handwritten signature and date 496
Ch

34. Subitement, l'accusé XXX a pris une de ces bouteilles et avec celle-ci a donné un coup dans la partie latérale gauche de la tête de l'offensé XXX, en terminant ainsi avec telles offenses car entre temps entre eux s'est interposé le témoin XXX qui a réussi à les séparer et en terminant ainsi avec les agressions ; ---
35. Comme conséquence directe et nécessaire des agressions le comportement illicite des accusés, le plaignant XXX a subi des écorchures multiples dispersées sur la région frontale et malaire, toutes linéaires et la plus grande d'entre elles mesurant 3 centimètres de longueur et se situant dans la moitié droite de la région frontale ; blessure incise contuse avec 2 centimètres de longueur, située dans la partie gauche de la région frontale, à laquelle était subjacente un hématome d'environ 6 centimètres de diamètre avec une épaisseur d'environ 5 millimètres ; blessure incise contuse sur l'envers du nez, sens sagittal avec environ 1,5 centimètres de longueur ; blessure contuse près du coin interne de l'œil gauche ayant environ 1 centimètre ; hématome infra-orbital bilatéral plus prononcé à gauche et hématome de petites dimensions dans la région pariéto occipitale du cuir chevelu, toutes mieux décrites dans les actes de l'examen médical des folio 12 à 13 et 7 9, qui se donne comme reproduites, lésions qui ont déterminé pour son rétablissement, une période de 10 jours de maladie, sans incapacité pour le travail général ou professionnel ; ---
36. En agressant l'offensé XXX de la façon ci-dessus décrite, lui donnant des coups et lui lançant des bouteilles, les accusés XXX et XXX ont agi, en communion d'effort et intentions d'atteindre le corps et la santé du plaignant, ce qu'ils ont réussi ; ---

- 5 -

37. Les accusés ont agi de façon libre, volontaire, délibérée et en pleine conscience tout en sachant que telle attitude ne leur était pas permise et étant punie criminellement ; ----
38. Avec les blessures subies les accusés ont causé douleur et souffrance physique et psychologique empêchant pendant la période de maladie causée de pouvoir développer dans des conditions normales ses capacités de travail ; ---
39. Le requérant s'est senti profondément découragé avec les agressions dont il a été victime dans sa propre ville face aux personnes qui le connaissent si bien ; ---
40. Il a subi des humiliations, un profond dégoût et des contraintes du a la situation vécue, pour les lésions, douleurs physiques et psychologiques ressenties pendant plusieurs jours ; ----
41. A titre de dommages patrimoniaux, le requérant a déjà supporté, à raison des présents actes, des pertes de temps et des dépenses avec les transports dans les déplacements qu'il a du faire à l'H.S.T, I.N.M.L, et à la Gendarmerie, pour déposer plainte et faire des déclarations, et au Tribunal, pour un montant non inférieur à € 200.00 : ----
42. *Les accusés sont primaires* ; ---
43. Ils vivent, résident et travaillent dans la République Fédérale Allemande ;
44. Depuis la date des faits ici en appréciation, ils ne sont plus revenus au Portugal ; ---

2-Contexte des faits:

La conviction du Tribunal pour considérer comme prouvés les faits ci-dessus a découlé :

- j) De la teneur des éléments d'urgence de l'H.S.T, voir folios 10-11, dont la véracité et authenticité n'a pas été mise en cause ; ----
- k) De la teneur des rapports des experts médico-légaux, effectués par l'I.N.M.L, Cabinet médico-légal de Viseu, voir les folios 7-9 et 12-13, en sachant que « le jugement technique, scientifique ou artistique inhérent à preuve des experts se présume soustrait à la libre appréciation de celui qui juge » (article 163°/1 du Code du Procès Pénal) ; ----

496
Ch

- l) De la teneur des Cadastres du Registre Criminel des accusés, voir folios, 490 et 492, dont la sincérité et l'authenticité n'a pas été mise en cause ; ----
- m) Des déclarations du plaignant, XXX, lequel a référé que les faits se sont déroulés « cela va faire 6 ans », en août vers 03:03 heures, à Pindelo de Silgueiros. A cette époque-là l'accusé XXX s'est placé derrière lui et a commencé à le provoqué, en lui disant « tiens voilà le PD qui arrive » entre d'autres insultes, auxquels il aurait répondu « Tu veux me taper ? », à ce que l'accusé XXX a répondu en lui donnant un coup de poing dans les lunettes, près de l'œil, s'étant défendu, en poussant l'accusé XXX ayant fait tombé celui-ci au sol. Il fut ensuite agressé avec une bouteille du côté gauche du visage, par l'accusé XXX ou par l'accusée XXX (il n'est plus sûr de qui) ayant de suite été agressé par l'accusée XXX avec deux bouteilles vides qu'elle lui a lancée, s'étant une d'elles cassé après l'avoir atteint. De suite l'accusé XXX lui a lancé une autre bouteille à la tête, sur le côté, le blessant, celle-ci ne s'est pas cassée et a été ramassée par l'accusé. Il a été ensuite à l'hôpital pour être secouru aux blessures qui lui ont été provoquées par les agressions, ayant ensuite été suturé, sachant qu'il a d'abord été secouru par des collègues et amis qui étaient présents. En conséquence des agressions, les lunettes et les verres se sont cassés, ayant été blessé à la zone de la monture près du nez, à l'œil, dans un coin. Il a apporté des déclarations avec une connaissance directe des faits. De façon claire et convaincante ; ---
- n) Des déclarations du témoin XXXX, qui a mentionné que quand ils sont passés près des accusés XXXX a été provoqué par l'accusé XXXX, qui a haute voix et en s'adressant à XXX dit « tiens voilà le PD qui arrive », à ce que XXX aurait répondu « pourquoi tu dis ça, si tu veux me taper, vas-y », ayant de suite l'accusé XXX donné un coup de poing au visage de XXX. XXX a alors poussé l'accusé XXX et celui-ci est tombé à terre,

- 7 -

étant venu de suite l'accusée XXX (petite amie de l'accusé XXX) et l'a atteint avec deux bouteilles à la tête et au visage, devant le nez de XXX, une d'elles étant pleine et l'autre vide. Ensuite l'accusé XXX a atteint avec deux bouteilles, qui sont tombés et se sont cassés, cela dans la séquence du coup de poing. XXX est resté le visage ensanglanté. Les accusés sont alors partis et le témoin a emmené XXX à l'hôpital. Il a déclaré que les accusés « fumaient de la drogue », les ayant vus « rouler » et qu'il a senti l'odeur. Il a prêté ses déclarations en connaissance directe des faits, de façon claire et convaincante ; ----

- o) Des déclarations du témoin XXX, qui a déclaré qu'à l'époque des faits le plaignant lui a téléphoné et a été le rejoindre, et quand ils sont passés près des accusés XXX a été provoqué par l'accusé XXX qui à haute voix et en s'approchant de XXX a dit « tiens voilà le PD qui arrive » à ce que XXX lui a dit « je vais faire comme si j'avais rien entendu ». Ensuite, étant tous en groupe d'amis communs les accusés et ces derniers étant présents, l'accusé XXX a provoqué de nouveau XXX, à qui celui-ci a répondu « pourquoi tu dis ça, si tu veux me taper, vas-y », l'accusé XXX lui ayant, immédiatement donné un coup de poing au visage, selon son souvenir le témoin lui ayant cassé les lunettes que XXX portait. XXX a alors poussé l'accusé XXX et celui-ci est tombé à terre, de suite est venue l'accusée XXX (petite amie de l'accusé XXX) et l'a frappé avec deux bouteilles vide au visage et à la tempe de XXX, les bouteilles s'étant cassés. Après, l'accusé XXX a quand même frappé avec une bouteille XXX, mais celle-ci ne s'est pas cassé. Il a ajouté que toutes les bouteilles étaient vides. XXX avait beaucoup de sang sur le visage et a été à l'hôpital. Jusqu'à cette année-là c'était habituel que les accusés viennent en vacances à Pindelo de Silgueiros, ou réside le père et les grands-parents de l'accusé, mais à partir de cette époque la personne ne les a plus jamais revus dans la localité. Il a déclaré que les accusés e XXX se connaissaient, même si il a l'idée qu'entre l'accusé et le plaignant il n'existait aucune sorte de relation. Il a prêté déclaration en connaissance directe des faits, de façon claire, neutre, convaincant et désintéressée ; ---

496
07

- p) Des déclarations du témoin XXX, qui n'a pas assisté aux faits, il a déclaré que le plaignant a eu des points de suture au niveau du visage, a été assisté à l'hôpital, celui-ci ayant eu des souffrances, douleurs et des séquelles de l'agression endurée. Les lunettes de celui-ci se sont cassées pendant l'agression. Il a prêté ses déclarations avec connaissance directe des faits, de façon claire, neutre, convaincante et désintéressée ; ---
- q) Des déclarations du témoin XXX, ami d'enfance du plaignant, qui n'a pas assisté aux faits, il a déclaré qu'il a été à l'hôpital et qu'il a parlé avec lui le lendemain des faits. Quand il a vu l'accusé, celui-ci saignait beaucoup du visage et avait une serviette dans les mains avec laquelle il nettoyait le sang et était accompagné du témoin XXX. Il est resté traumatisé et affecté par les faits et un peu révolté. De l'agression, les lunettes du plaignant ont été cassées. Il a eu des points de suture, lui ayant vu le visage « suturé et enflé ». Il a prêté ses déclarations avec connaissance directe des faits, de façon claire, neutre, convaincante et désintéressée ; ----
- r) Des déclarations du témoin XXX mère du plaignant, n'ayant pas assisté aux faits, a déclaré qu'elle a vu son fils déjà blessé, se présentant avec beaucoup de sang au niveau du visage. Elle a déclaré que celui-ci a été secouru à l'hôpital, ayant eu 18 points de suture, au niveau du front, puisque les blessures se concentraient dans cette zone, ainsi qu'au niveau du nez « tout au visage et tête ». Il a attrapé une infection et son visage a enflé. Les lunettes se sont cassées pendant l'incident. Elle a décrit son fils comme une personne pacifique. Son fils s'est senti blessé et révolté avec l'agression dont il a été victime. Elle a déclaré également que les accusés ne sont plus jamais revenus au Portugal, après les faits ici en appréciation. Elle a prêté ses déclarations en connaissance directe des faits, de façon claire et convaincante ; ---

3- LE DROIT :

PARTIE CRIME :

L'intégrité physique des personnes est inviolable, selon l'article 25^o/1 de la Constitution de la République Portugaise, constituant ce droit à l'intégrité personnelle un des droits, libertés et garanties personnelles des citoyens constitutionnellement consacrés, comme il dispose de son insertion systématique dans le texte Constitutionnel Portugais, avec les garanties qui en découlent prévues par la Loi fondamentale, dès lors inhérents dans les articles 16^o, 18^o et 19^o de la Constitution de la République Portugaise. ----

Selon ce qu'enseignent les professeurs Gomes Canotilho et Vital Moreira¹, le droit à l'intégrité physique consiste, avant tout, en un droit à ne pas être agressé ou atteint, au corps, par des moyens physiques, étant donné, que tel droit, en tant que organiquement lié à la défense de la personne en tant que telle, jouit de la protection absolue, ne pouvant pas être atteint même en situations de suspension de droits fondamentaux, en application d'état de lieu ou d'urgence, selon l'article 19^o/6 de la Loi Fondamental. D'un autre côté, ce droit est valable non seulement contre l'État, mais aussi contre toute personne, étant la protection pénale de comportements violateurs de ce droit fondamental dans la prévision des crimes d'offense corporels. ---

Face à notre Loi, la protection pénale de la violation du droit fondamental à l'intégrité physique est prévue dans les articles 143^o et 152^o de Code Pénal. ---

L'article 143^o/1 du Code Pénal déclare que qui atteint le corps ou la santé d'une autre personne est puni d'une peine de prison jusqu'à 3 ans ou d'une peine d'amende.

¹ Constitution de la République Portugaise annotée, 3^{ème} édition revue, Coimbra Editora, 1993, annotation I à l'article 25^o, page 177.

496
Ch

Comme le déclare Paula Ribeiro de Faria, dans l'œuvre « Comentário Conimbricense do Código Penal, Parte Especial, Tomo I, artigos 131º a 201º, dirigido par le Professeur Figueiredo Dias¹, le crime d'atteinte à l'intégrité physique simple surgie comme le type légal fondamental en matière de crimes contre l'intégrité physique, en sachant qu' à partir de ce type légal de crime surgissent une série de variations qualifiées.-

--

Comme le souligne la même auteure², on se trouve en présence d'un crime matériel et de dommage, une fois que ce type légal de crime englobe un résultat déterminé, celui-ci étant la lésion du corps ou de la santé d'autrui, en faisant l'imputation objective de ce résultat au comportement ou omission de la victime, en accord avec les règles générales prévues dans l'article 10º du Code Pénal. Ce crime est de réalisation instantanée, la vérification du résultat décrit, étant suffisante pour le compléter, la gravité de ses effets ou leurs durées pouvant conduire à la qualification de la lésion comme atteinte à l'intégrité physique grave ou être valorisé dans le contexte de la détermination de la mesure de la peine. ---

L'article 143º/1 du Code Pénal distingue deux modalités de réalisation du type légal : a) atteintes au corps ; b) atteintes à la santé, ceci est compléter par la vérification de toute atteinte au corps ou a la santé, indépendamment de la douleur ou souffrance causée, ne révélant pas les moyens utilisés ici par l'agresseur, ou la durée de l'agression.

34---

¹ Comentário Conimbricense do Código Penal, Parte Especial, Tomo I, Artigos 131º a 201º, dirigido por Jorge de Figueiredo Dias, Coimbra Editora, 1999. Relativamente ao comentário que seguimos veja-se o comentário ao artigo 143º§1, páginas 202 e seguintes.

² Œuvre citée, §6, page 204.

³ Auteur et œuvre citée, §8, page 205.

⁴ Voir l'arrêt de la Relation de Porto du 14 Décembre 1988 (C.J., 98.5.233), qui a considéré être susceptible de construire le crime d'atteinte corporelles une discussion en ton de voix audible à 100 mètres de distance, en zone habitée, à 3 heures du matin, une fois que il est adéquat à provoquer un réveil brusque à toute personne qui dorme, provoquant des difficultés à se rendormir, des maux de tête, nausées, dépression psychique pendant des heures ou des jours.

On considère comme atteinte au corps toutes les maltraitances à travers lesquels la victime est lésée dans son bien-être physique d'une façon non insignifiante, en intégrant le concept typique des actes qui englobent les lésions de substances corporelles, comme les hématomes, blessures ou enflures, - ce crime pouvant aussi existé même si le plaignant ne souffre pas, à travers l'agression, une quelconque lésion corporelle, incapacité de travail, ou même douleur ou souffrance physique, comme dans le cas d'être victime d'une gifle donnée avec l'intention de blesser corporellement ¹ - étant le corps humain², objet d'action. ---

Le type légal de l'article 143º/1 exige le dol en n'importe quelle modalité (directe, nécessaire et éventuelle), la motivation de la personne lésée étant indifférente par rapport aux offenses produites au corps et à la santé³ d'autrui. ---

Face à la preuve produite dans les actes, il n'existe aucun doute face aux faits [cf. II.1.1 a II.1.15], les accusés XXX en agissant en communion d'efforts et intentions XXX ont blessés corporellement la personne lésée XXX.

Face à la factualité vérifiée, il n'existe pas de doutes que les accusés ont agi à titre de dol direct, étant donné qu'ils ont agis en communion d'effort et intentions, voulant atteindre le corps et la santé de la personne lésée, ce qu'ils ont réussi, agissant de façon préjudiciable, à titre de dol direct (article 14º/1 de Code Pénal) – cf. : II.1.14 et II.1.15-, raison pour laquelle, tous les éléments constitutifs de crime d'atteinte à l'intégrité physique simples sont réunis, celui-ci étant prévu et puni par l'article 143º/1 du Code Pénal, les deux accusés agis en qualité de coauteurs matériels – article 26º du Code Pénal.

¹ Dans ce sens Maia Goncalves, Code Pénal Portugais, 12^{ème} édition, Almedina, 1998, annotation 6 a l'article 143º, page 488. Telle entente est venu être accueillie par l'arrêt de l'Assemblée des sections criminelles du Tribunal Suprême de Justice du 18 Décembre 1991, publié dans le « Diário da República, série I-A, du 8 Février 1992. »

² Auteur et œuvre cité, §§ 9 et 10.

³ Auteur et œuvre cité, §19.

TRIBUNAL D'INSTANCE DE VISEU

Face à l'exposé, il s'impose la condamnation des accusés pour avoir pratiqué, en qualité de coauteurs matériels, un crime d'offense à l'intégrité physique simple, prévu et puni par les articles 26° et 143°/1 du Code Pénal. ---

PARTIE CIVILE :

Selon l'article 129° du Code Pénal, « l'indemnité des pertes et dommages d'un crime est réglée par la loi civil », c'est-à-dire que ce soit dans les présuppositions, relativement à l'obligation d'indemniser, plus concrètement en le prévoyant dans un montant, selon les articles 483° et suivants et 562° du Code Civil. ----

Les accusés XXX et XXX en agissant en qualité de coauteurs du dol, ont violés illicitement les droits moraux du plaignant XXX.

Ainsi, selon les articles 483°, 484° et 496° du Code Civil, les accusés sont solidairement obligés (article 497°/1 du Code Civil) d'indemniser le plaignant. L'article 562° du Code Civil détermine que le plaignant restitue la situation qui se serait produit si on n'avait pas vérifié les faits illicites pratiqués par eux. Ainsi, premièrement, l'indemnité comprends les préjudices causés (article 564°/1, du Code Civil), et étant fixée monétairement quand la reconstruction naturelle n'est pas possible (article 566°/1 du Code Civil), ayant comme mesure la différence entre la situation patrimoniale du lésé, en date plus récente qui puisse être reçue et qu'il aurait à cette date s'il n'existait pas de dommages (article 566°/2 du Code Civil). ---

L'offensé XXX, ayant été atteint dans son droit à l'intégrité physique et morale, a subi un mal-être psychologique, découlant de l'agression physique subit, qui a été perpétuée contre sa personne par les accusés XXX et XXX [cf. II.1.1 à II.1.15 et II.1.16 à II.1.18], consubstantiel au comportement illicite et criminel de ces derniers, c'est-à-dire qu'il a subi des **dommages non patrimoniaux**.

Ces préjudices sont indemnifiables, en termes de paiement solidaire (cf. Articles 497°1, 512° et 513° du Code Civil) par les accusés XXX et XXX d'une somme qui le compensera des préjudices subis. Pour déterminer le montant, l'article 496°/3 du Code Civil sera pris en compte, étant donné que la situation est propice et proportionnelle au paiement des indemnités suivantes, pour la pratique des faits intégrants du crime d'atteinte à l'intégrité physique commis en qualité de coauteurs matériels par les accusés XXX et XXX pour un montant total de €1.000 (mille euros), dument mis à jour ; ---

A cette somme seront ajoutés les honoraires, au taux légal, de la notification de la sentence au paiement effectif et intégral. ---

En plus des dommages non patrimoniaux, le plaignant XXX a subi des dommages patrimoniaux [cf. II.1.1 à II.1.15 et II.1.19], puisque celui-ci a supporté en raison des présents actes, des pertes de temps et des coûts de transports dans les déplacements qu'il a dû faire à l'H.S.T (Hôpital São Teotónio), I.N.M.L (Institut National de Médecine Légale) et à la Gendarmerie pour porter plainte et plaider au Tribunal, pour un montant non inférieur à €200.00, somme que les accusés XXX et XXX seront aussi solidairement (cf. Articles 497°/1, 512° et 513° du Code Civil) condamnés à lui payer, étant donné que ces dépenses sont survenues, directement et nécessairement, de la perpétration par ces derniers, en qualité de coauteurs matériels, du crime cité (atteinte à l'intégrité physique simple). ----

A cette somme seront ajoutés les honoraires, au taux légal, depuis la notification de la demande civile jusqu'au paiement effectif et intégral. ---

4. Mesure de peine :

Le crime d'atteinte à l'intégrité physique simple commis par les accusés en qualité de coauteurs matériels (cf. Article 26° du Code Pénal) est passible d'une peine de prison jusqu'à 3 ans ou passible d'une amende (article 143°/1 du Code Pénal), c'est-à-dire, une peine de prison entre 1 mois (cf. article 41°/1 du Code Pénal) et 3 ans ou une amende entre 10 et 360 jours (article 47°/1 du Code Pénal). ---

Handwritten signature and initials
496
Ch

Pour la détermination de la mesure concrète de la peine seront pris en compte les éléments qui figurent dans les articles 29° et 30° de la Constitution et 40°/2, 70°, 71°, 72° et 73° du Code Pénal. ---

Dans le cas en appréciation, applicable au type légal de crime abstraitement passible de peine de prison ou passible d'une amende, c'est-à-dire qu'il est prévu en alternative une mesure privative et une mesure non privative de liberté, nous estimons que la mesure non privative doit être privilégiée (peine d'amende), étant donné que nous estimons que dans le cas concret ici présenté, la peine non privative de liberté réalise de façon adéquate les finalités de la punition, c'est-à-dire qu'elle protégera les biens juridiques violés (protection de la vie et de l'intégrité physique d'autrui), et la réintégration des agents dans la société (article 40°/1 du Code Pénal), compte tenu du fait que cette décision a été prise en tenant compte du fait que les accusés sont tous les deux primaires. Face a l'exposé nous estimons que la peine non privative de liberté doit être appliquée aux accusés – peine d'amende. ---

La détermination de la mesure de peine dans les limites applicables se fera en fonction de la culpabilité de l'agent et des exigences de prévention – générale et spéciale -, conformément à l'article 70°/11 du Code Pénal. ---

Il sera pris en considération que, ne faisant pas partie du type de crime, ils ont plaidé en faveur de l'agent ou contre lui, notamment le degré illicite très élevé du fait (atteinte volontaire au corps et à la santé du plaignant, atteinte qui elle est complètement gratuite, injustifiée et inutile), le mode d'exécution du crime et la gravité de ses conséquences (type d'agression [utilisant des bouteilles de bière], le fait qu'il s'agisse d'une atteinte préméditée, les moyens utilisés, les zones atteintes et les conséquences de l'agression déjà gravissimes) [article 71°/2, a) du code Pénal] ;

le dol direct (manifesté par le comportement d'enfreinte à la loi, que les accusés connaissaient bien) [article 71°/2, b) du code Pénal] les sentiments manifestés pendant la réalisation du crime et les fins ou motifs qui l'ont déterminé (agression gratuite, injustifiée et injustifiable) [article 71°/2, c) du Code Pénal] ; le comportement antérieur au fait et postérieur à celui-ci (le fait qu'ensembles les accusés sont primaires), ayant agis en conjugaison d'efforts et intention contre un unique antagoniste, sans oublier leur absence de regret des faits commis, ce qui démontre un tempérament exalté, nous estimons qu'il doit être appliqué aux accusés – aux deux (cf. article 29° du Code Pénal) – une peine d'amende que nous fixerons à 200 (deux cents) jours d'amende, au taux journalier de €15 (quinze euros) – cf. : article 47°/2 du Code Pénal- , c'est-à-dire une amende de € 3.000 (trois mil euros), en sachant que cette peine ne compense pas la culpabilité de l'accusé (article 40°/2 du Code Pénal), celle-ci d'un degré et d'une intensité très élevés. La peine de prison subsidiaire respective sera fixée à 133 (cent trente trois jours) jours (article 49°/1 du Code Pénal Portugais). ---

III – DÉCISION :

PARTIE CRIME :

Par ce qui est exposé ci-avant je juge l'accusation précédente, comme prouvée et, par conséquent je condamne les accusés XXX et XXX en qualité de coauteurs matériels , dans les accomplis d'un crime d'atteinte à l'intégrité physique simple, crime prévu et puni par l'article 143°/1 du Code Pénal, à une peine – pour chacun des accusés – de 200 (deux cents) jours d'amende, au taux journalier de €15 (quinze euros), c'est-à-dire, une amende de €3.000 (trois mil euros), qui correspondent (article 49°/1 du Code Pénal) à 133 (cent trente trois) jours de prison subsidiaire ; ---

496
Ch

PARTIE CIVILE :

Par ce qui a été exposé ci-avant je juge la demande civile précédente, comme prouvée et par conséquent, je condamne solidairement (cf. articles 497º/1, 512º et 513º du Code Civil) les défendeurs XXX et XXX à payer au demandeur XXX : ---

✚ Le montant total de €1000 (mil euros), à titre de dommages non patrimoniaux subis, relativement aux dommages qui découlent des crimes d'atteinte à l'intégrité physique simple et injurie aggravée dont il a été victime, de la part du défendeur, auxquels se rajoutent les honoraires, au taux légal, échus et à échoir, de la notification de la sentence, au paiement intégral et effectif ; ---

✚ Le montant total de €200 (deux cents euros), à titre de dommages patrimoniaux subis, relativement aux dommages qui découlent des pertes de temps et dépenses avec les transports pour les trajets qu'il a dû faire à l'H.S.T, I.N.M.L, à la Gendarmerie, pour porter plainte et plaider au Tribunal, auxquels se rajoutent les honoraires au taux légal, échus et à échoir, de la notification de la sentence jusqu'à l'intégral et effectif paiement. ---

Sans frais judiciaires civils – article 4º71, n) du Règlement des Frais Juridiciaires.

Chacun des accusés est condamné à 3 (trois) unités de valeur de la taxe judiciaire. ---

Notifiez. ----

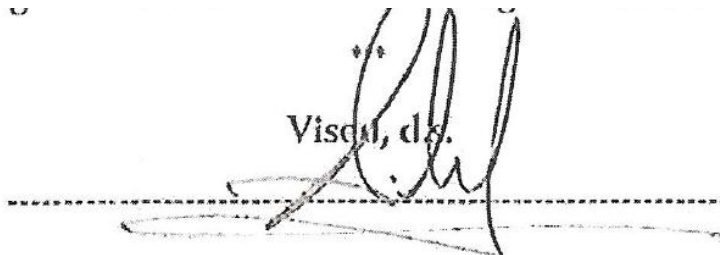
- 17 -

Av. da Europa - 3514-508 VISEU - Tel. (+351) 232 427 000 - FAX (+351) 232 427 090 – viseu.lc@tribunais.org.pt

Bulletins au Registre Criminel. ---

Déposez – articles 372°75 et 373°72 du Code de Procédure Pénale. ----

Visa, ds.

A handwritten signature in dark ink is written over a horizontal dashed line. The signature is stylized and appears to be a cursive name. The text "Visa, ds." is printed in a serif font above the signature.

-18-